

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Láís Benevenuto de Azevedo

**GRANDE CAPITAL, AGRONEGÓCIO E A DEGRADAÇÃO DA AMAZÔNIA
BRASILEIRA: UM COMPÊNDIO HISTÓRICO-TEÓRICO PARA A
COMPREENSÃO DO PORVIR**

UBERLÂNDIA

2022

Láis Benevenuto de Azevedo

**GRANDE CAPITAL, AGRONEGÓCIO E A DEGRADAÇÃO DA AMAZÔNIA
BRASILEIRA: UM COMPÊNDIO HISTÓRICO-TEÓRICO PARA A
COMPREENSÃO DO PORVIR**

Monografia apresentada no curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: profa. dra. Marisa Silva Amaral

UBERLÂNDIA — MG

2022

Laís Benevenuto de Azevedo

**GRANDE CAPITAL, AGRONEGÓCIO E A DEGRADAÇÃO DA AMAZÔNIA
BRASILEIRA: UM COMPÊNDIO HISTÓRICO-TEÓRICO PARA A
COMPREENSÃO DO PORVIR**

Monografia apresentada para a obtenção do
título de Bacharel em Relações Internacionais
pelo Instituto de Economia e Relações
Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia

Uberlândia, 11 de Março de 2022

Prof. ^a Dra.^a Marisa Silva Amaral

Prof. Dr. Gilberto de Souza Marques

Prof. Dr. Pedro Henrique de Moraes Cícero

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que de alguma forma me acompanharam no processo desse trabalho, me deram suporte e me inspiraram.

Cito em específico todo o CACO e minha orientadora Marisa, que se tornaram meus grandes incentivadores à pesquisa nos últimos anos e me proporcionaram um espaço brilhante de debate e aprendizado.

Um agradecimento especial também à Fer, que partilhou tão de perto dessa jornada recente comigo.

*“O colapso chegou sem dizer palavra
arrombando a porta.*

*Quando fomos tentar consertar já era tarde
muito tarde.”*

(Fabiano Calixto)

RESUMO

Atualmente, no Brasil, setor primário e grande capital confluem enquanto ditos motores da economia nacional, a custo da crescente devastação e perda de biodiversidade em biomas como o Amazônico, além da contínua perda de direitos humanos entre as pessoas que ali vivem e dela dependem. Este trabalho propõe-se a investigar os principais antecedentes e implicações do recente movimento de aceleração da exploração/espoliação dos recursos vitais presentes na Amazônia brasileira, praticado pelo atual governo de Jair Bolsonaro, com participação emblemática do ex-Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles na execução do projeto de despojo e avanço do capitalismo em uma de suas últimas fronteiras não exploradas. Como pano de fundo para a compreensão desse processo, busca-se trabalhar conceitos como Dependência, Neoextrativismo, Financeirização do Capitalismo e Divisão Internacional do Trabalho, de maneira a vincular variáveis estruturais, próprias da dinâmica de acumulação capitalista, ao avanço paulatino da espoliação em território Amazônico. Trata-se de uma pesquisa de natureza explicativa, que utilizará um método de abordagem hipotético-dedutivo e, procedimentalmente, realizará consulta à vasta bibliografia que envolve os temas tratados, bem como dados, indicadores e legislação relacionados ao tema investigado.

Palavras Chave: Amazônia; Dependência; Neoextrativismo; Financeirização; Divisão Internacional do trabalho.

ABSTRACT

Currently, in Brazil, the primary sector and large capital come together as so-called engines of the national economy, at the cost of increasing devastation and loss of biodiversity in biomes such as the Amazon Forest, in addition to the continuous loss of human rights among the people who live there and depend on it. This project proposes to investigate the main antecedents and implications of the recent movement to accelerate the exploitation/spoliation of vital resources present in the Brazilian Amazon, practiced by the current government of Jair Bolsonaro, with the emblematic participation of former Environment Minister Ricardo Salles in the execution of the project of dispossession and advance of capitalism in one of its last unexplored frontiers. As a background for understanding this process, we seek to work on concepts such as Dependence, Neo-extractivism, Financialization of Capitalism and the International Division of Labor, in order to link structural variables, typical of the dynamics of capitalist accumulation, to the gradual advance of spoliation in the Amazon Forest. This is an explanatory research, which will use a hypothetical-deductive approach and, procedurally, it will consult the vast bibliography involving the topics covered., as well as data, indicators and legislation related to the topic investigated.

Key Words: Amazon; Dependence; Neo-extractivism; Financialization; International Division of Labor.

LISTA DE SIGLAS

Basa	Banco da Amazônia S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporação Andina de Fomento
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Deter	Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
Funai	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Icomi	Indústria Comércio de Minérios
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIRSA	Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
OMC	Organização Mundial do Comércio
Opep	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPCDAM	Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia
PT	Partido dos Trabalhadores
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UHBM	Usina Hidrelétrica de Belo Monte
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 COLONIZAÇÃO, ESPOLIAÇÃO E SUBJUGAÇÃO NAS BASES DO SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE A AMAZÔNIA	14
2.1 O LUCRO COMO GUIA, A ACUMULAÇÃO COMO PROCESSO	14
2.2 A EXPANSÃO E O PRIMEIRO IMPULSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	16
2.3 A FORMAÇÃO DA DEPENDÊNCIA	18
2.4 ESPOLIAÇÃO E EXPANSÃO NAS BASES DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA	20
2.5 INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA À DINÂMICA CAPITALISTA	26
2.6 A ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO ENQUANTO SUPEREXPLORAÇÃO DA NATUREZA: DESDOBRAMENTOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	31
2.7 CONCLUSÕES INICIAIS	37
3 NOVA DIT, IMPERIALISMO E ESTADO COMO AS ENGRENAGENS DO CAPITAL NA AMAZÔNIA NO SÉCULO XX	38
3.1 OS DOIS LADOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO LATINO-AMERICANA: IMPERIALISMO E DESENVOLVIMENTISMO	38
3.2 O PROJETO MODERNIZANTE “INTRA-COLONIAL” PARA A AMAZÔNIA NO SÉCULO XX	44
3.3 FINANCEIRIZAÇÃO E A INDUSTRIALIZAÇÃO PRIMÁRIA: A CRIAÇÃO DE VALOR FICTÍCIO A PARTIR DA EXTRAÇÃO DE VALOR DA VIDA	53
3.4 A AMAZÔNIA AGORA É NOSSA: DO CAPITAL TRANSNACIONAL	61
3.5 CONCLUSÕES PROVISÓRIAS	68
4 O BRASIL NA ESTEIRA DO PROJETO DE UMA NATUREZA CIBORGUE E O PÊNDULO NEOLIBERAL-NEOCONSERVADOR: QUEM SÃO OS VERDADEIROS PROPRIETÁRIOS DO SAQUE?	69
4.1 NEODESENVOLVIMENTISMO E NEOEXTRATIVISMO COM VIA DE INSERÇÃO ATIVA DA ECONOMIA BRASILEIRA NO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO	69
4.2 A AMAZÔNIA BRASILEIRA NO CENTRO DA GERAÇÃO DE RIQUEZA E NA PERIFERIA DA REDISTRIBUIÇÃO: NEODESENVOLVIMENTISMO PETISTA	76
4.3 NEOCONSERVADORISMO COMO RECAMINHO DO CAPITAL NO BRASIL	80
4.4 O PROJETO CONSERVADOR EM CURSO E A REPRODUÇÃO DOS INTERESSES DO CAPITAL EXTERNO	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica capitalista e as relações de dependência nela embutidas submetem a estrutura produtiva dos países periféricos, como o Brasil, aos interesses das economias centrais. Mais especificamente, a reprodução ampliada do capital em nível global exige dos países periféricos a produção de alimentos e insumos industriais, delegando a eles uma posição primário-exportadora com retorno instável e de baixo valor agregado. O processo se retroalimenta e impossibilita a quebra desses padrões produtivos na periferia do sistema. É nessa dinâmica que o Brasil está posto enquanto país dependente. E dependente, portanto, duplamente: de seu setor externo e de seu setor primário.

Esses processos estão fortemente ligados à lógica de espoliação dos recursos naturais (e, para além deles, do trabalho e dos demais fatores reguladores da sociedade e dos fatores de produção) que se estabelece por meio de impulsos imperialistas para a expansão última da dinâmica capitalista a todas as partes do globo. A lógica da espoliação não se circunscreve, no entanto, exclusivamente aos primeiros impulsos imperialistas que descambam na colonização e que inserem o Brasil na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) através do uso da violência para a subjugação do território aos interesses centrais do capital. Essa lógica paulatinamente se repete e é possível de ser observada especialmente no território da Amazônia Legal brasileira, a qual se apresenta enquanto parte das fronteiras finais para o avanço capitalista na Terra. Seus desdobramentos atuais ainda se dão por meio da violência e dos demais processos imperialistas da acumulação primitiva do capital, mas se expandem também para elementos financeiros e institucionais que envolvem novos fatores, como o capital financeiro internacional, as sociedades anônimas, o capital bancário, organizações multilaterais e, no cenário político brasileiro atual, as próprias estruturas do Estado.

A partir dessas reflexões iniciais, a presente pesquisa trabalha com os temas do Brasil do agronegócio e do grande capital, a degradação ambiental da Amazônia brasileira e a atuação do Estado como operador institucional dessas dinâmicas em diversos momentos. Para tal apresenta-se a seguinte questão enquanto problema a ser investigado: quais os principais determinantes e efeitos do atual projeto de espoliação acelerada do bioma amazônico??

Temos clareza de que o processo de financeirização da economia mundial, desencadeado pelos EUA, aprofunda as relações de dependência e subjuga, por fim, os setores produtivos ao financeiro e as economias nacionais à economia estadunidense. Daí decorre

uma profunda crise da dívida no Brasil e a estagnação do projeto de industrialização nacional que não mais levantará voo. A partir de então, ao longo das décadas de 1980 e 1990, o Brasil se torna uma economia ainda mais dependente do capital internacional, como também agora das instituições multilaterais. E, portanto, passa a adotar paulatinamente os preceitos neoliberais que garantam a imagem do país enquanto bom credor. As repercussões são o avanço do setor primário e da exploração dos recursos naturais no território da Amazônia brasileira, por meio de processos agora neoextrativistas, que impedem na prática qualquer tentativa de proteção real do bioma amazônico.

A primeira década dos anos 2000 – mais precisamente os anos de governos do Partido dos Trabalhadores (2002 a 2015) – demarca a adoção de um projeto de desenvolvimento diverso do que foi implementado no Brasil até então. No corpo de um modelo neodesenvolvimentista, os governos petistas buscam por certa autonomia político-econômica provocando um salto explosivo na atuação do agronegócio no país, notadamente em setores de produção extensiva, baseada em grandes propriedades de terras e voltada para exportação. Enquadram-se aqui especialmente café, açúcar, suco de laranja, carne bovina e de frango, soja, milho, além dos produtos da mineração. Ainda que não represente um programa de ruptura com os interesses do capital internacional, havia nessa estratégia um propósito de garantia de autonomia interna, inclusive a partir do *boom* de reservas internacionais que o fomento às exportações oferece, e adesão aos acordos e normativas internacionais no que toca às exigências de preservação ambiental, de sustentação da biodiversidade e de equilíbrio climático, quase como num esforço de coalizão de interesses.

Nossa percepção é a de que, com o golpe em 2016, o Estado brasileiro se volta mais uma vez para a reprodução ampliada dos interesses do capital internacional, mas agora sob uma agenda implantada pelas elites nacionais que desencarrilha uma exploração cada vez mais agressiva do bioma amazônico. Faz-se, portanto, uma opção pelo agronegócio, mas sem adesão às práticas de preservação ambiental. Antes o contrário. O aumento expressivo dos números de desmatamento, o avanço das pastagens, plantações de soja e projetos de mineração são dados que buscam comprovar o descrito.

Dessa forma, a pesquisa trabalha com as premissas de que o Brasil se insere na Divisão Internacional do Trabalho enquanto país dependente primário-exportador e de que vem ocorrendo uma aceleração dos processos predatórios dos recursos naturais do bioma amazônico desde 2016. A partir dessas premissas a hipótese é que essa aceleração deriva da subordinação da economia nacional aos interesses do capital internacional combinados aos interesses das elites nacionais, desde então aprofundados enquanto projeto político; e tem

como consequência a degradação ambiental do bioma, o esgotamento dos recursos, impactos sociais e uma crescente perda de soberania.

Tendo em vista essa proposição, o trabalho se justifica visto que a questão ambiental e o debate sobre os efeitos climáticos e sociais da degradação da Amazônia são objeto de discussão internacional há décadas, mas vêm ganhando atenção especial em razão da explicitação de um projeto de governo sustentado na leitura tosca de que todas as terras brasileiras cultiváveis devem estar disponíveis no mercado fundiário. Esta agenda se implementa no Brasil em 2016, com a ascensão de Michel Temer à presidência, e ganha contornos mais profundos a partir da eleição de Jair Bolsonaro em 2018, assumindo como fundamento uma linha privatista de política econômica, fortemente justificada pela suposta necessidade de austeridade fiscal diante de um Estado presumidamente grande demais.

Isso implica não só uma defesa da expansão dos territórios agrícolas mediante redução de áreas de preservação ambiental e de reservas indígenas, mas também o sucateamento de órgãos de controle, fiscalização e pesquisa como o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), e a adoção de políticas que favorecem deliberadamente a atuação de grileiros, madeireiros e mineradores ilegais. Os olhares internacionais atentos a esse cenário se vinculam ao potencial de destruição ambiental que essas práticas confirmam, problematizando, sobretudo, seus efeitos sobre o equilíbrio climático. Para nós, interessa, além disso, pelo menos apontar para os efeitos sociais desse processo, particularmente no que toca ao ataque aos povos indígenas.

A pesquisa se justifica, portanto, pela centralidade da questão ambiental e climática no debate internacional contemporâneo, pelo papel que o Brasil ocupa nessa controvérsia, pelo giro conservador feito por Bolsonaro nas pautas ambientais e pelos impactos internos de tal política na estrutura produtiva e social brasileira.

Assumidas essas nossas frentes de discussão, pretendemos atacá-las da seguinte maneira: no capítulo 1 tratamos da formação do sistema-mundo capitalista, a partir da Acumulação Primitiva, da internacionalização do capital e da destruição das economias naturais, bem como dos efeitos diretos desses processos na colonização do território amazônico e sua inicial inserção na dinâmica capitalista; no capítulo 2 recuperamos os desdobramentos da exportação de capitais e crescente financeirização da economia internacional durante o século XX, implicando processos de industrialização e desindustrialização na pauta produtiva brasileira, que instrumentalizam a Amazônia ao avanço do capital, sempre amparado pelas estruturas do Estado; no capítulo 3 discutimos os

recaminhos do capital e a constante reinvenção da Acumulação por Espoliação como égide da acumulação capitalista, que descambam num giro neoconservador e imperialista, com a crescente centralidade da Amazônia como território estratégico de valorização de capital; com o que nos sentimos aptos a formular algumas considerações finais que articulam esses movimentos.

2 COLONIZAÇÃO, ESPOLIAÇÃO E SUBJUGAÇÃO NAS BASES DO SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE A AMAZÔNIA

A argumentação base sobre a qual este trabalho está posto é a de que o território compreendido enquanto Amazônia Brasileira, bem como todos os recursos que abarca (seja terra, trabalho ou ativos), está sujeito, sob a dinâmica de acumulação capitalista, a um regime paulatino de espoliação, que serve, em última instância, à manutenção e reprodução do grande capital. Para se compreender a extensão e a forma em que se desdobra a espoliação a partir do grande capital, é necessário observar, do ponto de vista teórico e ancorado nos desdobramentos históricos próprios ao território da Amazônia brasileira: 1) as tendências destrutivas do capital frente à natureza ao buscar a acumulação em escala ampliada; 2) a internacionalização do capital e o estabelecimento de relações de dependência entre economias centrais e periféricas, enquanto manifestação do regime de acumulação e busca por lucro; e, conseqüentemente, 3) a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) criada por esse processo.

2.1 O LUCRO COMO GUIA, A ACUMULAÇÃO COMO PROCESSO

Para os primeiros contornos da presente pesquisa, se faz necessário delinear as categorias teóricas trazidas por Karl Marx em “O capital: Crítica da Economia Política”, particularmente no Livro I, direcionando nosso olhar para as tendências dinâmicas da acumulação de capital expostas no capítulo sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista e para os princípios base sobre os quais a produção capitalista se desenvolve, tal como sugerido no tratamento dedicado à assim chamada Acumulação Primitiva.

Marx (2013) apresenta a Lei Geral como lei de movimento fundamental do modo de produção capitalista, uma vez que reflete o fato de que, sob esse sistema, operam mecanismos que conduzem a um aumento da composição orgânica do capital¹ enquanto objetivo ulterior do processo de acumulação. O que o aumento da composição orgânica revela, em última instância, é uma maior produtividade do trabalho, que ao produzir mais mercadorias no

¹ Tal como definida por Marx (2013), a composição orgânica do capital indica a relação entre o capital constante e o capital variável, ou seja, a proporção com que o capitalista antecipa capital destinado à remuneração da força de trabalho a partir de quanto de capital ele utiliza para adquirir meios de produção.

mesmo espaço de tempo garante aos capitais de mais alta composição orgânica a apropriação de uma mais-valia extra e, por conseguinte, de maiores lucros, favorecendo a acumulação em escala ampliada – mola motora desse modo de produção (MARX, 2013a).

Ao mesmo tempo em que é objetivo da produção capitalista, a acumulação interminável e crescente é também seu motor inicial. Isso porque, ao analisar a Acumulação Primitiva enquanto a gênese do capital e da exploração capitalista, percebe-se que decorre de um processo de “libertação” dos trabalhadores de seu regime de servidão (mas também de seus meios de subsistência) a partir da negação da economia natural feudal, ao redirecionar a produção baseada no apreço aos valores de uso para aquela sustentada no interesse pelos valores de troca (MARX, 2013a). O que carrega em si o lucro derivado da comercialização de excedentes. A partir daí pode-se transformar a força de trabalho em mercadoria, o que dará origem à extração de mais-valia, ao lucro derivado desta e, portanto, a uma classe não produtiva que se sustenta da expropriação do valor do trabalho alheio: a capitalista (MARX, 2013a). É perceptível, portanto, que a sede de acumulação, que tem em sua raiz a expropriação violenta dos meios de produção e a alienação do trabalhador quanto a esses mesmos meios, é o que dá origem à economia tipicamente capitalista industrial na Europa, ao possibilitar a apropriação do sobretabalho enquanto lucro, o que é o próprio impulso da produção capitalista.

Nessa mesma esteira de pensamento, Luxemburgo (1970) explicita que a economia capitalista surge de meios não capitalistas, referindo-se ao feudalismo, posterior mercantilismo e às formas de produção específicas dos territórios colonizados que, pela sua integração forçada à economia mundial, permitiram o desenvolvimento capitalista inicial, evocando assim o conceito de Acumulação Primitiva. A autora trata aqui, portanto, das economias naturais², das quais a dinâmica capitalista se apodera e destrói a fim de potencializar a valorização do capital e sua reprodução em escala ampliada por todo o globo, num movimento de contínua expansão. Luxemburgo (1970, p. 317) destaca, ainda, que esse movimento de Acumulação Primitiva se dá em três frentes, as quais: “a luta do capital com a economia natural, a luta com a economia de mercado, e a luta pela concorrência do capital no cenário mundial para conquistar o resto dos elementos para a acumulação”.

O ponto chave que a autora acrescenta em sua análise é a necessidade constante de manutenção das lutas do capital contra as economias naturais. O caráter violento de que o

² Na acepção de Luxemburgo (1970), as economias naturais correspondem a um sistema de produção baseado no valor de uso das mercadorias e não em seu valor de troca, o que, obviamente, nega a acumulação de capital justamente porque não é a lógica do lucro que se estabelece como base da produção.

capital se vale para expandir suas bases de reprodução e a necessidade de destruição das economias naturais (com todos os desdobramentos sociais que possuem) se dá justamente porque a organização social que as embasa (as economias naturais) impõe estruturas rígidas de ligação entre os fatores de produção (trabalho, terra, recursos naturais), que não respeitam à lógica do valor de troca, e, devido à própria rigidez das estruturas, um caminho mais ou menos “natural” de integração dessas economias à reprodução ampliada do capital vai de encontro às suas necessidades expansivas imediatas para a constituição de um regime de acumulação e produção capitalista no plano mundial (LUXEMBURGO, 1970). É um processo que, segundo a autora, se torna contínuo pela perpetuidade da expansão do capital a todas as frentes possíveis.

Como consequência temos a constante ocupação militar das colônias, os levantes indígenas e as expedições coloniais enviadas para reprimi-los, que constituem fenômenos permanentes do regime colonial. O método violento é, nesse caso, o resultado direto do choque do capitalismo com as estruturas da economia natural que entravam sua acumulação. [...] Esse método é, do ponto de vista do capital, o mais racional, por ser, ao mesmo tempo, o mais rápido e rentável. (LUXEMBURGO, 1985, p. 320)

Assim, o capital utiliza-se de métodos violentos para destruir essas economias e em seu lugar abrir novos mercados, apossar-se de ativos, mercantilizar a força de trabalho ao separar o trabalhador dos meios de produção, e separar a agricultura do artesanato (LUXEMBURGO, 1970). E o faz porque, do contrário, estaria renunciando à apropriação de forças produtivas, à sua expansão e, portanto, renunciando à possibilidade de maiores lucros e acumulação (LUXEMBURGO, 1970), que está na própria base da lógica capitalista.

Daí pode-se extrair a tendência de internacionalização do capital como a constante expansão do território econômico pela subjugação de economias não capitalistas (ou não plenamente capitalistas) e apropriação de seus fatores de produção, que permitem a contínua acumulação e reprodução do capital. Analisemos mais a fundo, portanto, os impulsos iniciais de internacionalização do capital como parte do processo de Acumulação Primitiva por meio dos processos de colonização.

2.2 A EXPANSÃO E O PRIMEIRO IMPULSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A separação do trabalhador feudal europeu de seus meios de subsistência e sua concomitante concentração e centralização nas mãos de uma insurgente classe capitalista, cria

um mercado no qual é possível vender e comprar tanto força de trabalho, que agora adquire caráter mercantil, quanto bens de consumo de sustentação e reprodução da vida, mediante a remuneração do trabalho (ou sub-remuneração, devido à extração de mais-valia). O desenvolvimento de uma economia comercial, na qual era possível a troca de artigos de subsistência, pouco a pouco, pela possibilidade de acumulação e de auferir lucro pela produção, incute ao senhor feudal a redução de seus gastos e ampliação do rendimento de sua produção, que logo despente boa parte de servos e camponeses “improdutivos”, os quais começam a formar uma massa de proletariado “livre”; ao mesmo tempo em que redireciona a produção de subsistência para suprir as necessidades da indústria em formação (MARX, 2013a).

A expansão da economia nascente industrial capitalista de base comercial expande também a necessidade de consumo de bens manufaturados, produzidos pelos artesãos, porém, em razão de suas técnicas menos produtivas, os artesãos se tornam cada vez menos capazes de suprir as demandas do mercado, os ofícios se desagregam e a entrada do capital comercial na produção artesã é constante e exponencial, de maneira que os ofícios vão se tornando obsoletos e muitos artesãos passam a integrar o exército de proletários “livres”. (MARX, 2013a) Impulsiona-se, assim, o dispêndio da massa de trabalhadores livres para a produção industrial, que permitirá, além de suprir as necessidades de consumo, a inserção de progressos técnicos na produção, com o fim último de aumento dos lucros pelo incremento da produtividade do trabalho. (MARX, 2013a)

Para dar curso a esse processo, entretanto, torna-se essencial a apropriação de ativos ou do que Marx (2013b) denomina capital circulante (matérias-primas, mais especificamente) a baixo custo, bem como uma base monetária (naquele momento vinculada aos minerais metálicos) que permitisse a expansão das trocas comerciais. O recurso de que se utiliza é a internacionalização do capital, através da colonização, entre outros, dos territórios designados enquanto América.

Marini (1981) aponta para como o processo de integração colonial da América Latina à dinâmica capitalista, então nascente, ocorre conjuntamente ao processo de expansão das bases do capital internacional no século XVI. Nesse momento, a América Latina colonizada exerce o papel de fornecedora de alimentos, insumos e metais preciosos, servindo para desobrigar a força de trabalho europeia da produção de alimentos para subsistência, permitir a apropriação de matérias-primas barateadas e para o aumento do fluxo de mercadorias e dos meios de pagamento. (MARINI, 1981) Processo tão importante que realiza a exportação do capital europeu para as colônias, através de remessa de divisas, como compensador de

balanças comerciais deficitárias nessas economias, de modo a permitir a instalação da reprodução ampliada do capital ali (MARINI, 1981). Ou seja, financia-se a produção primária e extrativa da América Latina a partir da Europa. Esse movimento permite uma especialização industrial inicial das economias europeias, que garante a paulatina integração de progressos técnicos à produção e que descamba futuramente no estabelecimento das relações de dependência na América Latina (MARINI, 1981).

2.3 A FORMAÇÃO DA DEPENDÊNCIA

Já no início do século XIX, desenrola-se na Europa a I Revolução Industrial paralela às conquistas de independência na América Latina; a partir daí, as nações recém independentes passam a estabelecer relação com a Inglaterra pela exportação de produtos primários e importação de manufaturados e de dívidas (MARINI, 1981). A dívida externa, que no início servia como compensação de balanças comerciais deficitárias, converte-se num dos principais gastos de governo na América Latina, como forma de transferência à metrópole inglesa de parte dos créditos da balança comercial que começam a surgir da produção primário-exportadora (MARINI, 1981). Estranhamente, quanto mais crescem as exportações mais crescem as dívidas e maior porcentagem ocupam dos saldos das balanças comerciais das economias latino-americanas, de maneira a impedir qualquer possibilidade de desenvolvimento industrial ou de implementação de progressos técnicos na produção capitalista nas antigas colônias (MARINI, 1981). Assim, estabelece-se a DIT e as relações de dependência que subordinam as relações de produção latino-americanas às necessidades da reprodução ampliada do capital, designando-as a um lugar de produção primário-exportadora e aprisionando-as nesse lugar através da, entre outros mecanismos, manutenção de um sistema internacional de dívidas.

É interessante analisar que Marini (1981) busca diferenciar a situação colonial prévia do estabelecimento de relações de dependência no contexto de um capitalismo industrial em pleno funcionamento nas economias que chama de centrais (as que ensejam a dependência), e por isso frisa, em sua análise, o desenvolvimento da grande indústria e do grande capital industrial/bancário, impulsionado também pelo sistema de dívidas que se estabelece durante o financiamento da produção primário-exportadora latino-americana em seus estágios iniciais. O autor evidencia que a dependência extrapola o fornecimento físico de matérias-primas e alimentos pelas colônias e se escora e se desdobra muito mais com relação às novas formas de

exploração do trabalho sobre as quais a dinâmica de acumulação e produção capitalista passam a se desenvolver a partir da grande produção industrial (MARINI, 1981).

Mas, primeiro, uma breve consideração sobre a diferenciação entre situação colonial e relação de dependência, visto que cremos ser possível afirmar que o momento da colonização ao menos lança as sementes e observa o nascimento e desenvolvimentos iniciais dessas relações de dependência, especialmente se o observarmos pela lógica da Acumulação Primitiva e o papel do imperialismo e do emprego da violência que, tal qual inaugura as bases do capitalismo na Europa, no momento de transição do feudalismo para o novo modo de produção (e todos os desdobramentos sociais que daí decorrem), aplicado às colônias latino-americanas, inaugura o capitalismo enquanto sistema-mundo. Portanto, por mais que as relações de dependência em sua forma madura, que quase funcionam por si mesmas no terreno da economia internacional, encontrem sua forma plena pós-Revolução Industrial, é inegável que suas bases e seu desenvolvimento primeiro se dão já no seio da colonização. Dessa maneira, a dependência já não estaria dada?

De qualquer forma, o surgimento da grande indústria estabelece a DIT, concentrando as produções primárias nos antigos territórios colonizados (ou nas economias periféricas) e a produção industrial nas economias centrais; e integra a América Latina à reprodução ampliada do capital, ao mesmo tempo em que a América Latina é o que permite o surgimento da grande indústria, pois desafoga a Europa da produção agrícola e permite sua especialização industrial. (MARINI, 1981). Nesse sentido, Marini (1981) argumenta que as relações de dependência se estabelecem a partir da Revolução Industrial e do desenvolvimento da grande indústria, justamente porque esse fenômeno é o que constitui a DIT. Contudo, independente das considerações a respeito da origem primeira das relações de dependência, a questão central da integração latino-americana à dinâmica capitalista e à DIT está, não no fornecimento de condições físicas para a reprodução ampliada do capital, mas no deslocamento do eixo no qual se dá a exploração do trabalho. E, portanto, em como se delinea o regime de acumulação. Portanto, voltemos a esse debate.

A grande indústria gera ganhos de produtividade ao trabalho, o que aumenta a exploração do trabalhador, visto que diminui o valor de seu trabalho em termos relativos, ou seja, como o trabalhador produz mais em menos tempo, aplica menos tempo na produção de uma unidade de produto, o que significa que seu valor-trabalho, medido pelo tempo, cai (MARX, 2013). Com o aumento da produtividade do trabalho e sua conseqüente perda de valor (nos setores produtores de bens de consumo assalariado), a necessidade de insumos industriais aumenta ainda em maior proporção que a massa de trabalhadores envolta no

processo, pois, com os avanços tecnológicos permitidos pela especialização industrial dos países centrais, cada trabalhador consegue produzir cada vez mais em menos tempo (MARINI, 1981).

Por isso, de acordo com Marini (1981), o papel da América Latina enquanto fornecedor especializado de produtos primários (alimentos e insumos industriais) transcende a função de aumentar a massa de trabalhadores envolvidos em atividades industriais nas economias centrais (desassociados da produção de alimentos para subsistência) e de aumentar a disponibilidade de matéria-prima para a produção industrial, pois esse processo permite, com a especialização dos países centrais na produção manufatureira, avanços tecnológicos relativos à produção, que aumentam a produtividade do trabalho e elevam a economia capitalista a um novo patamar de desenvolvimento, no qual é possível extrair mais-valor em maior volume e quota, sem a necessidade do aumento absoluto da exploração do trabalhador ou de seu desgaste enquanto força de trabalho. Assim, o capitalismo, enquanto sistema, atinge uma nova fase, mais sofisticada e mais eficiente na produção de mais-valor e, portanto, na acumulação. Em contrapartida, só é possível estabelecer essa nova fase de acumulação sobre a superexploração do trabalho nas economias periféricas, através de regimes arcaicos de produção e acumulação.

2.4 ESPOLIAÇÃO E EXPANSÃO NAS BASES DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Para adentrar no debate da superexploração do trabalho e do intercâmbio desigual que se estabelecem e desenvolvem na América Latina concomitante ao desenvolvimento da produção e acumulação capitalista internamente — fenômenos essenciais para compreender a DIT e a exportação de capital através de relações de dependência —, é preciso, antes, um olhar sobre os conceitos de mais-valia relativa, mais-valia absoluta e lucro extraordinário, apresentados por Marx (2013a)³.

Mais-valia relativa refere-se, basicamente, o aumento do excedente por meio da redução do valor da força de trabalho a partir da incorporação de transformações técnicas de produção que aumentam a produtividade do trabalho nos setores produtores de bens de

³ A discussão abordada ao longo dessa seção pode aparentar desconexão com o tema central do trabalho, mas a retomada dos debates sobre valor e preço, intercâmbio desigual e produtividade do trabalho se justifica a partir dos desenvolvimentos posteriores da pesquisa, sobretudo no capítulo 2. Especialmente para a compreensão da formação da DIT e das fortes relações que capturam a economia brasileira numa posição primário-exportadora, bem como os desdobramentos dos incrementos técnicos e do aumento da produtividade do trabalho nas economias industriais na financeirização da economia internacional.

consumo assalariado, o que leva à redução da remuneração e ao mesmo tempo, portanto, a uma extração de mais-valia em maior quota (MARX, 2013a). Já a mais-valia absoluta é a maneira que o capitalista encontra de extrair maior volume de sobretrabalho, por meio do aumento das horas de trabalho ou do maior dispêndio de força de trabalho empregada na produção (MARX, 2013a). Por fim, o lucro extraordinário ocorre quando um capitalista individual incorpora progressos técnicos em sua produção antes dos demais, de maneira que, enquanto se mantiver como único detentor dessa tecnologia, o valor social do trabalho empregado não muda, portanto pode continuar vendendo as mercadorias pelo mesmo preço e assim aumentar sua taxa de lucro e sua extração de mais-valia em relação aos demais (MARX, 2013a).

Dadas as devidas considerações aos regimes de exploração da força de trabalho e da produção de lucro possíveis na economia capitalista, observemos como são aplicados nas economias centrais e periféricas de maneira diversa, engendrando, assim, o que Marini (1981) chama de intercâmbio desigual no âmbito das trocas comerciais internacionalmente. A inserção da América Latina na dinâmica capitalista permite a extração aumentada da mais-valia relativa nos países de economia industrial, pois, ao fornecer alimentos, permite o crescimento da classe trabalhadora e conseqüentemente a queda do preço da força de trabalho, aliada ao aumento da produtividade, mas também contribui com esse processo através da queda dos valores dos bens-salário, pela queda dos preços dos produtos primários; de maneira que possibilita a subsistência do trabalhador do centro a partir de menores salários, aumenta a taxa de mais-valia extraída de seu trabalho, também em forma relativa (MARINI, 1981).

Contraditoriamente, o aumento de produtividade que o fornecimento de alimentos a partir da América Latina permite, somado o aumento mais que proporcional do consumo de insumos para a produção industrial (porque se produz mais extensamente, mas também mais intensamente), também fornecidos em grande parte pelos países latino-americanos, diminui a taxa de lucro relativa de que se apropria o capitalista, ao diminuir a taxa de capital variável frente ao de capital constante embutidos no produto (MARINI, 1981). Logo, passa a ser interessante aumentar cada vez mais a extração de mais-valia relativa, pelo constante incremento técnico (com vistas à mais-valia extraordinária) e/ou diminuir o valor do capital constante pelo barateamento das matérias-primas exportadas pelas economias latino-americanas (MARINI, 1981).

A lógica por trás desse processo é justamente a formação do valor da mercadoria desenvolvida por Marx. O valor de uma mercadoria é composto pela soma dos capitais constante e variável (capital constante é o empregado nos meios de produção e capital

variável é o empregado na força de trabalho) mais a mais-valia (ou seja, o valor trabalho de que o capitalista, através da exploração, se apropria e não remunera ao trabalhador, representado pelo número de horas a mais que o trabalhador emprega na geração de valor, para além de sua remuneração), de modo que capital constante e variável representam os custos de produção e a mais-valia o rendimento ou lucro resultante da produção (MARX, 2013). Todavia, a taxa de lucro da qual o capitalista se apropria é calculada sobre o valor total incutido na mercadoria, de forma que incrementos de produtividade do trabalho que aumentam os custos de produção referentes ao capital constante, e mais especificamente ao capital fixo, (que engloba maquinário e instrumentos de trabalho) levam a uma tendência de progressiva queda da taxa de lucro na produção industrial (MARX, 2013). Assim, faz-se essencial a diminuição dos custos de produção do lado do capital circulante (matérias-primas e insumos), para que não apenas o volume de lucro extraído, mas também sua parcela, possam aumentar. (MARINI, 1981)

Sendo o acúmulo de capital e o lucro os motores da produção capitalista, fica claro que, mesmo numa fase incipiente de desenvolvimento, os países de industrialização originária se valem da agregação dos territórios latino-americanos para a própria acumulação, para se expandirem. Nesse caso, o barateamento das matérias-primas produzidas nas colônias latino-americanas permite a crescente especialização industrial europeia, adoção de incrementos de produtividade, com menor impacto na taxa de lucro. Assim, abre-se espaço para o desenvolvimento do capital na Europa e surgimento da grande indústria, que enseja o estabelecimento de uma economia industrial/ bancária, mais robusta e eficiente, nos termos capitalistas, e que inaugura uma nova fase do processo de acumulação e reprodução do capital (MARINI, 1981).

Mas como se estabelece a queda dos preços das matérias-primas (e mais importante, do valor da produção a partir do trabalho humano) fornecidas pela América Latina? A partir de relações desiguais no intercâmbio internacional de mercadorias. Entre as nações industrializadas, impera a lógica do lucro extraordinário via incremento da produtividade: quanto maior produtividade, mais é possível obter uma situação de lucro extraordinário, mediante a incorporação de avanços técnicos a que as demais nações industrializadas não têm acesso; porém, a tendência à difusão dessas tecnologias e à generalização de uma maior composição orgânica do capital conduz a um movimento de queda da taxa de lucro associado a um crescimento do volume de mercadorias produzidas (MARINI, 1981; MARX, 2013c).

No intercâmbio entre nações de produção industrial e primária, essa relação se desenrola de outra forma. As economias dependentes participam no comércio internacional

com maiores taxas de lucro, devido a sua baixa composição orgânica do capital e também ao aumento da demanda de matérias-primas pelas economias industriais (MARINI, 1981). Essa situação se desenvolve de maneira que as economias latino-americanas começam a ver saldos favoráveis em sua balança comercial, e a dívida, que tinha o intento de compensar as transferências internacionais de volta às economias centrais, começa a ser amortizada (MARINI, 1981).

A recondução que a lógica de acumulação capitalista faz de volta ao “equilíbrio” das trocas (sobre um patamar desigual) entre esses dois ramos distintos de produção é a criação de uma taxa de lucro média, através da concorrência, pela transferência de mais-valia dos ramos de menor composição orgânica do capital para os de maior (MARX, 2013c). Isso porque, atraídos pelas maiores taxas de lucro nos ramos de menor inversão em capital constante, os capitalistas dos ramos de maior composição orgânica, redirecionam seus investimentos, diminuindo os preços das mercadorias nesse ramo, em decorrência do aumento da oferta, e aumentando em seu ramo inicial, pelo escasseamento da mesma (MARX, 2013c). Para além disso, a presença de capital estrangeiro nas economias dependentes funciona como mecanismo de compensação alternativo às transferências de capital via dívida externa, ou seja, redireciona os lucros das economias dependentes para as economias centrais (MARINI, 1981).

Acresce-se ainda à formação das condições de intercâmbio desigual a impossibilidade das economias dependentes em produzirem os mesmos manufaturados que as economias industriais, o que permite que seus produtos sejam desvalorizados no mercado internacional (MARINI, 1981). Isso porque agregam menos valor em sua produção.

Como Marini (1981) bem expõe, é uma relação desigual e injusta, porque, em primeiro lugar, as nações industrializadas só chegam ao nível de progresso técnico em que estão devido à oferta de alimentos e insumos que vem da periferia do sistema, e, depois, porque impede que as nações especializadas na produção primária atinjam o mesmo nível de progresso técnico, justamente porque estão ocupadas e foram incentivadas (basta lembrar dos investimentos coloniais por meio de um sistema internacional de dívidas) a se especializarem na produção primário-exportadora, pelo estabelecimento da DIT. Soma-se a isso a crescente necessidade da periferia no consumo de manufaturados, ao estar integrada à economia internacional, que a torna, portanto, dependente da produção manufatureira das economias centrais (MARINI, 1981).

Para compensar essa relação desigual, as nações especializadas na produção primário-exportadora escoram-se, ao mesmo tempo, no aumento da extração de mais-valia

absoluta (aumentando a exploração do trabalho, pela intensificação e/ou extensão em horas do trabalho) e, conseqüentemente, da produção em si; ou seja, as economias dependentes compensam o desbalanceamento das trocas comerciais no mercado internacional, internamente, aumentando a exploração do trabalhador (MARINI, 1981). Para além do aumento da exploração em termos absolutos, baseado no aumento das horas ou do dispêndio de força de trabalho para a produção, emprega-se a compressão dos salários, o que é possível porque a produção latino-americana se faz para fora, para a exportação de produtos primários, ao mesmo tempo em que as classes altas satisfazem seu consumo de bens industrializados pela importação e, não sendo necessária a composição de um mercado interno, o poder de compra dos trabalhadores latino-americanos pode ser cada vez mais reduzido frente às suas necessidades individuais (MARINI, 1981). Isso é o que, de acordo com Marini (1981), configura a superexploração do trabalho nas economias dependentes.

Traçando um paralelo entre superexploração do fator trabalho e o processo denominado por Harvey (2004) de Acumulação por Espoliação (processos interligados pela DIT enquanto reguladora da acumulação capitalista na economia internacional), podemos perceber como as relações de dependência se desenrolam especificamente sobre a exploração dos recursos naturais, essencial, claro, para economias de pauta primária/extrativa. Harvey (2004), na esteira da discussão sobre a exploração do trabalho em formas pré-capitalistas — no caso a superexploração do trabalhador latino-americano, bem como regimes de servidão e escravização —, expõe sua visão de que o capitalismo precisa constantemente retirar de fora de si as soluções para suas próprias contradições. O autor aponta o fenômeno da superacumulação como motor das crises do capital (em razão da desvalorização de capitais que daí decorre), que, para se resolverem sem o engendramento de uma economia excessivamente especulativa, precisam do escoamento de capital para investimento produtivo em novas frentes inexploradas (HARVEY, 2004).

Logo, a expansão das bases do capitalismo para territórios que ainda não o incorporaram plenamente, por meio do imperialismo, resolveria esse problema dentro da lógica do capital, ao criar mais demanda de bens de consumo e investimento, como também terreno para a inserção do capital em territórios com matéria-prima e mão-de-obra de menor custo, o que tornaria os investimentos produtivos bastante lucrativos ali, em um processo fraudulento e violento, contínuo, de espoliação das economias vulneráveis pelas mais “desenvolvidas” (HARVEY, 2004).

O autor, para embasar esse ponto, aponta as mais diversas estruturas que perfazem o processo de acumulação primitiva do capital e que, como podemos concluir, se mantêm

plenamente atuantes nos dias de hoje.

[...] a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. (HARVEY, 2004, p. 121)

O objetivo desses processos, segundo Harvey (2004), é escoar os excedentes de capital, criando novas frentes de aplicação, pelos meios citados. Outra maneira de solucionar o problema da sobreacumulação, e que vemos exposta também por Marini (1981) quando trata da superexploração do trabalhador latino-americano e do intercâmbio desigual, é a desvalorização de ativos, da força de trabalho ou de insumos (também através de métodos imperialistas e espoliativos, direta ou indiretamente) para o escoamento de capital sobreacumulado (HARVEY, 2004). Isso porque ensejam a criação de novas frentes de investimento produtivo altamente rentáveis e, portanto, a atração de capital sobreacumulado para essas atividades. É uma eterna expansão, num processo contraditório de crescer para sobreviver e, quanto mais se cresce, mais difícil se torna manter o bom funcionamento do sistema.

É interessante pontuar agora, rapidamente, o emprego da abertura de mercados e da separação da agricultura e artesanato como ferramentas essenciais para a destruição das economias naturais a que Luxemburgo (1970) alude. Luxemburgo (1970) afirma que, para a apropriação dos fatores de produção (trabalho, terra e recursos naturais) presentes nas economias naturais, a inserção da lógica capitalista através da criação de mercados internos é essencial. Para tal, um dos meios mais comuns é a implementação de meios de transporte, através da instalação de linhas férreas, canais de navegação, e outras estruturas de transporte, para permitir a entrada do capital nessas novas fronteiras e estabelecer como que um ecossistema comercial inicial (LUXEMBURGO, 1970). Esse tipo de movimentação é definitivamente presente no processo de integração da Amazônia Brasileira à reprodução ampliada do capital, em diversos momentos históricos, como no caso das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, ou da construção do Porto de Manaus durante o auge da economia gomífera.

Aliada à criação de um mercado interno que permite uma melhor infraestrutura de

ligação com o mercado externo está a separação da agricultura e artesanato, que, segundo Luxemburgo (1970), garante a desestruturação de vez das economias naturais ao impedir que as economias rurais se sustentem em si próprias pela produção de subsistência dos meios de vida naturais e artesanais, obrigando a implementação da grande propriedade rural, voltada para a lógica de mercado e o consumo de bens industriais que integre essas economias independentes à reprodução ampliada. Portanto, volta-se a produção rural para uma maior exploração extensiva e intensiva dos recursos naturais, da terra e do trabalho, que se manifesta basicamente na produção em monocultura latifundiária.

À vista do que foi discutido aqui é possível compreender que as relações de dependência capturam a dinâmica de exploração do trabalho na América Latina, subordinando-a às necessidades das economias centrais e desencadeando a superexploração do trabalhador latino-americano. Também pudemos ver, ao mesmo tempo, como as próprias economias nacionais latino-americanas são forçosamente relegadas ao papel primário-exportador, de maneira que sua dependência da produção manufatureira das economias centrais impede o alcance de algum tipo de desenvolvimento, dentro da estrutura capitalista, que minimamente as iguale às economias industriais, assim domando seu regime de produção à direção da acumulação capitalista a partir do centro.

Tendo resolvido, portanto, em parte, como o trabalho é superexplorado e as economias são subjugadas na periferia do sistema e como a tendência de internacionalização do capital mantém essa dinâmica, junto à análise sobre a superexploração dos recursos (naturais, especialmente) desses territórios, através de processos violentos e a contínua destruição das economias naturais que se traduz em Acumulação por Espoliação, é essencial voltarmos os olhares para as repercussões imediatas que a colonização dos territórios latino-americanos desenvolve no âmbito da então colônia brasileira e, mais especificamente, na região correspondente à atual Amazônia brasileira, para compreendermos como a espoliação e apropriação de recursos amazônicos pelo grande capital (incluindo terra, trabalho e demais fatores de produção) se dá, desde seu início, e como funciona de motor para a expansão das bases de produção e acumulação capitalista, junto aos demais territórios latino-americanos como um todo.

2.5 INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA À DINÂMICA CAPITALISTA

Para um vislumbre inicial de como se estabelecem as relações da Coroa Portuguesa

com o território amazônico, que demonstram os contornos iniciais que figuram no regime de exploração da Amazônia e a relação espoliativa do Estado brasileiro (e do mundo) com essa rica região, é interessante observar um pouco dos desdobramentos históricos iniciais da colonização portuguesa, bem descritos por Aluísio Lins Leal em “Uma sinopse histórica da Amazônia”.

Leal (2010, s/p) estabelece 4 momentos principais em que se deu o projeto de exploração sobre a Amazônia:

1) o que poderíamos chamar de período exploratório, que compreende o século XVI, e no qual já se tem uma clara amostra do que iria advir nos séculos seguintes; 2) o verdadeiro período colonial português, que, grosso modo, pode ser compreendido entre o ano da fundação de Belém (1616) e o início do Império (1822); 3) o período de vinculação às economias capitalistas hegemônicas, do século XIX em diante (cujo início coincide com a vinculação subordinada do Brasil à Inglaterra, por força da existência de uma independência política formal, mas uma subordinação econômica de facto); e 4) a fase da atualidade recente, onde essa vinculação é redefinida em função da redefinição da Divisão Internacional do Trabalho após a Segunda Guerra Mundial, que se materializa a partir do surgimento do golpe militar, e se consolida com a vigência da ditadura.

A primeira fase, segundo Leal (2010), representa um curto período de tempo, e é exemplificada por expedições e incursões — em sua maioria fracassadas — pelo território amazônico; situações isoladas de saque, mas que ainda não se articulam estruturalmente em um projeto espoliativo dos recursos da região. Já no período subsequente começam a despontar os contornos do que seria a política colonial sobre a Amazônia, até então mais ou menos ignorada pela Coroa Portuguesa. Mediante a ameaça representada pelo assentamento inglês e holandês na região, que começa a suceder no estabelecimento de um mercado regional direto com as duas potências e que poderia vir a representar a perda do controle do território, e portanto das possibilidades de exploração de seus recursos, o Império Ibérico funda Belém, em 1616, numa tentativa de retomada do território (LEAL, 2010). Nessa mesma esteira, Malheiro, Michelotti, Porto-Gonçalves (2021), elencam a presença das cinco grandes potências coloniais — Holanda, França, Inglaterra, Portugal e Espanha — na Amazônia, e seu papel base na formação territorial da região, a partir das disputas entre elas, enquanto elemento geopolítico que serve de indício de sua evidente incorporação forçada à “constituição do sistema mundo capitalista moderno-colonial” (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021, p. 94). Sendo o elemento geopolítico ainda hoje tão importante no que se refere ao projeto de saque à Amazônia, por sinal.

Contudo, para além da fundação de Belém, as potências colonizadoras não se furtaram de usar do extermínio, da fraude e do apagamento dos povos indígenas que

habitavam a região naquele momento, contando com a presença constante da Igreja Católica, que atuava tanto na frente militar direta, quanto através da catequese, como meio de destruição dos traços sociais específicos daquelas sociedades (LEAL, 2010). É perceptível, segundo Malheiro, Michelotti, Porto-Gonçalves (2021), que três foram as bases sobre as quais se assentou a conquista e subjugação da porção setentrional da colônia portuguesa nas Américas: guerra, catequese e exploração do trabalho indígena. Ou seja, instala-se um inicial regime de destruição paulatina das economias naturais amazônicas para, em sequência, permitir sua integração ao sistema-mundo no momento de incipiente disseminação das bases do que se tornaria o modo de produção e o regime de acumulação capitalista.

Vale ressaltar, segundo Marques, G. (2019) demonstra, a complexidade e grandeza das sociedades estabelecidas no território amazônico nesse momento, dispostas, muitas vezes — de acordo com indícios arqueológicos — em cidades com populações de milhares de habitantes, organizadas em uma rede bem desenvolvida de produção e comércio. Assim podemos compreender mais profundamente a extensão da destruição e o volume de violência empregada através da colonização para o total apagamento da complexa rede de sociedades milenares amazônicas.

Na Bacia Amazônica, as chefaturas complexas se expandiam, sustentando longas redes de troca que conectavam a região em todas as direções, proporcionando, juntamente com o fluxo de bens de prestígio e mercadorias, o intercâmbio de tecnologias e ideias. Foram essas sociedades dinâmicas, com sofisticado domínio sobre os mais diversos ecossistemas, que foram encontradas pelos conquistadores europeus no século 16. Em nenhuma outra parte do país o desenvolvimento de instituições sociopolíticas complexas tinha chegado tão longe. Não cabe aqui especular se os cacicados amazônicos teriam se tornado estados expansionistas como o império Inca. Mas estavam, certamente, mais próximos de sê-lo do que do quadro de idílicas tribos de floresta tropical que continuam a influenciar nosso imaginário. (Schaan, 2008, p. 35, apud MARQUES, G. 2019, p. 41)

Entretanto, a organização social e econômica tão eficiente que ali se desenvolveu não satisfazia as necessidades da acumulação capitalista em seus estágios iniciais e, portanto, “[s]ociedades, culturas e tecnologias construídas ao longo de mais de 10 mil anos foram rápida e intensamente destruídas. Parte dos conhecimentos sobre plantas, animais e técnicas também se perdeu com isso.” (MARQUES, G. 2019, p. 42)

Podemos depreender facilmente desse processo de subjugação os mecanismos próprios do capital em seu momento de Acumulação Primitiva, pela destruição das economias naturais, como denota Luxemburgo (1970), que abrange a destruição do modo de vida e sociabilidade próprios daqueles que não se adequam à reprodução do capital, de forma a expropriar seus recursos e abrir novos caminhos de reprodução ampliada (mesmo nesse

momento inicial de assentamento das bases do capitalismo enquanto sistema-mundo). Vemos também a superexploração do trabalho nas economias dependentes, de que nos fala Marini (1981), e que não se furta da exploração do trabalho servil ou escravizado enquanto seja lucrativo mantê-los no interior da estrutura capitalista. Ambas frentes de exploração amparadas pela instituição religiosa, bem como pelo Estado, o que caracteriza o apoio necessário da superestrutura para o funcionamento da infraestrutura, conforme indica Marx (2013a).

Seguindo a análise histórica, Leal (2010) expõe como a exploração econômica portuguesa sobre a Amazônia que se desenha a partir daí é pautada especialmente no extrativismo, nesse momento, na coleta das “drogas do sertão”. Extrativismo e genocídio dos povos originários, então, funcionam juntos para a entrada portuguesa e domínio colonial da Amazônia (LEAL, 2010).

Leal (2010), nesse sentido, assinala também como a catequese e as missões católicas que ali se instalam contribuem para a política do descimento, cujo sentido era extirpar povos de suas terras e “remanejá-los” para o trabalho forçado. Além do descimento, os “resgates” e “guerras justas”⁴ atuavam para a destruição das formas de vida milenares das sociedades amazônicas e sua “integração” ao novo regime de produção e exploração da região. (LEAL, 2010). O processo de colonização foi se desenvolvendo do estuário da região do Baixo Amazonas para a interiorização do rio: à medida que sociedades inteiras eram destruídas, escravizadas e, por fim, caíam, sob o pesado regime de trabalho aplicado, os colonizadores subiam os rios e, em seu caminho, encontravam mais recursos naturais valiosos (como o cacau) e mais povos resistentes à subjugação, de maneira que o processo de violência e exploração se repetia ao adentrar o território (LEAL, 2010).

Para Malheiro, Michelotti, Porto-Gonçalves (2021), a exploração do trabalho indígena seria o pilar central que sustenta o projeto espoliativo da Amazônia em sua origem, de maneira que a conquista do território por meio da guerra e catequese se convertem em desdobramentos necessários para a subjugação desses povos, que passam a incorporar forçosamente a estrutura produtiva colonial, ainda não capitalista em si, mas que serve aos interesses externos de acumulação e reprodução do capital.⁵ Trata-se do que os autores

⁴ Se configuraram em resgate de presos de guerra que em seguida eram direcionados para o trabalho escravo como pagamento por seu salvamento, e incursões de tropas de guerra que invadiam territórios indígenas com a justificativa de resistência à Coroa ou à difusão da Fé Católica, respectivamente.

⁵ É possível traçar aqui um paralelo com a análise de Marini (1981) sobre a superexploração do trabalhador latino-americano como a base sobre a qual se desdobram as relações de dependência e que permitem que o sistema capitalista alcance uma nova fase, mais sofisticada, de acumulação e exploração do trabalho nas economias centrais. Contudo, trataremos dessa variável sistêmica mais à frente.

chamam de “dominação do ouro vermelho”, em alusão ao termo empregado pelo Padre Antônio Vieira para se referir à exploração do trabalho indígena. Quanto a isso, é importante notar também que ultrapassa o mero emprego da força de trabalho dessas pessoas, vai além e se apropria dos próprios saberes desses povos, quanto à extração das drogas do sertão, num primeiro momento (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021). É o que Harvey (2004) exemplifica ao demonstrar como o projeto espoliativo capitalista envolve, além dos fatores de trabalho puramente materiais, conhecimentos específicos e riquezas culturais e intelectuais, num movimento que se desdobra até hoje através, por exemplo, da biopirataria e do patenteamento de espécies e saberes milenares regionais por grandes companhias transnacionais, que se utilizam, basicamente, do saque institucionalizado para lucrar.

Adentrando no extrativismo em si enquanto base do saque de riquezas empregado pela potência colonizadora na Amazônia naquele momento, podemos observar até mesmo que os métodos extrativos empregados pelos colonizadores já demonstravam a lógica de exploração ao esgotamento que vemos figurar ainda hoje, em grande medida no que se relaciona aos recursos naturais próprios do território amazônico:

[...] o estilo atrasado e devastador da exploração dos colonos levou a que algumas espécies – como o cravo nativo e o cacau, por exemplo – passassem a se tornar passíveis de desaparecimento ou, pelo menos, minguasse a sua produção devido ao caráter desordenado e irresponsável da exploração executada por eles. (LEAL, 2010, s/p)

Para evitar que o mesmo esgotamento se repetisse com a força de trabalho representada pelo incontável número de indígenas escravizados, a Coroa Portuguesa inaugurou, então, regimentos próprios de trabalho institucionalizados e liderados pelos padres missionários (LEAL, 2010). Estabelece-se, assim, uma produção primária de regime mais ou menos feudal e voltada à exportação, através de fazendas de propriedade religiosa, e que assim permanece até meados do século XVIII, quando é suplantada pela produção capitalista, mais rentável, e que se explicita sob a figura do Marquês de Pombal (LEAL, 2010).

Um último ponto sobre a inserção colonial do território amazônico ao sistema-mundo capitalista, interessante de observarmos no momento, é a tese que Oliveira (2016) defende, de que se desenrola no Brasil um processo de colonização dual, que desemboca em diferentes modelos de exploração sobre as duas colônias portuguesas no interior do território brasileiro; uma com sede em Salvador, que representa o Brasil central, e outra com sede em Belém, que representa a porção setentrional da colônia e engloba em grande medida a Amazônia

(OLIVEIRA, 2016). Para Malheiro (2020), o regime dual de colonização dos territórios brasileiros constitui a Amazônia como uma externalidade ao Estado brasileiro e até mesmo risco à soberania e formação de uma identidade nacional coesa, em face da multiplicidade de nações ali presentes.

Apesar de essa observação talvez levar pouco em conta a multiplicidade de nações e povos que também habitavam as demais regiões do atual Brasil, é inegável que a região amazônica permanece até os dias de hoje como uma externalidade ao Estado brasileiro, e que os povos tradicionais amazônidas são vistos e tratados, especialmente pelo aparelho militar, como ameaças externas à soberania brasileira, ou melhor dizendo, ao Estado capitalista brasileiro conformado às estruturas transnacionais de reprodução ampliada do capital.

Assim, encerramos a análise sobre os processos que lançam as bases da exploração e acumulação capitalista na Amazônia, bem como de seu primeiro momento de integração ao sistema-mundo capitalista, enquanto expressão do movimento de internacionalização do capital pela via da Acumulação Primitiva a nível mundial. Nesse momento, a produção e exploração do trabalho em si se dão em formas pré-capitalistas em toda a colônia brasileira, incluindo sua porção setentrional amazônica — talvez ainda mais calcada que as demais em métodos feudais e já então ultrapassados de produção e extração. Agora faz-se necessário voltar os olhares para a próxima fase de acumulação capitalista, na qual as relações de dependência começam a tomar contornos bem estabelecidos, o que, claro, repercute na exploração dos recursos amazônicos de maneira particular, através de uma lógica de produção mais eficiente em termos capitalistas.

2.6 A ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO ENQUANTO SUPEREXPLORAÇÃO DA NATUREZA: DESDOBRAMENTOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Vimos como a colonização dos territórios latino-americanos e os processos de apropriação de seus recursos naturais, bem como a superexploração do trabalho que dela decorrem, são essenciais para o desenvolvimento capitalista das economias centrais e para a reprodução ampliada do capital em nível mundial. Também pudemos analisar os desdobramentos diretos na Amazônia dessa inserção forçada dos territórios latino-americanos numa economia internacional capitalista, que se expressa pelo extrativismo agressivo, o início de uma produção primária voltada à exportação e os métodos violentos de apropriação dos saberes e exploração do trabalho indígena, que decorrem da destruição das economias naturais

e construção de uma estrutura econômica que sirva às necessidades do capital. Contudo, até aí, a produção/extração primária e a exploração do trabalho ainda se desenvolvem em formas pré-capitalistas. Situação que começa a se modificar a fins do século XVIII, quando, segundo Leal (2010), as relações de produção estabelecidas por Portugal na colônia brasileira ainda se encontravam em estágio de desenvolvimento anterior ao processo capitalista em si.

O autor assinala que, por conseguinte, a produtividade e eficiência do regime de acumulação e produção eram inferiores aos atingidos pelas potências mais desenvolvidas no interior do modelo capitalista, como Inglaterra, por exemplo, e que essa situação garantia à potência inglesa níveis de acumulação muito superiores, constituindo vantagem adicional para a futura reprodução do capital em sua economia (LEAL, 2010). Foi procurando corrigir essas assimetrias que Marquês de Pombal inaugurou um projeto de modernização produtiva da Amazônia, reconhecida por ele como importante elemento de acumulação para a potência colonial portuguesa (LEAL, 2010).

Para tal, a política pombalina instituiu uma lógica mercantil de produção, pela criação da Companhia do Grão Pará e Maranhão; desvinculou o processo de produção da Igreja Católica, como parte de uma reestruturação político-administrativa do território; adotou políticas de defesa e definição de fronteiras por vias militares; impulsionou atividades agropecuárias; e buscou a integração indígena às estruturas de trabalho (e vida) tipicamente europeias (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021).

Uma vez mais, violência e destruição perfazem o caminho da “modernização”, de modo que, segundo Leal (2010), se instala uma violenta política de apagamento das culturas e modos de vida dos povos indígenas ao serem integrados à sociedade colonial, bem como profundos movimentos de degradação e esgotamento de recursos naturais, que descambam em sérios prejuízos ao meio-ambiente ainda nesse momento. Fica claro que a violência colonial já descrita apenas se desdobra em novas frentes modernizantes de adequação aos regimes de acumulação e produção vigentes, mas que ainda seguem os mesmos caminhos destrutivos que se estabelecem num primeiro momento. “Associaram-se, pois, a este estilo de pilhagem colonial característico dos portugueses, dois subprodutos muito próprios: a destruição ambiental e o extermínio genocida.” (LEAL, 2010, s/p)

Pode-se considerar o período pombalino quase como uma fase de transição à entrada do grande capital e integração plenamente capitalista da Amazônia às economias europeias (muito mais que à própria economia brasileira, inclusive), na qual foram estabelecidas as principais bases de reprodução do capital no interior do próprio território. É o momento em que a Amazônia começa a passar de elemento da acumulação para território dependente, nos

moldes do que ocorre com a América Latina, segundo Marini (1981), a partir da Revolução Industrial.

No momento subsequente, que Leal (2010) denomina “vinculação direta ao capitalismo hegemônico”, evidencia-se especialmente o papel inglês na economia amazônica e o primeiro ciclo da borracha. Outros acontecimentos de igual importância, como o movimento da Cabanagem, nos furtaremos de tratar no presente trabalho, a fim de manter a análise no que se refere aos principais desdobramentos no eixo econômico e estrutural.

No período de vinculação amazônica ao capitalismo hegemônico, segundo Leal (2010), a primeira variável importante a destacar é o declínio ibérico — ainda muito ligado a estruturas arcaicas de produção e acumulação, como vimos —, e o despoite inglês, como representante da “modernidade”.

No esteio da Revolução Industrial, as principais sociedades capitalistas voltam suas atenções à formação de um arcabouço técnico-científico direcionado à produção industrial mais produtiva e ampla e à acumulação de capital mais eficiente e desenvolvida (LEAL, 2010). É aí que a Amazônia, terreno de abrigo a uma enorme biodiversidade e incontáveis riquezas ainda não descobertas pelas nações europeias nesse momento, se torna objeto de cobiça para o desenvolvimento científico capitalista e possível fornecedora das mais diversas matérias-primas que beneficiassem a produção industrial (LEAL, 2010).

A partir daí seguem diversas expedições com o objetivo de desvendar os mistérios naturais da Amazônia e trazer a lógica da acumulação capitalista para o “melhor” aproveitamento de seus recursos naturais (LEAL, 2010). Dessas vale destacar as expedições de La Condamine e Humboldt, que “prenunciam a mudança do papel histórico da Amazônia, de região fornecedora de meios de consumo para a metrópole colonial, para região fornecedora de meios de produção, sob a forma de matéria prima, para a acumulação industrial.” (LEAL, 2010, s/p)

Ao mesmo tempo, porém, a sociedade amazônica em si vivia um estado de profundo subdesenvolvimento de suas estruturas capitalistas de produção e acumulação (LEAL, 2010). É a repetição, em terreno menor, do que acontece a toda a América Latina, que serve de importante fonte de progresso às economias industriais centrais e que permite mesmo a melhoria da qualidade de vida geral das classes trabalhadoras alhures, ao passo que, internamente, lida com a subjugação ao atraso e o paulatino aprofundamento das relações de dependência que lhe permeiam, como único modo de sobrevivência e funcionamento no interior da máquina capitalista.

Destaca-se o papel da Inglaterra e dos Estados Unidos nas diversas incursões que

buscavam riquezas na região, algumas já diretamente direcionadas à borracha, bem como tentativas de estabelecer uma navegação aberta no rio Amazonas, que permitisse a entrada internacional direta pelo rio, facilitando as trocas comerciais, mesmo se necessário o uso da força para fazê-lo (LEAL, 2010). Chega-se, para tal, às vias de se declarar o Brasil como inapto a gerenciar a Amazônia para seu melhor proveito econômico (LEAL, 2010). Retórica muito familiar de domínio militar externo sobre o território amazônico, mas em desuso no atual momento por ser desnecessário frente ao entreguismo já empreendido pelo Estado brasileiro, sobretudo na figura do atual Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Daqui também podemos perceber, na prática, a importância que Luxemburgo (1970) delega aos empreendimentos de transporte para a entrada do grande capital onde ainda não se instalou plenamente.

O movimento da Cabanagem, então — que, como já dito, não será discutido a fundo aqui —, representa o momento de verdadeira ruptura da Amazônia com o domínio colonial português, de acordo com Leal (2010).

A borracha, que inaugurou toda uma economia própria na Amazônia, e que ali se encontrava em vultosas quantidades, representa uma importantíssima fonte de acumulação capitalista e desenvolvimento industrial, pelas suas propriedades e possibilidades de aplicação diversas (LEAL, 2010). É assim que a Amazônia passa a integrar de fato a economia internacional como fornecedora de insumos industriais, se transformando em território chave para a dinâmica capitalista de acumulação e reprodução do capital.

Mas por que a borracha adquire papel tão central a ponto de movimentar toda uma economia e inaugurar uma estrutura própria de poder na Amazônia? Porque, num momento em que já se vivencia a chamada Segunda Revolução Industrial, mesmo antes da indústria automobilística, a goma vulcanizada — processo inventado por Goodyear e que aumentava suas propriedades resistentes — era essencial para a produção de maquinário (LEAL, 2010; MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021). Como vimos, tão importante para o aumento da produtividade do trabalho que confere a expropriação de maior volume de mais-valia extraída e, portanto, de mais capital acumulado pelas economias industriais.

A borracha evoluiu de simples produto vegetal-comercial para elemento essencial ao desenvolvimento da indústria burguesa, consolidando o papel da região como fornecedora de matérias primas industriais – e não apenas exportadora de produtos de consumo direto, como era o caso de peixes, ervas, etc. (MARQUES, G. 2019, p. 61)

O processo de exploração da borracha ainda contribui para a “ocupação” e

consolidação territorial da região, bem como para a formação das principais estruturas sociais que vigoram em grande parte até hoje, encabeçadas por uma burguesia oligárquica regional voltada para a satisfação das necessidades externas de acumulação e reprodução do capital a partir da Amazônia (LEAL, 2010).

Vale lembrar que, seja pela borracha, seja por outros produtos, há, entre fins do século XIX e meados do século XX, a formação de várias oligarquias regionais em torno de processos extrativos, a partir da dominação da terra por mecanismos jurídicos de posse (como o aforamento). (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021, p. 109)

O modo de inserção da lógica capitalista de produção é o sistema de aviamento, que captura e amarra o extrativista seringueiro pelo endividamento, numa situação de servidão/escravização prática dessa mão-de-obra, essencial para a conformação da produção ao nível da acumulação capitalista (LEAL, 2010). Vemos nos desdobramentos históricos, mais uma vez, como o capitalismo não se exime da exploração pré-capitalista dos fatores de produção para sua reprodução. O resultado sempre é o desfavorecimento das economias e sociedades exploradas em favor da reprodução ampliada do capital.

Para a extração extensiva e intensiva da borracha, utilizou-se do grande contingente populacional em estado de precariedade de vida no nordeste brasileiro (também ocasionado pelos desdobramentos capitalistas de acumulação e reprodução na região, diga-se de passagem), através da imigração, como força de trabalho adjacente à regional; ao passo que também houve a instalação de um grande projeto ferroviário (a Estrada Madeira-Mamoré) que permitisse um escoamento mais eficiente do produto (LEAL, 2010). São os mecanismos do capital agindo em conjunto para o desbravamento de uma nova fronteira ao regime de acumulação capitalista industrial. Ressalta-se ainda que todo esse projeto altamente modernizante e vinculado aos maiores centros econômicos industriais capitalistas da época continua a empregar, conforme destacam Malheiro, Michelotti, Porto-Gonçalves (2021), mecanismos arcaicos de dominação dos povos originários, como a catequese, as guerras justas, a escravização de corpos negros e indígenas e a invasão de terras – agora por meio dos colonos, ao invés do braço estatal em si —, nas chamadas correrias.

Essas expedições, conhecidas como correrias, entravam na floresta com o objetivo de retirar, expulsar, fazer correr para outro lugar, capturar indígenas para o trabalho ou simplesmente exterminar as diversas etnias indígenas localizadas ao largo das áreas de expansão das frentes econômicas da borracha, da castanha e até mesmo, em alguns lugares da Amazônia, do garimpo. (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021, p. 110)

Funcionam em conjunto a superexploração do trabalho, a criação de um exército de reserva, a destruição das economias industriais, um aparelho estatal administrativo e uma oligarquia regional como representantes dos interesses externos e empreendimentos de meios de transporte para a vinculação direta ao comércio internacional, como injeção da lógica capitalista na Amazônia e sua integração direta à dinâmica internacional de reprodução ampliada.

Os mesmos fatores que elevam a economia gomífera da Amazônia são a causa de seu declínio: Revolução Industrial, a Inglaterra e, basicamente, a maior e mais efetiva acumulação de capital. Após atingir o ápice em 1910, quando a exportação de borracha praticamente se iguala à do café no Brasil, Inglaterra, movida por uma maior possibilidade de controle da produção e dos excedentes gerados, após muito investimento, inaugura os massivos seringais em monocultivo na Ásia; o que representa um fim abrupto ao primeiro ciclo da borracha e, com ele, um processo de profunda desestruturação econômica e crise na região que recai, obviamente, sobre as parcelas mais vulneráveis da sociedade, entre elas os trabalhadores migrantes da região Nordeste (LEAL, 2010; MARQUES, G. 2019; MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021). Contudo, a formação oligárquica regional já estava constituída e conseguiu sobreviver ao colapso, transformando-se em importante aliada do capital internacional no contínuo projeto de saque e expropriação parasitária da Amazônia, com todos os recursos que encerra (MARQUES, G. 2019).

É interessante notar ainda, como Leal (2010) mesmo aponta, que o cultivo de seringueiras nas colônias asiáticas se inicia através do saque de uma semente por um expedicionário inglês. É como Harvey (2004) denota: a presença de mecanismos de espoliação, como a biopirataria, se fazem presentes nas mais diversas instâncias e temporalidades como ferramenta de acumulação do capital.

Constata-se então que a análise de Harvey (2004) sobre a Acumulação por Espoliação pode percorrer toda a linha histórica que traçamos neste trabalho, visto que se trata de um movimento contínuo e que funciona, em última análise, como base para a reprodução ampliada do capital. Aparece como Acumulação Primitiva no momento de estabelecimento do sistema de acumulação capitalista nos territórios latino-americanos, pela destruição das economias naturais e integração da região à reprodução ampliada do capital (que figuram na região amazônica como o momento de assentamento português e exploração colonial pela via extrativa das drogas do sertão e baseada na escravização do trabalho indígena); mas continua a se manifestar durante todo o processo de desenvolvimento da acumulação e produção capitalista em seu pleno funcionamento nas economias dependentes (funcionamento

distorcido e subjugado, apesar de pleno) e se estende até os momentos atuais, alcançando novo papel na dinâmica capitalista, com a emergência de um processo de financeirização da economia internacional, mas que mantém os mesmos mecanismos pelos quais opera, acrescidos de novas ferramentas e tecnologias políticas e econômicas.

2.7 CONCLUSÕES INICIAIS

Ao longo desse capítulo pudemos depreender os movimentos de Acumulação Primitiva do capital, que subjugam, nos primeiros séculos da colonização formal ou indireta, os territórios latino-americanos, envolvendo seus recursos e força de trabalho em processos superexploratórios como condição essencial para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, que se desdobra continuamente em Acumulação por Espoliação, através da violência, do saque e da desvalorização do trabalho em nome do lucro.

Passemos agora ao século XX, quando os processos espoliativos e as relações de dependência adquirem caráter adensado e transnacional, perpassando algumas tentativas frustradas da economia brasileira de quebra desse padrão produtivo, mas respeitando as regras gerais da acumulação capitalista e os efeitos devastadores para a Amazônia brasileira de seu fracasso, convertido em perpétua externalidade para a promoção do desenvolvimento nacional.

3 NOVA DIT, IMPERIALISMO E ESTADO COMO AS ENGRENAGENS DO CAPITAL NA AMAZÔNIA NO SÉCULO XX

Seguindo a análise sobre os desdobramentos da acumulação e reprodução do capital na manutenção de relações de dependência entre economias periféricas e centrais via DIT, e seus impactos na exploração do trabalho e da natureza via espoliação — especialmente no que se refere à Amazônia como foco de nossa investigação —, lancemos um olhar sobre os principais momentos em que essa dinâmica se aprofunda, munida de novas tecnologias econômicas, produtivas e mesmo políticas, a partir de processos mais sofisticados de acumulação.

Nos deteremos especialmente: 1) no desenrolar da exportação de capital para as economias periféricas, que permite ao Brasil alçar voo a um projeto de industrialização nacional, representado pela política de Industrialização por Substituição de Importações (ISI); 2) no derradeiro fracasso do projeto industrializante durante a ditadura empresarial-militar; e 3) na ascensão de um regime de acumulação capitalista baseado nas finanças, que repercute em retorno às bases produtivas essencialmente primárias, sob nova ótica.

Observaremos também como a Amazônia é instrumentalizada durante todas essas fases do desenvolvimento de um capitalismo dependente na economia brasileira, e os efeitos nefastos sobre a região, através do saque, da exploração e de processos cada vez mais violentos e agressivos de abertura ao capital transnacional a tão importante fronteira para a acumulação capitalista.

3.1 OS DOIS LADOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO LATINO-AMERICANA: IMPERIALISMO E DESENVOLVIMENTISMO

Vamos iniciar a análise pelo processo de industrialização latino-americana, destacando duas facetas que compõem seus principais determinantes internos e externos: a Industrialização por Substituição de Importações (ISI), como elemento essencial das políticas de cunho desenvolvimentista latino-americanas que almejavam ensejar desenvolvimento econômico nacional a nível equiparado ao das economias centrais pela industrialização; e o movimento de exportação de capitais, em se tratando das economias industriais, enquanto resolução da crise de sobreacumulação que sofrem, em meio a um capitalismo monopolista

em pleno funcionamento. Trata-se de duas faces de um mesmo fenômeno, que se complementam para reestruturar o regime de acumulação capitalista em um novo patamar, a nível mundial.

Mas como, exatamente, esse processo se desenrola?

Já ao final do século XIX, segundo Lenin (2010), as economias industriais encontram-se em estágio acelerado de monopolização, em posse de vultosos montantes de capital, o que descamba em uma crise de sobreacumulação, que se acentua sobremaneira após a I Guerra Mundial. Isso é o que Harvey (2004) aponta como o constante processo de geração de crises a partir da sobreacumulação de capital, quando não encontra novas frentes de investimento lucrativas e sofre desvalorização, num efeito de “excesso de oferta” de capitais na economia. É um fenômeno que pode ser traçado (como esse trabalho vem tentando fazer) desde a Acumulação Primitiva — passando pela colonização da América, o estabelecimento da dependência, a superexploração do trabalho, a transferência de parte do lucro das economias dependentes às economias centrais, em forma de dívida externa ou pelo intercâmbio desigual, ou seja, o constante saque, direto e institucionalizado, que se estabelece na economia internacional — e que leva, em última instância, à situação de monopólio e crise de sobreacumulação nessas economias que se utilizaram de métodos violentos e espoliativos para enriquecer e continuam fazendo-o para expandir mais e escoar esse capital sobreacumulado, quase que como num ciclo vicioso.

Não iremos adentrar a formação de monopólios no interior das economias industriais-bancárias centrais e a supressão do capitalismo concorrencial em si, mas partimos dessa premissa para analisarmos a exportação de capitais que daí decorre. Nesse momento, Lenin (2010) aponta, o capitalismo atinge uma nova fase de seu processo de acumulação e reprodução: monopolista e imperialista. No cenário internacional, a concorrência comercial transfigura-se em disputa por áreas de investimento, com o despoite de algumas economias como potenciais monopólios internacionais que buscam partilhar entre si o domínio dos territórios do globo ((HILFERDING, 1985; LENIN, 2010).

Esse grande volume de capital de que fala Lenin (2010) é exportado pelas economias industriais e encontra alternativa de investimento nas economias dependentes, algo que se intensificará sobremaneira a partir da década de 1950, conforme nos indica Paulani (2012). Mas podemos traçar o estabelecimento de um fluxo contínuo de investimento, que contribui para a formação de um capital transnacional, ao início do processo de industrialização na América Latina, na década de 1930, segundo Tavares (2016), face à crise internacional representada pela Grande Depressão.

É interessante perceber que a acumulação de capital nas economias industriais não reflete garantia da qualidade de vida da massa de sua população, açoitada pela crise durante a Grande Depressão, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, o grande capital concentrado por bancos e capitalistas industriais não encontra nacionalmente terreno fértil para investimento e volta-se para fora em busca de maiores rendimentos. É notável como a lógica capitalista privilegia o lucro à vida, mesmo nas economias centrais. Como assinala Hilferding (1985), a exportação de capital torna-se extraordinariamente vantajosa quando se leva em conta a superior taxa de lucro alcançada em países menos desenvolvidos na dinâmica capitalista: suas taxas de juros são mais altas para atrair capital externo, visto que seu sistema bancário e creditício é pouco desenvolvido; a renda da terra e a mão-de-obra são mais baratas; a extração de mais-valia absoluta é possível e em maior volume; e a comercialização interna esmaga a concorrência pela produtividade superior das fábricas estrangeiras.

No momento de estouro, digamos assim, da crise de sobreacumulação das economias centrais, representada pelo *crash* da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, a repercussão imediata para as economias latino-americanas é a superprodução de *commodities* — no Brasil, o café — que, de acordo com Tavares (2016), não encontram mais demanda suficiente para absorvê-las no mercado externo. Isso implica crise para essas economias que concentravam sua geração de riqueza no setor externo pela exportação primária, segundo Tavares (2016) e dele dependiam para satisfazer a demanda das classes mais abastadas por produtos industrializados suntuários através de importação, no que Marini (1981) chama de “esfera alta de consumo”. Complementarmente, a indústria doméstica é escassa, pouco desenvolvida e, utilizando-nos da terminologia de Marx (2013), de baixa composição orgânica, voltada para as demandas da massa de trabalhadores superexplorados, com baixo poder de compra, no que constituía a “esfera baixa de consumo de mercadorias” (MARINI, 1981). De forma que o grande capital industrial encontra uma rica frente de expansão, representada pela estruturação de aportes industriais nacionais na América Latina.

Os governos latino-americanos, então, subsidiam a superprodução, impõem mais barreiras protecionistas à importação — numa medida de estancamento do déficit da balança comercial e da evasão de divisas — e, para tal, ensejam o desenvolvimento paulatino de uma indústria doméstica em substituição às importações (TAVARES, 2016). Assim, a ISI se instala para a resolução das limitações impostas na esfera alta de consumo, que por questões conjunturais têm restringidas as importações dos bens suntuários que demandava. Pode-se dizer, segundo Marini (1981), que a industrialização responde a uma demanda externa e é regulada a partir de fora.

O processo se desenvolve especialmente bem na economia brasileira, que possuía uma robustez capaz de permitir um desenvolvimento industrial mais alavancado, a partir de uma mais bem sucedida acumulação de capital num território grande e possuidor de muitas riquezas naturais (bem sucedida sob a lógica do lucro e das classes dominantes, claro). Aqui podemos observar a gênese das bases do que Marini (1981) denomina de subimperialismo, liderado pelo Brasil no lócus Sul-Americano, mas que não exploraremos em profundidade neste trabalho.

Dessa forma, numa confluência de interesses — pelo menos superficialmente —, o capital sobreacumulado das economias industriais direciona-se para o subsídio da industrialização latino-americana, através de financiamentos, de investimento externo direto e da exportação de tecnologia (TAVARES, 2016), essenciais para o despondo das indústrias nacionais latino-americanas. Marini (1981), inclusive, afirma que ocorre a doação de maquinário obsoleto por parte das economias centrais às periféricas. O que acontece, de acordo com Hilferding (1985), é a exportação de capital de empréstimo e industrial, que constrói toda uma infraestrutura econômica e produtiva capitalista nos países menos desenvolvidos, inserindo-os nos mercados internacionais enquanto exportadores de insumos industriais e pagadores de juro, ao mesmo tempo em que absorvem a produção industrial das metrópoles. Garante-se, assim, o estabelecimento de uma estrutura produtiva industrializada que seria bastante útil à acumulação de capital, pelo menos por um período de tempo.

Aqui se desdobra claramente mais um traço da acumulação por espoliação de que nos fala Harvey (2004), ou da destruição das economias naturais, exposta por Luxemburgo (1970), como veículo de avanço do capitalismo pelo mundo, reconfigurando as estruturas produtivas de acordo com as necessidades do capital. Apesar de parecer contraditório falar em destruição de economias ou espoliação, em se tratando de desenvolvimento industrial, não podemos nos esquecer tanto das implicações para a classe trabalhadora, que continua a ser superexplorada na América Latina e, portanto, tem parte do seu trabalho espoliado, como também dos efeitos do desenvolvimento industrial para as fronteiras naturais, essenciais no fornecimento de insumos, bem como para as sociedades que ali habitam e se reproduzem economicamente fora do modo de produção capitalista. Mais à frente veremos os reflexos da industrialização brasileira na Amazônia, o que nos dá um bom indicativo do caminho de destruição, saque e violência que o desenvolvimento do capitalismo impõe. De qualquer forma, voltemos ao debate da ISI e vejamos seus efeitos imediatos para a classe trabalhadora.

A produção industrial, então, ainda é voltada para a esfera alta de consumo, que passa a ser composta por uma pequena classe média, que começa a se formar, capaz de reter parte

da produção de bens suntuários (MARINI, 1981). É uma indústria, portanto, que já nasce em condições monopolistas, para suprir uma demanda pré-existente, logo, sem necessidade de criação de um mercado consumidor (MARINI, 1981). Esse cenário se constitui em uma das determinantes que favorecem a não adoção de incrementos para o aumento da produtividade do trabalho na emergente economia industrial latino-americana, que permitisse a extração de mais-valia relativa pela queda do valor da força de trabalho somada ao barateamento das mercadorias que permitem o acesso da massa de trabalhadores aos bens industrializados sem a necessidade de aumento dos salários (MARINI, 1981). Não. A industrialização latino-americana aplica a superexploração do trabalhador, uma vez mais, para a produção, agora industrial, e baseia seu lucro na extração de mais-valia absoluta, na compressão dos salários e na manutenção de um enorme exército de reserva (MARINI, 1981).

Para além do fracasso na melhoria geral da qualidade de vida da população, que teoricamente poderia ser engendrada pela industrialização, alguns pontos há de se notar sobre a ISI, que constituem fatores cruciais para o fracasso também da quebra do padrão de dependência que dela se esperava decorrer. São, de acordo com Tavares (2016), a manutenção de bases produtivas arcaicas no setor primário, que não adotou incrementos técnicos; a transição incompleta do sistema econômico; e, em último, a permanência da estrutura produtiva internacional, ou seja, da DIT, que resignou as indústrias nacionais latino-americanas ao mercado interno somente, com o grosso de sua geração de riqueza ainda pautada na exportação de *commodities*. Apesar disso, o Brasil especificamente consegue manter um processo de desenvolvimento e expansão de seu setor industrial, todavia às custas do equilíbrio da balança de pagamentos, o que representa dívida externa (TAVARES, 2016). Assim começa-se a estabelecer mais profundamente uma entremeada condição de dependência brasileira de seu setor externo (ou primário, que basicamente se confundem aqui) e do capital transnacional: ao mesmo tempo necessita-se do financiamento externo e da comercialização de *commodities* para o pagamento da dívida.

Nessa mesma linha, Marini (1981) argumenta que a industrialização dos países latino-americanos não acarretou o desenvolvimento de economias industriais, visto que a produção primária ainda estava na base do processo de acumulação, bem como constitui o pilar em volta do qual se desenvolve a indústria. Quando se fala de industrialização das economias latino-americanas dependentes, a referência é muito mais a um processo de ampliação geral do consumo de manufaturados que encontra brechas para se reproduzir nacionalmente do que a uma transformação qualitativa real da base produtiva dessas economias, deslocando o pilar de acumulação do setor primário-exportador para a indústria

(MARINI, 1981). Esse pilar permanece inalterado.

A economia internacional, então, apresenta uma nova DIT à medida que a crise internacional vai se resolvendo. Nela as economias periféricas ocupam-se de uma produção industrial de baixa composição orgânica e baixa tecnologia (MARINI, 1981). Enquanto as economias centrais podem ocupar-se de ainda maior especialização na geração de inovação tecnológica, o que paulatinamente contribui para minar qualquer possibilidade de competitividade industrial entre esses dois níveis de produção. Dessa forma, a nova DIT não altera a estrutura anterior e as economias periféricas mantêm sua base produtiva voltada para suprir as demandas da acumulação capitalista, como fornecedoras de alimentos, insumos industriais, de pagamento de juros e agora bens industrializados de baixa especialização, tudo ainda embasado na superexploração do trabalhador (MARINI, 1981).

É assim que se dá, portanto, de fato, a ISI. O que se assumia como deslocamento do centro dinâmico da economia para o setor interno e conseqüente quebra do padrão de dependência funciona, em realidade, determinado e regulado a partir de fora. Por isso, em verdade, a industrialização latino-americana e brasileira, mais especificamente, enseja um aprofundamento de sua subjugação aos interesses do grande capital, formando, para utilizarmos a expressão de Marini (1981), um novo anel da espiral de dependência. Agora ainda capturadas, essas economias, por um sistema financeiro internacional emergente que reproduz, durante todas as fases de industrialização, a formação de robustas dívidas externas por toda a América Latina; portanto incapazes de financiar seu desenvolvimento industrial desde dentro.

Por fim, o processo de industrialização começa a se frustrar de vez nos anos iniciais da década de 1970, quando a irresolvida crise de sobreacumulação de capital das economias centrais finalmente abarca as economias latino-americanas (PAULANI, 2012). Com o choque do petróleo, ocorre uma evasão imensa de divisas, que são redirecionadas para o investimento financeiro especulativo, especialmente para a Bolsa de Wall-Street, convertida no terreno mais seguro e lucrativo de aplicação de capital no mundo (GOWAN, 2003). Essa situação logo desdobra-se na desindustrialização das economias latino-americanas. De forma que se constrói e se destrói toda uma estrutura industrial em diversas economias nacionais, simplesmente em resposta às flutuantes demandas conjunturais da acumulação capitalista.

Antes de adentrarmos mais profundamente na decomposição da estrutura industrial brasileira e suas conseqüências, observemos a essencial captura do território amazônico nos momentos mais destacados em que se alavanca um projeto nacional industrializante e/ou desenvolvimentista, num processo, além de subimperialista, sub-colonial, em que o Estado

brasileiro e seu aparelho militar ganham grande destaque no processo espoliativo de integração amazônica ao capitalismo mundial.

3.2 O PROJETO MODERNIZANTE “INTRA-COLONIAL” PARA A AMAZÔNIA NO SÉCULO XX

O último ponto que analisamos sobre a economia amazônica do início do século XX foi a desestruturação da economia da borracha, com a implantação dos seringais na Ásia pela Inglaterra. Com o fim da economia da borracha a classe trabalhadora regional realmente envolta na atividade gomífera, vê-se em situação ainda mais vulnerável e a economia regional como um todo desestruturada (MARQUES, G. 2019). Contudo, assenta-se sobre as atividades extrativas e primárias o que Leal (2010) chama de uma sub-burguesia regional, bem consolidada e urbana.

Outro subproduto do encerramento do ciclo extrativo da borracha é o avultado endividamento dos governos regionais em decorrência do estabelecimento da infraestrutura necessária à extração gomífera; situação que abre espaço ao capital financeiro e especulativo de assentar suas bases na Amazônia, agindo em conjunto com as entidades de governo e a burguesia regional para tal (LEAL, 2010). Vemos então, na Amazônia, os indícios dos impulsos iniciais do processo de exportação de capitais de que nos falam Lenin (2010) e Hilferding (1985), que irão transformar a economia extrativa regional em uma complexa rede de investimentos financeiros e produtivos externos em frentes diversificadas de atuação, mas sempre embasadas na grande propriedade privada e na exploração primária. O que se correlaciona muito bem à sina primário-exportadora da economia brasileira dependente, que analisamos na seção anterior, e que se perpetua com o desenvolvimento industrial.

A Amazônia, então, esvaziada das ilusórias possibilidades de desenvolvimento social movimentado pela borracha, se constitui em importante território estratégico de controle e exploração pelo grande capital internacional, já organizado em grande medida em monopólios internacionais nas primeiras décadas do século XX e que buscavam sua entrada ali (LEAL; LENIN, 2010). Nesse momento, entretanto, pelas disputas hegemônicas no cenário internacional e os impulsos nacionalistas que tomavam lugar nas economias periféricas, nenhuma potência imperialista consegue fincar bases sólidas de dominação regional e, dessa forma, a Amazônia se vê relegada à desestruturação social e econômica até a breve reemergência da borracha, impulsionada pela Segunda Guerra Mundial, como motor de

geração de riqueza regional (LEAL, 2010).

Se as duas primeiras décadas do século XX representam bem a continuidade do projeto colonial modernizado para a Amazônia, com a criação e destruição de toda uma economia regional pautada na borracha para melhor atender às necessidades de reprodução do capital, a partir da terceira década, já sob o governo Vargas, podemos observar a tendência que será carregada pelos próximos 50 anos de instrumentalização da região amazônica para a unidade e desenvolvimento nacionais e do militarismo como via de implantação desses projetos, que se vinculam fortemente também ao capital externo, cada vez mais configurado em transacional. Tendência já perceptível desde a reemergência da borracha, que oferece uma razão de Estado para a inserção de uma política de guerra na Amazônia, que se tornará alvo de um movimento intra-colonial, ou sub-colonial, encabeçado pelo próprio Estado brasileiro, figurado desde Getúlio Vargas até os governos ditatoriais militares. Começemos a análise por Getúlio.

Marques, G. (2019) aponta que o processo passageiro de reemergência da economia da borracha se dá após a ocupação japonesa dos seringais implantados na Ásia pela Inglaterra, de maneira que as potências aliadas recorrem à produção gomífera amazônica, alternativamente. O Brasil compromete-se ao fornecimento exclusivo de borracha aos Estados Unidos, numa atitude que revela, muito além de simples intercâmbio comercial, o alinhamento nacional a um lado específico da guerra; tanto é que os trabalhadores da região Nordeste, novamente arregimentados para a extração do látex, são inclusive chamados de soldados da borracha (MARQUES, G. 2019).

O soldado da borracha deveria lutar contra a floresta, para extrair látex e com isso contribuir para a vitória do Brasil e dos aliados. Os soldados diretamente vinculados às Forças Armadas tradicionais defenderiam belicamente a costa brasileira. [...] Este trabalhador não tinha proteção legal: não tinha os direitos nem dos trabalhadores do campo nem dos da cidade (era como se fosse um trabalhador independente, autônomo). Também não era reconhecido como militar, apesar do alistamento. (MARQUES, G. 2019, p. 70 e 71)

Basicamente repete-se o padrão de superexploração do seringueiro do início do século XX com o soldado da borracha, inclusive no que se refere ao estabelecimento de um sistema de escravidão por dívida, com o aviamento (MARQUES, G. 2019). Repetidamente o desenvolvimento, a civilização e a modernidade capitalistas mostram-se facilmente afeitos a métodos pouco “modernos”, ou “civilizados”, de exploração. Contudo, a intra-colonização amazônica promovida no governo Vargas não se furta de uma construção discursiva da Amazônia enquanto terra selvagem, uma externalidade ou “espaço vazio” a ser civilizado

através da ocupação, para o desenvolvimento nacional — que, claro, não levou em conta a rica história milenar humana da região ou sua biodiversidade triunfante (MARQUES, G. 2019). Vargas mobiliza a ideia de progresso para promover a "conquista" da Amazônia como garantia à unidade nacional e à soberania brasileira, como forma de eliminar as ameaças representadas tanto pela cobiça internacional sobre essa porção do território, quanto pela presença dos povos tradicionais amazônidas, vistos como externalidades — assim como a própria Amazônia — (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021) e, portanto, passíveis de serem subjugados à modernidade, integrados a ela ou eliminados.

O Estado brasileiro, então, se empenha em demonstrar e assegurar sua soberania sobre a Amazônia através de nossa própria conquista do Oeste, aos moldes americanos (MARQUES, G. 2019). Para tal, criou-se a Fundação Brasil Central, articuladora institucional de incursões promovidas pelo Governo Federal com o intuito de “‘desbravar’ e colonizar o território compreendido entre os altos rios Xingu e Araguaia e o Brasil central e ocidental” (MARQUES, G. 2019, p. 80). Daí o forte movimento político intra-colonial ou sub-colonial sobre a Amazônia brasileira, que buscava expandir a fronteira da reprodução e acumulação capitalista para a Amazônia, a ser ocupada e inteiramente integrada à dinâmica econômica central do Brasil.

No decorrer do processo de industrialização nacional, de cunho desenvolvimentista, a Amazônia vai se concretizando enquanto território estratégico para a articulação da acumulação capitalista nacional e para o desenvolvimento da indústria, atuando como um dos pilares do setor externo de exportação primária. Dessa forma, ao longo da segunda metade do século XX, instituições foram criadas com o objetivo de manter a presença estatal na Amazônia e garantir a soberania nacional sobre a exploração de seus recursos (MARQUES, G. 2019). Mesmo que em outras frentes os esforços fossem para a abertura amazônica ao capital transnacional. Alguns exemplos são o Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA), criado em 1952, e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953 (MARQUES, G. 2019).

Segundo Marques, G. (2019), a SPVEA, sob o governo de Juscelino Kubitschek, atua na tentativa de quebrar o padrão de geração de riqueza na região baseado no extrativismo, e implementar sua própria ISI regional, além de desenvolver a agricultura. Apesar de falhar nessa frente, ao encontrar forte resistência das oligarquias locais e dos capitalistas industriais da porção Sul do território brasileiro, a SPVEA, como parte das realizações do Plano de Metas, sucede na construção da rodovia Belém-Brasília, importante eixo de ligação, pela lógica desenvolvimentista, do Norte ao Sul do país, e no estabelecimento de um intercâmbio

mais bem articulado de matérias-primas e industrializados (MARQUES, G. 2019). Já falamos de sub-colonização, estamos falando agora de sub-dependência, a partir da construção de uma regionalização brasileira que subjuga os territórios da porção setentrional, incluindo a Amazônia, ao fornecimento de insumos e força de trabalho barateados à produção industrial do Centro-Sul. Aqui vemos mais um exemplo de como a ideia de desenvolvimento é mobilizada para a ação colonial ou imperialista que visa a abertura de novas frentes à acumulação capitalista via espoliação.

Leal (2010) também aponta a construção da rodovia Belém-Brasília como um dos pilares do novo tipo de exploração capitalista promovido na região amazônica a partir da segunda metade do século XX e que funciona para atender, conjuntamente, aos interesses das burguesias nacionais e internacionais, e de conformação aos interesses imperialistas domesticamente. Todavia, o autor afirma que o acesso que a rodovia Belém-Brasília fornece à exploração e apossamento de terras na região representa apenas um pequeno e restrito movimento de inserção capitalista na Amazônia; já o governo ditatorial militar atua muito mais como efetivo articulador de grandes projetos de exploração de recursos naturais “nacionais”, calcados em maioria na Amazônia brasileira, institucional e legalmente (LEAL, 2010).

Um desses grandes projetos se inicia na década de 1950, antes mesmo da ditadura militar, que, no entanto, participa ativamente na concessão de incentivos fiscais a partir do golpe de Estado (LEAL, 2010). Trata-se da exploração de manganês pela companhia estadunidense Bethlehem Steel, representada nacionalmente pela Icomi (Indústria Comércio de Minérios) do capitalista Azevedo Antunes, e responsável por exaurir em apenas trinta anos uma jazida com capacidade de ao menos cinquenta anos de exploração (LEAL, 2010). O papel do governo ditatorial militar, de acordo com Leal (2010), é fornecer por volta de R\$ 8 milhões em incentivo fiscal para a construção de uma fábrica responsável por remeter o manganês para o exterior por meio de processos inovadores, já no período final de exploração, quando quase não havia mais manganês a ser extraído. Por esse caso já fica perceptível a atuação dos governos ditatoriais num projeto de modernização entreguista — mas que instrumentaliza constantemente a segurança e soberania nacionais — da Amazônia, pautado, como aponta Malheiro, Michelotti, Porto-Gonçalves (2021), na criação de toda uma infraestrutura física, administrativa e legal, e de condições de reprodução do capital monopolista, pelo estímulo à concentração fundiária.

A ideia de desenvolvimento via industrialização mudará violentamente a geografia e

a história da região. As atividades de transformação industrial, em especial a indústria extrativa mineral, serão aquelas de maior consumo de energia, como a siderurgia, que demanda imensa quantidade de carvão vegetal e/ou mineral, ou a produção do alumínio, que demanda imensa quantidade de energia elétrica, levando ao barramento dos rios por meio de grandes usinas hidrelétricas. (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021, pp. 125 - 126)

O aporte de investimentos levantados diretamente pelos governos militares na promoção da industrialização amazônica, como parte de um projeto nacional industrializante, é enorme, como podemos perceber; convertido num esforço que acreditava-se — ou alegava-se acreditar — capaz de promover o desenvolvimento nacional nos moldes capitalistas, mas que mais aparenta a assinatura de um termo de compromisso com o capital, sendo a abertura à exploração externa dos recursos amazônicos o referente ao fiador do contrato. Uma reserva gigante de riquezas paulatinamente reduzida em reserva de valorização de capital.

Destaca-se que, ao falarmos de industrialização, não nos referimos diretamente à implementação de uma indústria tradicional na Amazônia, de produção de bens de consumo ou de capital, apesar de que isso também será feito. Industrialização aqui se refere também à mecanização e modernização de atividades primárias, como a extração mineral ou a agropecuária, bem como a um projeto de industrialização nacional, que mobiliza a região amazônica para o fornecimento de insumos, num movimento articulador de uma instrumental unidade nacional em busca do desenvolvimento capitalista.

Importante citar, nessa linha de pensamento, alguns dos principais projetos empreendidos pelos governos ditatoriais militares para efetivar a “ocupação” amazônica. O primeiro instrumento cobre todo um conjunto de legislações e organismos estatais criados para garantir a presença do governo e, principalmente, do capital na Amazônia, no que ficou conhecido como “Operação Amazônia” e que envolveu a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em substituição à SPVEA, e do Banco da Amazônia S/A (Basa) no lugar do anterior Banco de Crédito da Amazônia (MARQUES, G. 2019). Leal (2010) também cita o Estatuto da Terra e a reforma do Código de Mineração como importantes medidas para a atração e concentração de capital na região. O Estatuto da Terra e os incentivos fiscais que o acompanhavam operam em conjunto para criar uma estrutura produtiva regional inteiramente voltada para fora, pautada na grande propriedade de terra — causa do enorme problema fundiário com o qual a região tem que lidar até hoje — e na formação de inflados patrimônios individuais — que contribuem para a conformação de todo um sistema de repressão na área rural, juntamente com instituições militares e de governo

(LEAL, 2010). Já o Código de Mineração instituído em 1967 serve de entrada à exploração e apossamento de grandes reservas de jazidas minerais por grupos estrangeiros ou subsidiários nacionais, que se tornam cabeças da exploração mineral e de empreendimentos metalúrgicos na região amazônica, atuando como “instrumento acabado de ocupação e exploração em escala das riquezas naturais amazônicas neste período recente” (LEAL, 2010, s/p).

Especificamente sobre a questão fundiária, Malheiro, Michelotti, Porto-Gonçalves (2021) considera o estabelecimento da terra como propriedade privada o instrumento mais importante de modernização da Amazônia nesse período e essencial para a atração de atividades produtivas e do grande capital. Até o momento as terras amazônicas eram consideradas de propriedade da União, ou seja, o que se chama terras devolutas, de forma que a “privatização” da terra parece uma alternativa lógica ao alinhamento da estrutura econômica regional ao capitalismo monopolista.

O momento, como bem observamos na seção anterior, era de intensificação dos investimentos financeiros e produtivos transnacionalmente, de forma que a Amazônia funciona como importante atrativo de investimentos e, logo, de divisas, essenciais para a manutenção do equilíbrio da balança de pagamentos brasileira. Para a atração de investidores à região, demonstrava-se a lucratividade da aplicação de capital na Amazônia, aos moldes da exploração de manganês pela Icomi/ Bethlehem Steel; basicamente um convite ao grande capital a se apropriar dos recursos que lhe aprouvessem mais, com o auxílio da Sudam e do Basa (MARQUES, G. 2019). Ambas instituições enquanto braços do Estado brasileiro comprometido com a acumulação de capital em escala mundial.

Com a Operação Amazônia delineava-se um novo e mais incisivo processo de ocupação da região. Partindo formalmente da defesa e integridade do território nacional, buscava-se atrair capital nacional e estrangeiro por meio de vultuosos estímulos fiscais e creditícios, ficando clara a divisão de papéis proposta pelo governo e prontamente aceita pelos capitalistas: o Estado garantia as condições básicas necessárias à produção privada e o capital privado concentrava-se na busca de lucros (com os menores custos e riscos possíveis). [...] Os incentivos fiscais foram estendidos, incorporando-se fortemente a agropecuária. As empresas privadas poderiam receber isenção fiscal e ainda tinham a sua disposição créditos de até 75% do valor necessário à implantação dos empreendimentos – na prática funcionando como fundo perdido, ou seja, sem obrigatoriedade de retornar ao governo o valor que se recebia. (MARQUES, G. 2019, p. 94)

A burguesia regional apresentava-se também em consonância com o projeto visando as possibilidades de ganhos a partir da entrada de recursos de fora na região — tanto do Estado quanto do capital privado do Centro-Sul e internacional —, o que de fato ocorreu, com um massivo incentivo fiscal às atividades agropecuárias e madeireiras (LEAL, 2010;

MARQUES, G. 2019).

É importante observar o elemento de escolha por um específico modelo de exploração dos recursos da Amazônia pelo qual tanto o Estado Brasileiro quanto as burguesias regionais optam. É claro que a estrutura capitalista, como vimos tentando demonstrar ao longo de todo o trabalho, conforma a pauta produtiva e a estrutura econômica, especialmente quando falamos de economias dependentes, a um regime de acumulação pautado na superexploração, seja do trabalho, seja dos recursos naturais. Porém o elemento da escolha pela subalternidade total ao grande capital fica nítido nos caminhos que os governos ditatoriais e as burguesias nacionais abrem irremediavelmente à ação externa irrestrita e violenta sobre o território amazônico, com todos os efeitos sociais e ambientais que isso implica.

Dois exemplos do que falamos, representados na figura de grandes projetos minerais instalados na Amazônia durante a ditadura militar, são expostos por Leal (2010): a exploração da jazida de bauxita de Trombetas e o complexo mineralógico Serra dos Carajás, responsáveis pela movimentação de bilhões de toneladas de ferro e bauxita, com o controle da exploração majoritariamente por empresas transnacionais, como ALCAN, ALCOA, AMZA, NALCO entre outras, além da então estatal Vale do Rio Doce que opera principalmente como subsidiária. Os projetos desencadeiam, ainda, toda a formação de uma infraestrutura energética na região, com a criação da ELETRONORTE e a construção da hidrelétrica de Tucuruí - às custas de dinheiro público e subsídios (LEAL, 2010). Por fim, divergências contratuais entre as empresas transnacionais citadas impossibilitam a produção de alumínio a partir da bauxita extraída em Trombetas, convertendo-se em imenso prejuízo, todo custeado pelo Estado brasileiro em favor da acumulação capitalista (LEAL, 2010).

Assim como a industrialização e desindustrialização das economias latino-americanas mobiliza reestruturações profundas no campo econômico, político, ambiental e social, ao bel prazer do grande capital e seus interesses imediatos, a implementação dos grandes projetos de mineração - e também da agropecuária - na Amazônia, respeita apenas aos desígnios da acumulação capitalista, em movimentos cada vez mais volúveis do capital transnacional, deixando para trás um rastro de destruição - também econômica, política, ambiental e social - para ser lido pela população, ainda mais que pelos governos nacionais.

E já que mencionamos industrialização, é essencial citar a construção da Zona Franca de Manaus (ZFM) como um dos principais esteios do projeto de industrialização nacional conduzido pelos governos ditatoriais militares. Em 1967 estabelece-se a ZFM, desenhada para se tornar centro regional de produção industrial e agropecuária - de menor composição orgânica e especialização - de suprimento ao eixo Centro-Sul, a partir da aplicação de

investimentos em infraestrutura e incentivos fiscais por parte do Estado, direcionado à atração do capital privado nacional e internacional (MARQUES, G. 2019). Pode-se dizer que a construção da ZFM funciona para a inserção da Amazônia na produção industrial dependente, que já havia se estabelecido nesse ponto pelo resto do Brasil, mas inteiramente conformada para fora da região e dependente da importação de bens de capital; de forma que resulta mais em dívida para o estado do Amazonas e empobrecimento da população envolta nas atividades industriais, do que em desenvolvimento ou geração de riquezas pelo eixo regional. (LEAL, 2010; MARQUES, G. 2019).

Basicamente, efetiva-se a ZFM, na esteira de outros empreendimentos desse tipo que já tomavam curso na América Latina, como mais um dos mecanismos de reestruturação da Divisão Internacional do Trabalho, a partir da exportação da indústria — que se segue junto a uma massiva exportação de capitais também, como já vimos — de menor composição orgânica para as regiões ou economias menos desenvolvidas ou dependentes, carregando uma promessa de desenvolvimento consigo que nunca se concretiza de fato (MARQUES, G. 2019). Faz parte também da estruturação das cadeias globais de valor, portanto, através da consolidação dos empreendimentos transnacionais (e do capital transnacional) que prepara muito bem a economia capitalista para sua fase seguinte, financeirizada, quando a promoção e manutenção de redes efetivas de interfluxo comercial, e especialmente financeiro, se fazem essenciais para a dinâmica de acumulação capitalista em escala ampliada.

Importante ressaltarmos as tecnologias políticas de violência, atreladas ao militarismo e aos governos autoritários, para a implementação dos projetos mineiro-agro-industriais, que, ao adentrarem o território, destruíram, além da floresta, diversas comunidades nela assentadas, não sem encontrar resistência. Como já dito, o regime ditatorial militar instrumentaliza o discurso de espaço vazio imposto à Amazônia, somando-o à Doutrina de Segurança Nacional, para mobilizar a urgência da integração nacional da região amazônica como forma de garantir a soberania brasileira sobre o território; o que implica a extirpação paulatina das características regionais próprias (que segue em curso até hoje) e passa por cima, mais uma vez, da população assentada milenarmente ou centenariamente ali (MARQUES, G. 2019). Utiliza-se novamente da violência e do saque, e da violação ao direito de *uti possidetis*,⁶ para separar os povos tradicionalmente assentados na região de suas terras, de seus territórios de uso e de reprodução da vida (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021).

⁶ Trata-se de um princípio de direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre ele.

[...] o princípio do direito internacional – *uti possidetis* – invocado pelo Estado brasileiro para afirmar seu domínio territorial frente a outros Estados sempre foi negado aos que aqui habitam há muito tempo e, portanto, estão em posse real de uso do território – *uti possidetis* –, antes do próprio Estado, e veem negado o reconhecimento de seus territórios, seja como indígenas, quilombolas ou camponeses-posseiros. Enfim, privilegia-se o espaço absoluto do território e a soberania exclusiva do Estado, mas não de seus povos com suas próprias territorialidades: o Estado como espelho, isto é, como imagem invertida de seus povos. (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021, p. 118)

A militarização, em especial no combate à guerrilha do Araguaia na década de 1970 — como combate nacional à “ameaça comunista” — e no “policiamento” em Serra Pelada durante a fase do garimpo, garante o estabelecimento da propriedade privada, expressando um contínuo estado de exceção na Amazônia, a ser conquistada de seus próprios povos (MARQUES, G. 2019; MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021). Pode-se dizer que a entrada militar massiva na região funciona como infantaria do grande capital, que avança na retaguarda. Ou seja, o militarismo atua como meio de expansão à acumulação capitalista, numa reconfiguração do uso da força aos moldes “civilizados” do capitalismo monopolista para a garantia do saque; contudo, com não menos violência empregada no processo.

A verdadeira política genocida empregada contra os povos Waimiri-Atroari e cinta-larga durante a década de 1970, em ambos os casos de modo a implementar projetos de mineração em seus territórios, demonstram as tecnologias políticas utilizadas no estabelecimento da propriedade privada na Amazônia (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021). Entre os dois casos citados estima-se por volta de 7 mil indígenas desaparecidos ou mortos, além de relatos de ataques aéreos, execuções e, basicamente, a retomada das antigas correrias sob nova roupagem — agora armadas com metralhadoras (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021).

Assim, os governos ditatoriais, seguindo a Doutrina da Segurança Nacional, movimentam-se para a abertura da Amazônia ao mercado mundial, oferecem vantagens à espoliação dos recursos naturais regionais e se utilizam da violência contra a própria população para tal. Essa lógica distorcida e contraditória só pode fazer sentido se analisada sob a ótica do capitalismo que, como um modo de produção mundializado, garante constantemente sua expansão para todos os territórios com o apoio dos Estados nacionais, muito mais fiéis à lógica do capital do que à própria soberania. O que se alia ainda à construção histórica da região amazônica enquanto uma externalidade, nunca totalmente integrada ao território nacional e que, portanto, desde que permaneça formalmente em posse

do Estado brasileiro, pode ser usurpada de todas as maneiras pelo capital internacional ou transnacional.

É dessa forma que os governos desenvolvimentistas, e principalmente os autoritários, do século XX, e mais aceleradamente na segunda metade do século, trabalham para incorporar a Amazônia à dinâmica capitalista monopolista internacional, convidando o grande capital a ali se instalar e lucrar em cima do saque do tempo de trabalho, ou dos recursos naturais da região e do trabalho superexplorado, que, como Hilferding (1985) aponta, só teria a se beneficiar da produção ou investimento financeiro, através de subsídios, incentivos fiscais, mão-de-obra e matérias-primas mais baratas e a modelagem da legislação aos desígnios do mercado.

Esses processos vão, em grande medida, se intensificar a partir da financeirização da economia capitalista, que atua para conformar as pautas produtivas, as políticas monetárias e fiscais e as próprias legislações das economias nacionais — com especial força nas economias dependentes — ao novo regime de reprodução e acumulação que se estabelece desde Wall Street. Nesse momento a economia brasileira passa por forte desindustrialização — ao menos no que se refere à indústria tradicional de produção de bens de consumo — e volta-se aceleradamente para o setor primário como motor de geração de riqueza nacional. Contudo, riqueza nacional definida a partir do desempenho da Bolsa de Valores ou do Produto Interno Bruto (PIB), e não do desenvolvimento econômico distribuído de maneira minimamente equilibrada pela população. Afinal de contas, os mecanismos podem mudar, mas as engrenagens da acumulação capitalista permanecem as mesmas quando falamos de relações de dependência: a superexploração do trabalho, da terra e dos recursos naturais.

3.3 FINANCEIRIZAÇÃO E A INDUSTRIALIZAÇÃO PRIMÁRIA: A CRIAÇÃO DE VALOR FICTÍCIO A PARTIR DA EXTRAÇÃO DE VALOR DA VIDA

A segunda metade do século XX se caracteriza em grande medida pela consolidação dos Estados Unidos como a grande liderança capitalista no mundo, em contrapartida à ameaça comunista representada pela União Soviética. Podemos perceber a influência do grande *hegemon* regional na conformação brasileira aos desígnios do capital, especialmente durante a ditadura militar. A partir da década de 1970, entretanto, esse paradigma se altera pelo aprofundamento da liderança estadunidense que, como explicita Gowan (2003), lança seu projeto global, assentado principalmente sobre a globalização como motor estruturante do

sistema internacional voltado para uma economia aberta, e sobre a doutrina neoliberal como mecanismo de conformação das economias nacionais ao sistema internacional aberto, desde dentro; ambos com o objetivo de privilegiar os credores e investidores, num movimento que trabalha para subordinar o setor produtivo ao financeiro.

A acumulação capitalista, da forma como vai se desenvolvendo ao longo do século XX, em seu estágio monopolista — processo que “evolui” da própria lógica expansionista da produção de valor no capitalismo — descamba em uma concentração e centralização do capital sem precedentes. A acentuação do processo de concentração e centralização de capitais — que ganha maior força desde o fim do século XIX, de acordo com Lenin (2010) — aliada a processos políticos que envolvem a hegemonia capitalista estadunidense e as disputas ideológicas envoltas na Guerra Fria, contribuem para a conformação do sistema financeiro internacional (e em maior grau da própria acumulação capitalista) no que Gowan (2003) denomina o Regime Dólar-Wall Street.

E o que exatamente envolve esse novo regime financeiro que inaugura uma nova fase da acumulação capitalista, conformada em outro patamar? O momento em que o capital se torna progressivamente centralizado e concentrado, em que observamos uma redistribuição da produção industrial mundialmente, reconfigurada numa nova DIT, segundo Marini (1981), e que culmina tanto na exportação de capitais quanto no desenvolvimento industrial das economias periféricas, coincide com o momento em que os Estados Unidos assumem a liderança do bloco capitalista no mundo, conquistando o posto de não apenas *hegemon* regional, como de todo o mundo capitalista, contraposto à liderança soviética. Gowan (2003) vai argumentar que justamente a ameaça que o bloco soviético potencialmente representava ao modo de produção capitalista, e portanto, às burguesias nacionais e internacionais, impele muitos países a aceitarem irrestritamente a liderança estadunidense. Inclusive, como pudemos perceber na análise da seção anterior, os governos ditatoriais militares no Brasil adotam amplamente uma política de fidelidade ao capitalismo, representado pela subordinação especial aos interesses estadunidenses.

Entretanto, no início da década de 1970, os EUA se encontram em dificuldade de manterem o anterior patamar de liderança e influência que haviam estabelecido até então (GOWAN, 2003). Isso ocorre por diversas razões, nas quais não adentraremos no momento. Simultaneamente, com o grau de acumulação de capital proporcionado por uma progressiva eficiência na geração de valor e na velocidade de realização de capital (enquanto fenômenos co-constituintes, numa eterna expansão), torna-se imperativa a criação de novas frentes de escoamento ou de aplicação de capital, que não mais é suportada apenas por investimentos em

incremento de produtividade, expansão para novas fronteiras naturais ou destruição de economias naturais (HARVEY, 2004; BARRETO, 2018). O que vemos a partir daí é uma criação de valor que gradativamente transborda a produção material em termos da velocidade de reprodução de capital — essencial para a realização do lucro em menor tempo — num processo expansivo tanto em quantidade quanto em velocidade de acumulação e reprodução (BARRETO, 2018). Dessa maneira, alia-se o que Barreto (2018) apresenta como a necessidade de uma plataforma de geração de riqueza que sustentasse a velocidade necessária para esse capital altamente concentrado se reproduzir e realizar o lucro em menor tempo possível, com o que Gowan (2003) pontua enquanto a busca estadunidense pela consolidação de sua hegemonia, para a implementação da centralidade do dólar e a conseqüente captura das economias nacionais, subordinadas à moeda americana e a seu sistema financeiro.

A subordinação das economias à liderança estadunidense a partir da centralização do dólar como moeda internacional auto-lastreada ocorre porque, de acordo com Guttman (1996), todas as economias no sistema capitalista são subordinadas à moeda - ou ao sistema monetário -, enquanto unidade de reserva de valor, num modo de produção baseado na criação de valor e especificamente, como vimos com Marx (2013a) de valor de troca. Marini (1981), na mesma linha de raciocínio, afirma que o sistema capitalista se desenvolve primeiro a partir da circulação (e acumulação, portanto) do capital, bem como o desenvolvimento do capitalismo periférico e sua própria razão de ser, nascem do processo de circulação (e acumulação dentro deste) do capital nas economias centrais. Essa lógica transposta para a análise do capitalismo financeirizado explica bem como chegamos ao ponto de as finanças subjuguem a produção, ao menos ilusoriamente. A capacidade praticamente infinita de expansão abstrata de um capital fictício supre a incapacidade de expansão do capital produtivo, em termos de base material, ao ritmo necessário para sua reprodução e realização no estágio tardio do desenvolvimento capitalista. Faz todo sentido que a circulação ultrapasse a produção, a base material, quando é essa esfera que motiva em primeiro lugar a produção em si, dentro do capitalismo. É a apropriação se sobrepondo à própria criação de valor.

Os Estados Unidos, portanto, consolidam sua posição hegemônica — ao menos no bloco capitalista, mas logo globalmente — ao estabelecerem um regime financeiro e monetário internacional que não somente subordina as demais economias ao sistema monetário ou à moeda americana, como também os setores produtivos às finanças (GOWAN, 2003). Como já apontamos, o sistema capitalista é incapaz de se desvencilhar totalmente da base material, mas no que se refere à criação fictícia de valor, o que observamos é uma busca recente (desde o último quarto do século XX com mais força) de afastamento, de

descolamento ou de transbordamento extraordinário à produção física de valor.

De qualquer forma, essas duas variáveis - subordinação da economia e da produção internacional à moeda americana e às finanças - convergem para o sistema Dólar-Wall Street de que fala Gowan (2003). O dólar como centralizador de poder e Wall Street como centro de comando: já que a economia capitalista se vincula de maneira “dependente” à moeda ou ao sistema monetário, o fato de a economia americana suceder em posicionar o dólar enquanto reserva de valor central no sistema financeiro internacional conduz à centralidade de sua economia e de seu próprio centro financeiro (Wall Street), em termos mundiais, basicamente.

Para tal, a economia estadunidense mobiliza, pelo eixo externo, o fenômeno que chamamos de globalização ou mundialização do capital, como a estruturação de uma rede aberta de investimentos entre os diversos mercados financeiros nacionais — interligados não entre si, mas entre as economias nacionais e a norte-americana — comandada a partir Wall Street, que funciona como o centro financeiro mundial (GOWAN, 2003). E, pelo eixo doméstico, a doutrina neoliberal garante a abertura das economias nacionais a essa rede de investimentos, assim como o acesso direto dos operadores financeiros desde Wall Street, às decisões de política econômica, monetária, fiscal e produtiva nacionalmente (GOWAN, 2003). Por isso podemos dizer que a produção se subordina às finanças.

É o que Barreto (informação verbal)⁷ expõe como a contradição capitalista, em que ao mesmo tempo em que o trabalho humano é seu fundamento básico — pois é o que permite a criação de valor e a realização do lucro através da apropriação do mais valor —, a gradual expansão da acumulação capitalista, ao utilizar-se dos incrementos de produtividade para aumentar o quantum e a velocidade de realização do lucro, contribui para que o trabalho se torne gradativamente supérfluo à acumulação. Novamente podemos observar a tendência de uma tentativa de descolamento do capital da base material, ao mesmo tempo em que precisa necessariamente estar ancorado nela. É uma contradição própria do capitalismo, exasperada nessa sua atual fase.

Assim, a ideia que Marx (2013a) apresenta de que o capitalista precisa necessariamente crescer para sobreviver e de que o capital em si precisa se expandir constantemente para se manter, atinge patamares tão altos que apenas a criação de valor em cima de valor, em processos especulativos que convertem o capital financeiro em fictício, é capaz de manter a acumulação de capital e a realização de lucro no nível e na velocidade que

⁷ Fala do prof. Eduardo Sá Barreto no curso Luta de Classes e Financeirização: o papel da dívida - Hipotecando o futuro e a questão do presente no contexto da financeirização da vida, Tv Boitempo, em 14 fev. 2022. Disponível em: https://youtu.be/OT3zS_50Tgs. Acesso em: 03/03/2022

sua manutenção exige.

É importante notar que a formação de uma economia cada vez mais especulativa, pautada na criação de valor fictício e altamente monopolizada já é indicada por Hilferding (1985) como algo em curso desde o último quartel do século XIX — além de já ter sido exposta por Marx (2013) como tendência própria do modo de produção capitalista. Logo, podemos depreender que o processo de financeirização do capitalismo é muito mais uma consequência da acumulação de capital do que um projeto político. Contudo, é inegável que a atuação estadunidense na centralização do dólar, no estabelecimento do regime Dólar-Wall Street, é essencial para a concretização de uma estrutura política e econômica que suporte minimamente o patamar de acumulação capitalista atual. O problema é que, quase paradoxalmente, o estabelecimento de uma estrutura de aporte à manutenção da economia capitalista contribui, de acordo com Gowan (2003), para vulnerabilizar todas as economias nacionais — incluindo a norte-americana — e a economia internacional como um todo. “Ao mesmo tempo, tende a produzir formas extremas de ciclos de altos e baixos naquelas economias capitalistas avançadas que seguem o caminho neoliberal americano de atar o destino da economia ao desempenho dos mercados de valores mobiliários.” (GOWAN, 2003, p. 12)

Para compreendermos mais de perto os efeitos da estruturação do sistema financeiro internacional (e da acumulação capitalista) sobre o dólar enquanto moeda central nas economias latino-americanas, e mais especificamente a brasileira, vale uma observação introdutória de como os EUA trabalham para sua implementação. O argumento de Gowan (2003) é de que os EUA instrumentalizam, a partir de 1973, o aumento do preço do petróleo imputado pela Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), que descamba no que fica conhecido como o choque do petróleo, para superar o padrão Bretton Woods e transformar o dólar em uma moeda auto-lastreada de poder monocrático na economia internacional. Esse movimento vai repercutir na América Latina e no Brasil (mas não somente) causando profundas crises, doravante uma massiva evasão de divisas que se voltam para a aplicação financeira em Wall Street, convertido no mercado financeiro mais seguro do mundo, com o dólar auto-lastreado (GOWAN, 2003; PAULANI, 2012). Os investimentos produtivos, então, que encontravam vasto terreno de aplicação na industrialização subordinada latino-americana, se desfazem e são redirecionados para investimentos financeiros, resultando num processo de desestruturação do aparato industrial construído nacionalmente nas economias dependentes (PAULANI, 2012). O que, por tanto tempo durante o século XX, foi visto como a oportunidade de alavancagem de um desenvolvimento

econômico capitalista mais independente na periferia do sistema — apesar de já haveremos esmiuçado o porquê da impossibilidade de quebra da dependência ou de desenvolvimento enquanto economia industrial, para a América Latina, no interior da estrutura capitalista.

Outro ponto importante a se mencionar sobre a degradação da indústria de bens de consumo e capital na América Latina e no Brasil, é a ascensão do paradigma de produção industrial microeletrônico. Marques, G. (2019) expõe que, desde a década de 1970, a produção eletroeletrônica brasileira já demonstrava sinais de defasagem, com a progressiva dominância de empresas japonesas e estadunidenses do ramo, na produção industrial da ZFM. Com a adoção de progressos tecnológicos ainda mais avançados, representados pela indústria microeletrônica, a pauta produtiva industrial nacional perde ainda mais a competitividade no cenário internacional (PAULANI, 2012). Soma-se a isso o fato de os governos se voltarem para políticas monetárias e fiscais regressivas na tentativa de contenção da crise de estagflação que assola a economia brasileira, e negligenciarem os investimentos produtivos industriais, para minar qualquer chance de a indústria brasileira alcançar competitividade no cenário internacional novamente, devido à velocidade da implementação de incrementos e inovações tecnológicas e produtivas na indústria 4.0 microeletrônica (PAULANI, 2012). Até mesmo porque a própria conformação do sistema internacional à adoção do neoliberalismo para a abertura das economias à estrutura financeirizada, veiculado em grande medida pelos organismos multilaterais, como FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial — responsáveis pelo fornecimento de condições à recuperação da crise, segundo Gowan, 2003 — impedem uma política econômica expansionista.

Em termos da atuação dos organismos multilaterais na conformação das economias domésticas ao regime financeirizado de acumulação capitalista (especialmente as economias mais afetadas pela crise desencadeada com o choque do petróleo), financiadas em grande medida pela economia estadunidense, é interessante observar o papel das instituições internacionais na pavimentação da ação colonial ou imperialista direta das economias centrais — e aqui, principalmente dos Estados Unidos — no que é configurado enquanto Terceiro Mundo (ESCOBAR, 1994). David Harvey também demonstra bem o papel imperialista dos organismos financeiros multilaterais na garantia da espoliação dos recursos e do trabalho nas economias mais vulneráveis:

O livre mercado e os mercados de capital abertos tornaram-se o meio primário de criar vantagem para os poderes monopolistas com sede nos países capitalistas avançados que já dominam o comércio, a produção, os serviços e as finanças no mundo capitalista. O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido por conseguinte a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões

institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a desmantelar suas proteções. (HARVEY, 2004, p. 147)

Se já pudemos observar como a ditadura militar brasileira serve de estrada à inserção do grande capital na economia brasileira, sobretudo através da frente primária, demonstrando profunda subordinação aos interesses estadunidenses como expressão de fidelidade ao capitalismo em meio a um ambiente de disputa ideológica, agora a abertura total da economia à entrada do grande capital passa a ancorar a própria sobrevivência da economia brasileira dentro da estrutura capitalista.

Nessa mesma esteira, Harvey (2004) destaca que, concomitante ao processo de financeirização da economia capitalista, a acumulação por espoliação se torna a égide principal da organização imperialista em torno à acumulação de capital. Isso porque, em uma crise profunda de sobreacumulação do capital, como se dá em 1973, faz sentido a posterior adoção paulatina de medidas neoliberais que visam abrir terreno em todas as frentes possíveis para a reprodução do capital por vias espoliativas e imperialistas (HARVEY, 2004). Com o domínio das finanças, numa aliança Wall-Street - FMI - Tesouro estadunidense, foi possível forçar a entrada do capital financeiro, a realização do capital sobreacumulado em investimentos produtivos pela desvalorização de ativos das economias periféricas e, por último, a transferência dos custos de desvalorização dos capitais excedentes às economias periféricas; ainda protegendo as economias centrais das oscilações de uma economia internacional agora muito mais volátil (HARVEY, 2004). “O cordão umbilical que une a acumulação por espoliação e reprodução expandida é o que lhe dão o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes do Estado.” (HARVEY, 2004, p. 126)

Destaca-se, todavia, uma vez mais, o importante elemento da escolha feita por Estados comprometidos com o regime de acumulação capitalista, representantes das burguesias nacionais e internacionais na manutenção de um sistema que exponencialmente vulnerabiliza as economias, desestrutura várias frentes de emprego, contribui para a contraditória desvalorização do trabalho humano e da produção material, promove a exploração violenta dos recursos naturais e do trabalho, para manterem sua posição de poder. A estrutura conforma, mas quem aceita esses ditames e opera para implementá-los nacionalmente são aqueles que têm interesse em mantê-la.

O que se verifica então, segundo Harvey (2004), é a formação de uma classe rentista

que se percebe enquanto transnacional e não possui interesses de proteção da economia nacional, devido às possibilidades de lucro que enxerga mais globalmente do que territorialmente. Para isso, essa classe (mesmo a partir de economias vulneráveis e vulnerabilizadas pela instalação do sistema financeiro regente e pela acumulação por espoliação no núcleo do capitalismo financeirizado) recorre aos instrumentos imperialistas neoliberais que partem das economias centrais para a manutenção de seus ganhos (HARVEY, 2004). Isso ocorre invariavelmente com as classes rentistas de todas as economias capturadas nessa nova forma de acumulação e reprodução capitalista, mesmo que ao custo das próprias capacidades de realização produtiva do capital nas economias das quais se originam (HARVEY, 2004). É, novamente, o domínio das finanças sobre a produção.

Logo, com a destruição do aporte industrial nacional, a economia brasileira retorna para uma situação em que o setor primário configura o motor essencial da geração de riqueza externa e internamente, conjuntamente ao setor de serviços, por exemplo, que Marini (1981) já aponta enquanto receptor de grande parte do exército de reserva que se forma a partir do aumento da produtividade do trabalho. O regime financeirizado de acumulação capitalista, portanto, contribui para a manutenção das relações de dependência entre centro e periferia, bem como para a centralização e concentração do capital.

O sistema de crédito e a desvalorização de ativos atuam especialmente para o saque e subordinação das economias dependentes, através da acumulação por espoliação, como demonstra Harvey (2004). A desvalorização de ativos, da força de trabalho ou o barateamento de insumos converte-se em solução para o escoamento do capital cada vez mais em situação de sobreacumulação, ao ensejar a criação de novas frentes de investimento altamente rentáveis e, portanto, a atração de capital sobreacumulado para essas atividades, num processo contraditório de crescer para sobreviver e, quanto mais se cresce, mais difícil se torna manter o bom funcionamento do sistema. Enquanto o sistema de crédito pressiona produtores menores via endividamento, sendo o mecanismo de retirada dos ativos por meio do qual se dá a espoliação por vias legais e garantindo a transferência desses ativos ao capital concentrado e centralizado.

A privatização, conclui Roy, é essencialmente “a transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas. Figuram entre os ativos produtivos os recursos naturais. A terra, as florestas, a água, o ar. São esses os ativos confiados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa... Apossar-se desses ativos e vendê-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara numa escala sem paralelo na história. (ROY, 2001, p. 43, apud Harvey, 2004, p. 133)

Não coincidentemente os motes principais dos governos brasileiros que se seguem à redemocratização (destaca-se de Fernando Collor a Fernando Henrique Cardoso), em meio ao cenário de plena consolidação de um regime financeiro pautado na globalização e no neoliberalismo, são a abertura nacional ao mercado e numerosas privatizações de empresas estatais, bem como dos recursos naturais pela entrada do capital transnacional à produção industrial de *commodities*.

Podemos concluir, portanto, que a dívida externa ganha papel central na manutenção da relação de dependência da América Latina com as economias centrais e, logo, da DIT. Talvez não seja tanta coincidência que as economias latino-americanas tenham tido que voltar suas atenções para sua recuperação econômica, durante e após uma profunda crise da dívida, ao mesmo tempo em que a indústria microeletrônica avançava tanto, a passos tão largos, com uma velocidade nunca antes vista, invariavelmente barrando qualquer tentativa de entrada desses países nesse novo paradigma industrial em seus estágios iniciais (que, pela velocidade de desenvolvimento, impede a entrada em qualquer futuro visível). Estes permaneceram enclausurados ainda mais num modelo de produção primário exportador, que passa a utilizar-se de novas tecnologias produtivas, políticas e mercadológicas para se desenvolver. É o processo de constante reinvenção da exploração para a manutenção da acumulação capitalista.

É quase como se, a partir das finanças, a América Latina pudesse passar a extrair mais-valia relativa do trabalho no setor primário, de maneira a não impactar — muito pelo contrário — as relações de dependência e a produção industrial (e agora também financeira, apesar de “produção financeira” ser um paradoxo) das economias centrais. Isso porque a introdução do progresso técnico nas atividades primário-extrativistas permite o mesmo processo de desvalorização do trabalho, sem prejuízo às economias centrais, que ainda conseguem receber valor oriundo da periferia, agora atuando diretamente na introdução desses progressos técnicos, seja por empresas transnacionais que fornecem materiais de produção, seja pelo capital transnacional, que adentra pelo mercado financeiro.

Por isso pode-se falar em uma dependência dupla, do setor externo e primário. A dependência é uma só, mas se traduz nessas duas frentes, agora com uma centralidade ainda maior da atração de divisas pela exportação primária, essencial para a amortização continuada da dívida, num processo que configura mera transferência de riquezas das “colônias” às “metrópoles”, sob nova roupagem.

3.4 A AMAZÔNIA AGORA É NOSSA: DO CAPITAL TRANSNACIONAL

Nesse cenário a Amazônia brasileira é novamente instrumentalizada para o regime de acumulação capitalista nacional: não mais no que se refere à articulação nacional industrializante/ desenvolvimentista, mas novamente a partir da exportação primária, de estrutura produtiva paulatinamente industrial, bem como pela inserção ativa no mercado financeiro, através do mercado de *commodities*.

Podemos perceber como o período final da ditadura militar no Brasil, com a implantação dos grandes projetos amazônicos, já atua fortemente para inserir a reprodução do capital na Amazônia aos ditames da acumulação capitalista financeirizada e espoliativa. O que ocorre é um redirecionamento do ideal de unidade nacional representado pela ideia de Brasil grande e Amazônia grande - que esperava-se impulsionar a industrialização e o desenvolvimento nacionais - para a inserção financeira subordinada, alimentada pela dívida externa e orientada pelos organismos financeiros multilaterais, como único meio de reprodução da acumulação capitalista sob a reconfiguração globalizada e neoliberal da economia internacional, que é acionada com o choque do petróleo de 1973.

De forma que alguns projetos que mencionamos, como a extração de bauxita em Trombetas, ou a exploração do complexo mineralógico da Serra dos Carajás, já se enquadram numa tentativa de adaptação nacional à reprodução ampliada do capital no início da reestruturação do regime de acumulação global. Utiliza-se, como expõe Malheiro, Michelotti, Porto-Gonçalves (2021), da instauração de eixos de exportação, a partir dos grandes projetos, minerais, industriais, energéticos e de transporte, para a veiculação direta e indireta ao mercado financeiro internacional:

A ideia do Brasil Grande, representada na Amazônia por meio da lógica de criação de Grandes Projetos, consolidou a tecnologia política dos eixos de exportação; tecnologia de poder esta que se tornou a feição “moderna” (moderno-colonial) de nossas plantations, uma vez que a lógica de acumulação rentista – que passa pelo alargamento da apropriação de terras, de recursos naturais e de toda sorte de bens públicos e coletivos – encontrou um novo modo de drenar matéria e energia, que continuou como consenso de Estado no Brasil nos períodos seguintes, atravessando distintas forças políticas, inclusive à esquerda do espectro político. (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES., 2021, p. 128-129)

Ainda na década de 1970, com a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que funcionou de 1975 a 1979, a Amazônia fica reduzida, na articulação produtiva nacional em resposta à crise, ao fornecimento de minério para exportação, de maneira a contribuir para o equilíbrio cambial (MARQUES, G. 2019). “Assim,

o II PND assumiu de fato e definitivamente a Amazônia como ‘fronteira de recursos naturais’, destacadamente minerais, ou seja, ‘colônia’ fornecedora de matéria-prima bruta aos países imperialistas.” (MARQUES, G. 2019, p. 103)

Nesse ponto já estava consolidada toda uma infraestrutura regional (física, política, financeira, legislativa) voltada para a grande exploração primária, que assume progressivamente um posicionamento de liderança na economia nacional (MARQUES, G. 2019). Pode-se dizer que as infraestruturas envolvidas na exploração mineral e na produção agropecuária também se reconfiguram de “simples” integração da região amazônica à dinâmica econômica nacional e passam a funcionar plenamente em favor dos grandes projetos extrativos e primários e do afluxo do capital transnacional na região.

A necessidade de maior fluidez do capital transforma a lógica de integração e desenvolvimento, historicamente presentes como respostas ao risco e vazio amazônicos, no estabelecimento de eixos que transformam a complexidade e diversidade de territorialidades que compõem a realidade regional no caminho do gado, do ferro, da soja, do milho etc. (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021, p. 129)

Os eixos de exportação que se determinam então, servem de base para a exportação de *commodities* a partir da Amazônia, e que desde então, até hoje, assim funcionam e fundamentam boa parte das políticas direcionadas à região amazônica, com a conformação do aparato legal, mesmo sob governos democráticos, voltada à acumulação capitalista rentista e transnacional (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021). Vale lembrar que a exportação de *commodities* alcança novo escalão de importância à acumulação capitalista no Brasil, com a centralidade das finanças na economia internacional. O setor primário representa a própria possibilidade de inserção nos mercados financeiros pelo pagamento da dívida externa, que garante a credibilidade do país enquanto credor, na economia internacional. Do contrário, nos tornaríamos apenas mais um dos Estados “falidos”.

Por conseguinte, fatores externos - em muito maior medida que os impulsos nacionais - contribuem para a conversão da Amazônia em região estratégica de fornecimento mineral e energético. Basta retornarmos à Harvey (2004), que explana como as motivações de integração à dinâmica financeirizada e espoliativa do regime de acumulação capitalista partem especialmente da pressão externa, em consonância com as imposições dos organismos financeiros multilaterais, mesmo quando há fortes motivações internas, partidas das classes rentistas nacionais que anseiam a manutenção de sua posição de poder.

Isto posto, voltemos à observação do estímulo desde fora à produção mineral

transnacionalizada e em grande escala na Amazônia e observemos os componentes que a configuram mais detalhadamente. Basicamente, o aumento dos custos financeiros e políticos de produção energética e transformação mineral no interior das economias “desenvolvidas” ou centrais, contribui para a migração de suas plantas produtivas mais destrutivas para o “Terceiro Mundo” e para a Amazônia em fins do século XX (LEAL, 2010; MARQUES, G. 2019). O interesse do capital transnacional nos grandes projetos minerais da Amazônia não se tratava necessariamente de possibilidades de extração de lucro diretamente da exploração primária, mas o lucro que o controle da oferta de insumos representava à produção industrial de alta composição orgânica operada pelas principais potências, ou economias centrais (MARQUES, G. 2019). Assim sendo, podemos aludir à formação das cadeias globais de valor que permitem a maior extração de lucro possível no terreno mundializado da produção e reprodução capitalistas.

Vemos, portanto, que, apesar dos supostos avanços nas áreas institucionais de proteção ambiental e até mesmo no discurso diplomático oficial do Estado Brasileiro sobre a preservação da Floresta Amazônica — destacadamente, após a realização da conferência Eco-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) –, a realidade da destruição persiste e volta-se essencialmente para a acumulação capitalista transnacional (SUPERTI, 2011; MARQUES, L. 2015; MARQUES, G. 2019). Na verdade, é possível interpretar o avanço diplomático brasileiro no que se refere à proteção ambiental nas últimas décadas do século XX como conformação discursiva nacional ao que Leal (2010) assinala enquanto centralização no debate internacional, pelas potências imperialistas, de uma retórica que instrumentaliza o regime de exploração violenta dos recursos amazônicos — imposto e articulado por elas próprias em grande medida —, para a veiculação da ideia de que o Brasil não possuiria a competência necessária à gestão da Amazônia; estrategicamente para o controle irrestrito de seus recursos desde fora.

Vale ressaltar que o controle direto pelo capital externo dos recursos naturais da Amazônia, de que falamos, não mais necessita do controle territorial formal, visto que no capitalismo financeirizado a subordinação periférica aos sistemas financeiros e creditícios, bem como às organizações financeiras multilaterais, garante a ação direta e institucionalizada sob o véu da autodeterminação (LEAL, 2010). Para usar a terminologia de Harvey (2004), é a coerção consentida.

De maneira que o discurso ambientalista levantado pelas economias centrais não se traduz necessariamente em investida à soberania formal brasileira sobre a Amazônia, mas serve quase como mecanismo de reserva de recursos estratégicos para a exploração mais

propícia à acumulação **financeirizada**. Destacamos o financeirizada porque a privatização dos ativos naturais adquire caráter essencial na acumulação por espoliação desde as finanças.

Assim, portanto, países, regiões ou áreas fartos em recursos naturais estratégicos serão alvo dessa ação conjunta e partilhada, que os conduzirá à internacionalização de fato sem que seja quebrada a impressão formal da sua soberania política, a menos que situações de rebeldia à ordem que lhes é imposta justifiquem uma ação militar do Imperialismo para mantê-la. (LEAL, 2010, s/p)

Mas, voltando aos grandes projetos minerais e agropecuários que são postos em curso na Amazônia, a partir da década de 1980, analisemos o exemplo da exploração de ferro na Serra dos Carajás (que adquire especial relevância, tendo em conta a centralidade que a exportação de ferro assume na economia brasileira na primeira década do século XXI) e o desenvolvimento do latifúndio adaptado à acumulação financeirizada.

O Programa Grande Carajás (PGC) passa a funcionar em 1980, mediante a prévia aquisição de ações da United States Steel Corporation pela estatal Vale do Rio Doce a partir de financiamento do Banco Mundial, para a exploração de enormes reservas de ferro e outros minerais na região, que visava contribuir ao equilíbrio da balança comercial no período de crise, movimentando a implantação de estruturas de transporte e energia (MARQUES, G. 2019). Os custos de exploração do ferro pelo PGC superam a cifra de US\$ 61 bilhões, que deveriam, por exigência do Banco Mundial, ser financiados pelo Estado Brasileiro ou pelo sistema financeiro nacional (HALL, 1991; LOUREIRO, 2004; COTA, 2007). Para mitigar os gastos do governo com o projeto, de acordo com Marques G. (2019), convida-se o capital transnacional a assumir a liderança dos investimentos em transporte e energia.

Podemos perceber claramente, pelo exemplo, a exposição de Harvey (2004) sobre como a acumulação por espoliação se transforma na égide da acumulação capitalista em seu regime financeirizado. Diversas estruturas e elementos de aporte à reprodução ampliada do capital — dívida externa, organizações multilaterais, mercado financeiro, dólar auto-lastreado —, pelo domínio das finanças agora, operam conjuntamente para a transferência de riqueza, por meio do saque, das economias dependentes às centrais. Pode-se dizer que se forma um novo espiral da dependência, ainda para além do exposto por Marini (1981).

O papel de atração de divisas pela exploração primária, sobretudo mineral, não apenas é mantido como aprofundado após a ditadura e frente à vultosa dívida externa com que o Brasil precisava lidar na década de 1980, de maneira que a redemocratização não representa redução da abertura amazônica à acumulação violenta e espoliativa capitalista (MARQUES, L. 2015; MARQUES, G. 2019). Os índices de desmatamento do período comprovam em

grande medida a continuação da entrada destrutiva do capital na floresta — e na sociedade — amazônica: estima-se que entre 1985 e 1992 — governos Sarney e Collor — tenha-se desmatado na Amazônia uma área correspondente ao território da França, por volta de 543 mil quilômetros quadrados (PRODES-Inpe, apud MARQUES, L. 2015).

Concomitante, o processo de estímulo à concentração fundiária que se especializa a partir do vigor do Estatuto da Terra em 1967, conduz à expansão da fronteira agrícola para a Amazônia no último quarto do século XX, baseada no grande latifúndio e no predomínio do controle extra regional dessas grandes porções de terra (MARQUES, G. 2019). O movimento é da abertura dos caminhos da floresta por um campesinato migrante e a posterior apropriação dos recursos pelo capital, representado por instituições financeiras privadas ou latifundiários, todos seguindo os percursos previamente desenhados pela construção de uma malha rodoviária que cortou a floresta (literalmente, inclusive) das maneiras menos naturais à sua organicidade (MARQUES, G. 2019).

A concentração fundiária se acentua sobremaneira.

Recorrendo aos dados do IBGE, em 1960 o total de pequenos proprietários paraenses (aqueles com menos de 100 hectares) concentravam em suas mãos 25,6% da área do estado, enquanto que os grandes proprietários (com mais de mil hectares – apenas 581 propriedades) dispunham de 46,4% do território estadual. Em 1980 as pequenas propriedades dispunham de 20,7% da área paraense, enquanto que os proprietários com mais de mil hectares concentravam 57,5% das terras – entre estes, apenas 199 propriedades dispunham de 35,7% da área total do Pará, demonstrando que houve uma concentração ainda mais acentuada nas grandes propriedades. Em 1995, um total de 50,9% do território paraense estava concentrado em apenas 1,1% das propriedades do estado. (MARQUES, G. 2019, p. 179-180)

A conformação dos grandes latifúndios como regra na Amazônia, somado ao conflito de interesses entre campesinato e latifundiários (lucro por um lado, subsistência pelo outro), reproduz-se em conflito fundiário, marcando a região pela violência e pela repressão rural, uma vez mais, na conformação capitalista da Amazônia (MARQUES, G. 2019).

Ao longo da década de 1990 a ação estatal repressiva na contenção dos diversos conflitos que emergem não somente da concentração de terras, mas de toda a estrutura de saque que cerca a Amazônia pelo grande capital, se acentua e utiliza-se majoritariamente da Polícia Militar (MARQUES, G. 2019). Para conduzir uma política violenta de privilégio à acumulação capitalista, em que a classe trabalhadora campesina, extrativista e os povos tradicionais da Amazônia convertem-se em inimigos internos do Estado. É a nova face do militarismo como via de abertura à acumulação por espoliação na Amazônia, em meio a um ambiente econômico globalizado, moderno, digitalizado, que ainda se vale de velhas

tecnologias de poder para a reprodução ampliada do capital.

Outro destaque da atuação dos governos de alinhamento neoliberal que assumem o posto de liderança do Estado brasileiro pós-ditadura e durante a reestruturação do regime de acumulação capitalista em sua faceta financeirizada sobre a Amazônia, é a instrumentalização da região, aplicada por Fernando Henrique Cardoso (FHC), para o que chama de integração regional.

O governo Cardoso participa das articulações regionais, em conjunto a demais governos Sul-Americanos, que desenvolve a iniciativa de Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas (IIRSA), com vistas à integração econômica regional a partir da Amazônia e à inserção brasileira nos mercados vizinhos sul-americanos, num movimento que mais remete a impulsos subimperialistas, fortificados mediante o processo de financeirização da economia capitalista e de crise domesticamente (MARINI, 1981; HARVEY, 2004; SUPERTI, 2011). A implementação dos projetos da IIRSA, que envolviam a construção de uma infraestrutura de transportes e telecomunicações com vistas à exploração primária e escoamento da produção para os mercados internacionais, contaria com o financiamento por organismos financeiros multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF), além da atração de investimentos privados nacionais e externos (SUPERTI, 2011). Repetidamente é possível comprovarmos, na realidade, o papel de agentes da espoliação carregados pelas instituições financeiras internacionais.

Por mais que boa parte dos projetos não tenham se concretizado, a IIRSA é mantida pelo governo posterior – governo Lula – num prelúdio das continuidades que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) promoveriam à exploração dos recursos amazônicos para a acumulação capitalista.

É até mesmo impressionante perceber como as diversas viradas discursivas, de orientação política ou econômica, mal influem na prática espoliativa real do Estado Brasileiro sobre a Amazônia. Nesse sentido, poderíamos dizer que a Amazônia se apresenta como um dos territórios que recebem a mais pura aplicação do regime de acumulação espoliativo capitalista. Apesar das divergências ideológicas ou da práxis política, econômica e diplomática, Estado, burguesia nacional e grande capital convergem na exploração violenta dos fatores de produção, ou melhor, da vida, na região amazônica. É claro que as divergências importam, e muito. Mas importa também compreender a força motora que é a estrutura capitalista, no que diz respeito ao ataque violento do capital a tão importante fronteira natural, se quisermos de fato uma mudança de paradigma na política de saque sobre a natureza e os

povos amazônicos.

É por esses pontos aqui explicitados que vemos a paradoxal exaltação do agronegócio – e do “mínero-hidro-petrolífero-pecuário” negócio, para usar o termo de Malheiro, Michelotti, Porto-Gonçalves (2021) – no Brasil, sendo claramente uma atividade que não gera emprego e renda, não produz alimento para consumo interno, não salvaguarda a segurança alimentar. Pelo contrário, coloca em risco a produção alimentícia, especialmente do pequeno produtor, coloca em risco a própria qualidade ou reprodução da vida humana, em termos de consequências ambientais desse modelo de exploração. E, portanto, a nível social, a nível humano, não gera valor, destrói. É exaltado e estimulado, porque permite a reprodução ampliada do capital, pura e somente. É carro chefe da economia, porque a impede de quebrar em meio a um modo de produção que, na fase financeirizada em que se encontra, precisa, talvez mais do que nunca, equilibrar suas contas através da inserção no setor financeiro. O que, na América Latina e no Brasil, se traduz em inserção no mercado de *commodities*. Ou seja, é um “requeentamento” das relações de dependência, que através da DIT aprisionam as economias periféricas no modelo primário-exportador, sob uma nova ótica.

3.5 CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

A análise traçada por esse trabalho até aqui nos levou aos recaminhos do capital para a conformação de uma estrutura econômica mundializada que aporte seu ritmo de expansão a partir da concentração que decorre da Acumulação por Espoliação e que se traduz em imperialismo monopolista.

Num primeiro momento, a reconfiguração estrutural à reprodução capitalista monopolizada se desdobra no que as economias latino-americanas acreditavam ser o caminho para a supressão da condição de dependência: a industrialização desenvolvimentista. Contudo, o processo de exportação de capitais funciona, em realidade, para a construção de uma nova DIT que permitirá a especialização industrial-tecnológica ainda maior das economias centrais e na perpetuação da condição dependente latino-americana.

A exponencial desvalorização do trabalho que daí decorre, em medida inversamente proporcional aos incrementos na geração de lucro, contribui para uma inexorável situação de crise estrutural do capital, em que invariavelmente a sobreacumulação resultará em cada vez maiores empecilhos à reprodução ampliada, num patamar de expansão da criação de valor que só se entrava pela barreira da vida (nos referimos aqui ao iminente colapso ambiental e aos

diversos efeitos sociais que decorrem desse cenário). Isso se reflete na captura da economia internacional por um sistema monetário-financeiro que subordina as economias nacionais à norte-americana e a produção às finanças.

O resultado é o redirecionamento brasileiro à produção essencialmente primária que implica fortes pressões sobre as fronteiras naturais amazônicas e para quem ali habita. Observemos, portanto, o que a virada do milênio e o capitalismo financeirizado, sob a égide da espoliação e sustentado pelo neoliberalismo, implica quanto ao avanço violento do capital sobre a Amazônia e sobre a vida.

4 O BRASIL NA ESTEIRA DO PROJETO DE UMA NATUREZA CIBORGUE E O PÊNDELO NEOLIBERAL-NEOCONSERVADOR: QUEM SÃO OS VERDADEIROS PROPRIETÁRIOS DO SAQUE?

Tendo em vista a compreensão da conformação estrutural capitalista que delineamos até aqui, cabe agora analisarmos os novos rumos que o regime de acumulação financeirizado segue e que denunciam a crise estrutural do capital, a partir de sua constante tentativa de transposição à materialidade e que vai de encontro ao emergente colapso ambiental, como produto último da realização desenfreada de lucro e também sua barreira final.

Observaremos também como as fronteiras naturais adquirem caráter urgente para o avanço capitalista e a conversão da Amazônia em terreno de valorização do capital. Para tal, nos deteremos em: 1) como a economia brasileira, no interior do capitalismo financeirizado, irá seguir na tentativa contínua de corrigir as assimetrias causadas pela dependência aprofundada que daí emerge, uma com foco na globalização e neoliberalismo e outra com foco numa nova tentativa de industrialização, mas pelo setor primário, em busca do desenvolvimento nacional; e 2) como esses processos descambam na eclosão de um movimento neoconservador, que se define anti-globalista, mas inteiramente aliado aos interesses do capital transnacional, representado pelo projeto agressivo de saque sob a égide de uma política neoconservadora e neoliberal, que exprime o avanço do grande capital a uma de suas últimas fronteiras materiais inexploradas.

Sempre perpassando os efeitos diretos do saque sobre a Amazônia, que configuram política de Estado no Brasil, e permanecem mesmo em se tratando da ascensão de governos progressistas.

4.1 NEODESENVOLVIMENTISMO E NEOEXTRATIVISMO COM VIA DE INSERÇÃO ATIVA DA ECONOMIA BRASILEIRA NO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO

Na virada para o século XXI, a América Latina vê a ascensão de diversos governos progressistas. É o que se chama de giro à esquerda. No Brasil, esse movimento é representado pela eleição do PT, mais especificamente de Luís Inácio Lula da Silva.

Nacionalmente, a guinada à esquerda ou à social-democracia representa a busca por uma inserção brasileira mais ativa na economia financeirizada, em contrapartida ao que anteriormente Paulani (2012) designa como inserção passiva, em que a economia brasileira

funciona de plataforma de valorização financeira. Acreditava-se que a inserção ativa poderia configurar, aos moldes dos impulsos industrializantes e desenvolvimentistas do século XX, uma menor subordinação da economia brasileira às economias centrais. Todavia cabe destacar aqui que uma inserção ativa brasileira na economia financeirizada refere-se muito mais ao redirecionamento das decisões produtivas com mais controle do Estado e na implementação de políticas sociais redistributivas dos excedentes gerados, do que a uma quebra do padrão de exploração e acumulação que se consolida no último quarto do século XX.

Seguindo essa linha de raciocínio, a perceptível reconfiguração do gerenciamento estatal sobre o modo de produção (ou de apropriação) extrativista que domina as economias latino-americanas desde a colonização, como vimos ao longo desse trabalho, corresponderia ao fenômeno que diversos autores designam enquanto neoextrativismo (SVAMPA, 2019). Movimento que se ampara na justificativa da redistribuição de riquezas a partir dos excedentes da exportação (e especulação) primária, mas que infelizmente não se traduz na redução dos efeitos social e ambientalmente devastadores desse modelo de acumulação capitalista (Gudynas, 2009; 2015).

Trata-se, portanto, de uma via institucionalista e social-democrata de resolução de um problema nacional de acumulação, que em realidade deriva da estrutura capitalista, mas que se tenta resolver dentro da própria estrutura via quebra do padrão de dependência. O problema é que as relações de dependência, como pudemos depreender até aqui, não apenas são estruturadas pela acumulação capitalista, como estão no centro de seu desenvolvimento e reprodução mundializada. De forma que sustentamos a impossibilidade de ruptura do padrão de dependência dentro do sistema capitalista.

Mas para compreendermos melhor como o Brasil atinge, em primeiro lugar, a posição de “emergente plataforma financeira” (PAULANI, 2012, p. 98), que repercute na adoção do modelo neoextrativista de acumulação no século XXI, vale resgatar a análise de Hilferding (1985) sobre a exportação de capitais. Para explicar o avultado fluxo de investimentos que partia das economias centrais às periféricas desde fins do século XIX, o autor aponta que a aplicação de capital encontra extraordinária vantagem à sua reprodução em economias com um sistema financeiro menos desenvolvido, que fornecem altas taxas de juros para a atração de investimentos e divisas (HILFERDING, 1985).

Traçando um paralelo com a economia brasileira ao longo da década de 1990, percebemos que o país se consolida, como argumenta Paulani (2012), na posição de plataforma de valorização financeira, oferecendo condições sobremaneira vantajosas ao capital, como altos juros e uma moeda sustentada em condição sobrevalorizada. Podemos

interpretar essa específica orientação de política econômica, sustentada primeiramente por FHC, como mecanismo à atração de divisas no capitalismo financeirizado para a constante amortização de uma dívida externa que abarca porções gigantescas do orçamento estatal e funciona, em realidade, para subordinar e regular as políticas econômicas nacionais ao regime financeirizado de acumulação capitalista.

O primeiro governo Lula representa majoritariamente a continuidade da política econômica de seu predecessor (governo Cardoso), voltado para a entrada brasileira nos mercados financeiros internacionais, abertura econômica, superávit primário e juros elevados, além da conformação aos interesses dos investidores financeiros, com todas as consequências para a estrutura produtiva nacional que esse perfil econômico representa (PAULANI, 2012).

Nesse sentido, Svampa (2019) aponta que, de 2000 a 2015, a valorização dos ativos primários conduz à reconfiguração do desenvolvimentismo produtivista nas economias latino-americanas, que veem a possibilidade de ganhos em termos de vantagens competitivas no comércio internacional pela promoção da produção de *commodities* como o carro chefe de suas economias. Já Paulani (2012) identifica um processo de “**desindustrialização**” e “**reprimarização**” da estrutura produtiva.

Destacamos “desindustrialização” e “reprimarização” porque entendemos que, com a crescente mecanização das atividades primárias-extrativas, a indústria desloca-se para a produção básica, ao mesmo tempo em que a pauta primária sempre esteve presente como pilar da geração de riqueza nacionalmente. De forma que podemos nos referir mais à centralização da indústria primária de alta composição orgânica, organizada pelo capital transnacional. Svampa (2019) denomina esse processo como extrativismo de quarta geração, que implica intensivo e extensivo aporte energético e utilização de recursos naturais para sua reprodução. Trata-se da definição de novos contornos ao extrativismo enquanto motor de acumulação na América Latina, pilar da inserção subordinada na estrutura capitalista, que avança à medida que o sistema como um todo “evolui” para novos estágios de acumulação (SVAMPA, 2019).

É interessante observar os índices do período quanto à participação dos setores de produção básica e industrial na pauta de exportações do Brasil, ao longo da primeira década do século XXI, para compreendermos melhor do que se trata a reestruturação produtiva primária. De 2000 a 2010 a participação do setor industrial na exportação brasileira despenca de um patamar de mais de 70% para níveis abaixo de 50% (BCB/PEDD, apud PAULANI, 2012). No mesmo período, o setor básico eleva sua participação nas exportações nacionais de pouco mais de 20% para por volta de 45%, praticamente se equilibrando com o nível da exportação industrial e de bens de capital (BCB/PEDD, apud PAULANI, 2012). A situação

que já é gritante numa economia dinâmica e heterogênea como a brasileira, em outras nações latino-americanas a desestruturação do aparato industrial nacional atinge patamares absurdos (SVAMPA, 2019).

A reprimarização da pauta de exportações é o outro lado da nova forma de inserção da economia brasileira no circuito mundial de acumulação. Garantindo ganhos em moeda forte dos mais elevados do mundo, o país torna-se um agente ativo do processo de financeirização em curso, absorve continuamente poupança externa e pode conviver com déficits em transações correntes que se elevam a cada ano. (PAULANI, 2012, p. 95)

Outros dados apresentados por Paulani (2012) também comprovam o progressivo protagonismo do setor financeiro na geração de riqueza no Brasil e, portanto, o sucesso das políticas de inserção financeira ativa da economia brasileira através da produção primária, no regime de acumulação capitalista em sua conformação atual.

[...] nas duas últimas décadas, a relação Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)/Produto Interno Bruto (PIB) nunca recuperou sequer o resultado que conseguiu na conturbada década de 1980, mesmo com a recuperação do crescimento econômico na segunda metade dos anos 2000 [...] o regime de crescimento vigente na economia brasileira pós-Plano Real é um regime que apresenta elevadas taxas de lucro macroeconômico, com taxas muito baixas de acumulação de capital produtivo (BRUNO, 2009). [...] Além disso, o patrimônio dos grupos empresariais que atuam no setor financeiro cresceu 71,7% entre 2003 e 2008 (COSTA PINTO, 2010), enquanto o PIB cresceu 28% no mesmo período. (PAULANI, 2012, p. 95)

Destaca-se que essa dinâmica é sustentada pelo Estado, que, em realidade, sempre esteve à frente da promoção de investimentos produtivos geradores de riqueza no Brasil, e agora converte-se no principal promotor da geração fictícia de riqueza e valor (PAULANI, 2012). Isso representa, basicamente, a retomada dos impulsos desenvolvimentistas no início do século XXI na América Latina, sob a liderança de governos progressistas que insistem em instrumentalizar a natureza para o ganho de vantagens comparativas no intercâmbio internacional (SVAMPA, 2019). O impulso representado pela explosão da demanda chinesa por produtos primários soma-se para desencadear uma nova leva de investimentos em infraestrutura na condução de grandes projetos extrativistas, minerais, energéticos e agropecuários na região: é o chamado Consenso das *Commodities* (SVAMPA, 2019).

Consenso das *Commodities*, protagonismo estatal na geração de riquezas e a conformação histórica de uma estrutura econômica saqueadora dos fatores naturais na América Latina contribuem para que o neoextrativismo seja a via de acumulação eleita pelos governos progressistas latino-americanos, confluindo estrutura e conjuntura na base do neodesenvolvimentismo (SVAMPA, 2019). Isso explica a abertura de nossas fronteiras

naturais, como a Amazônia, convertidas nos ativos altamente rentáveis que citamos e a política de valorização das *commodities* como mecanismo de inserção ativa no mercado financeiro, em que a geração de valor fictício se torna central à acumulação e desenvolvimento capitalistas, no lugar de investimentos produtivos industriais.

O Estado brasileiro realmente mantém, ao longo da primeira década e meia do século XXI, segundo Paulani (2012), a posição da economia brasileira enquanto plataforma de valorização de capitais, pela elevação dos juros e sobrevalorização da moeda a partir dos recursos públicos. O que se traduz basicamente na transferência de riqueza e de mais valor extraído do trabalho superexplorado à acumulação rentista, em sua maioria estrangeira (PAULANI, 2012). O intercâmbio desigual, portanto, é substituído pela acumulação rentista na transferência de riqueza da periferia ao centro.

Dessa forma, os governos à esquerda no Brasil acabam por contribuir à acumulação por espoliação, com tudo que esse tipo de exploração abarca: desde métodos violentos de destruição das economias naturais, ao avanço também violento, extensivo e intensivo, sobre as fronteiras naturais, utilizando-se em grande medida do capital internacional ou transnacional para tal. Como aponta Harvey, a “acumulação por espoliação pode ser aqui interpretada como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado.” (HARVEY, 2004, p. 128)

Isto posto, depreendemos que tanto os interesses internos das economias nacionais, quanto a estrutura capitalista na frente externa (conformada no predomínio das finanças), atuam em conjunto para resignar as economias nacionais aos seus ditames do regime de acumulação capitalista financeirizado e baseado na espoliação (HARVEY, 2004). De maneira que os impulsos neodesenvolvimentistas atuam em confluência à dinâmica capitalista, mesmo quando pretendem utilizar dessas estruturas como mola propulsora de desenvolvimento para fora da própria lógica capitalista

Contudo, no que se refere ao giro à esquerda na América Latina manifesto pela eleição do PT no Brasil, interpretamos que, para além da conjunção ordinária dos fatores interno e externo, sobressai uma presença maior do impulso desde dentro para a integração à dinâmica central do capital. Ambas as frentes de interesse se alinham muito bem por um período de tempo, mas, por fim, a frente externa, imperialista, do capital transnacional, prevalece. De maneira que o impulso nacional neodesenvolvimentista acaba por cumprir papel central na extensão que toma a entrada do capital transnacional na economia brasileira e a conseqüente aplicação de seus interesses, que descamba na ascensão de um movimento neoconservador a partir do inflado poder das elites primário-financeiras. Barganha-se, muito à beira do abismo

(para fazer alusão ao próprio Harvey), com a possibilidade de “trapacear” as estruturas do capital que subjagam as economias periféricas, e até o momento perde-se a aposta.

Nessa lógica, o Consenso das *Commodities* que prometia verdadeira ruptura ao Consenso de Washington da década de 1990, ao reposicionar o controle nacional sobre a exploração da natureza para a garantia de ampliação do acesso das populações ao consumo, difunde majoritárias continuidades ao processo de subordinação ao capital financeiro (SVAMPA, 2019). Os projetos nacionais sucedem, mesmo que transitoriamente, nos desdobramentos sociais positivos pela via extrativista, mas acabam por rivalizar paradoxalmente incrementos na qualidade de vida com preservação ambiental (SVAMPA, 2019). De forma que as rupturas com o Consenso de Washington concentram-se na esfera da distribuição e do consumo, enquanto a hegemonia financeira, a entrada irrestrita do capital transnacional como regulador externo da estrutura produtiva e das políticas econômicas nacionais, o estímulo à concentração e centralização do capital que implica em grandes projetos extrativos e predomínio do latifúndio e da monocultura, a violenta espoliação dos recursos naturais e a ação repressiva sobre povos tradicionais e pequenos produtores rurais, apresentam-se como frentes de continuidade (SVAMPA, 2019).

Podemos dizer que o sistema coage as economias vulneráveis ou dependentes, que buscam uma inserção menos subordinada na dinâmica capitalista, a integrar-se à estrutura financeirizada ainda mais profundamente, o que uma vez mais resulta no aprofundamento da dependência, ao invés de sua superação. Os extraordinários ganhos de poder do setor financeiro nacionalmente, a partir da centralização e concentração de capitais que decorre dessa dinâmica, também tensionam os poderes estatais para a manutenção das condições de acumulação financeirizada (PAULANI, 2012).

Se pelo setor externo o regime de acumulação e geração de riquezas no Brasil passa a se sustentar especialmente pela exportação de *commodities* e a atração de divisas para a aplicação financeira extraordinariamente vantajosa, a circulação interna se pauta no consumo financiado pelo capital financeiro, de forma que a classe trabalhadora passa a integrar o circuito rentista de acumulação, dele tornando-se dependente para a reprodução da vida (PAULANI, 2012). Essa situação soma-se à conformação de um inflado setor de serviços nas economias dependentes, exposto por Marini (1981) como forma de perpetuar a superexploração do trabalho na economia brasileira e a pauperização real da classe trabalhadora, que se resolve apenas superficialmente na primeira década e meia do século XXI. Tendo em conta a vulnerabilidade da economia internacional e nacional sob o regime de acumulação financeirizado, consolidar a qualidade de vida da classe trabalhadora sobre o

rentismo parece perigosa barganha (PAULANI, 2012). Em retrospecto comprovamos que realmente o é.

Resumidamente, além da exportação de produtos primários e extrativos, que configura o pilar da acumulação capitalista brasileira desde a colonização, soma-se a criação de valor pela especulação ou pela aplicação financeira em cima das *commodities* exportadas, que gera um mercado gigante, de capital altamente concentrado, centralizado, e em sua maioria transnacional, em torno do agronegócio e da mineração, com a ascensão conjunta de parcelas das burguesias nacionais e das oligarquias regionais das frentes extrativas (principalmente Centro-Oeste e região amazônica), que enriquecem sobremaneira utilizando-se da violenta investida contra os povos tradicionais e da superexploração bruta do trabalhador e da natureza (PAULANI, 2012; SVAMPA, 2019; MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021).

Trata-se de uma nova roupagem da industrialização, no interior do regime de acumulação financeirizado, em que as finanças se sobrepõem à produção material na criação de valor. Portanto, a industrialização conformada a esse regime próprio de acumulação e reprodução do capital é muito mais focada na possibilidade da criação de valor fictício, pelo comércio de ações que deriva da produção, do que a partir da produção física em si. Daí o impulso para a inserção no mercado de *commodities*. Incapaz de barrar a entrada do capital transnacional no interior da estrutura capitalista, o governo se utiliza dele em grande medida para a industrialização das atividades primárias e extrativas, que agora encontram-se em um novo patamar de produtividade, pelo incremento tecnológico⁸.

Pelo que Harvey (2004) demonstra, podemos inferir que esse caminho da industrialização primária financeirizada que segue o Brasil a partir do século XXI não passa de novo caminho à espoliação das economias dependentes pelas centrais ou pelo grande capital transnacional.

[...] o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais. A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminha muito bem em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas. A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. (HARVEY, 2004, p. 123)

⁸ Intuitivamente, o que vemos, na realidade, é uma transição para um setor primário altamente tecnológico, para a constituição de uma indústria primário-extrativa no Brasil, que ainda carrega a peculiaridade de não ser uma indústria nacional, reforçando a ideia de desnacionalização do capital.

Na esteira das proposições de Harvey (2004), que percebe a acumulação por espoliação enquanto égide da acumulação capitalista financeirizada, Svampa (2019) busca demonstrar que o neoextrativismo concretiza-se como o modelo exploratório pilar da acumulação capitalista em seu presente estágio, mediante as crescentes pressões da expansão de capital sobre sua base material (trabalho e natureza).

A autora acrescenta ainda como as relações neoextrativistas de geração de riqueza apontam para a crise da modernidade, do capital e da democracia: o avanço constante e violento da acumulação capitalista sobre as fronteiras naturais põe em xeque a centralidade do lucro sobre a vida, expondo seus limites, quando a expansão do capital parece se chocar com o equilíbrio metabólico do planeta; expõe a fragilidade da criação de valor fictício para além do que a materialidade suporta; e intensifica a repressão estatal ou financeira sobre modos de vida que se interponham de qualquer forma ao avanço do capital sobre os recursos naturais (SVAMPA, 2019).

Apesar de desenvolvimento social e preservação ambiental serem instrumentalizadas pelo discurso essencialmente pró-neoextrativista como grandezas inversamente proporcionais, o resultado desse modelo de exploração espoliativo é desastroso, especialmente para as parcelas da população que se encontrem nas frentes de expansão capitalista (SVAMPA, 2019). Com a reconfiguração política que toma curso após a desaceleração da demanda por *commodities*, com o desmonte dos avanços em políticas sociais pelo aparelho estatal e com o consequente descenso do consumo, os efeitos sociais negativos da exploração voraz dos recursos naturais se alastram, abarcando maior contingente de afetados. O colapso ambiental cada vez mais visível também escancara a ligação direta entre equilíbrio metabólico e qualquer possibilidade de promoção de qualidade de vida.

4.2 A AMAZÔNIA BRASILEIRA NO CENTRO DA GERAÇÃO DE RIQUEZA E NA PERIFERIA DA REDISTRIBUIÇÃO: NEODESENVOLVIMENTISMO PETISTA

Na história recente, 1995 e 2004 apresentam os maiores picos de desmatamento por toda a Amazônia brasileira, com níveis de 29.059,00 km² e 27.772,00 km², respectivamente (TERRABRASILIS, 2022). Somente de 2005 a 2007 as cifras do desmatamento na Amazônia se acentuam em mais de 40.000 quilômetros quadrados (MARQUES, L. 2015). Mais especificamente, 2004 apresenta recorde, desde 1987, nos índices de desmatamento para os estados do Mato Grosso e Pará: 11.814,00 km² para e 8.870,00 km² respectivamente

(TERRABRASILIS, 2022). Coincidem com o *boom* das *commodities* impulsionadas pela demanda chinesa, que segue a valorização desses ativos no mercado financeiro, para além da exportação material em si — é importante lembrar —, e se traduzem na aceleração da expansão agrícola e mineral na pauta produtiva brasileira.

Ao mesmo tempo, o século XXI configura retomada ampla dos grandes projetos minerais na Amazônia, que dominam a pauta de exportação da região norte, especialmente com o ferro, a bauxita, o estanho e o manganês, tendo a China como grande receptora da maioria absoluta dessa produção (MARQUES, G. 2019). Na esteira da retomada dos grandes projetos minerais, a Vale passa a exercer novamente papel central na exploração mineral e no saque dos recursos naturais amazônicos, a partir do governo Lula, de dentro do Estado – o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, atua diretamente no financiamento da companhia – e com ligação direta ao capital transnacional (MARQUES, G. 2019).

A extração mineral, contudo, exige a estruturação energética de aporte às atividades, como bem vimos. Nesse sentido, é importante lançarmos um olhar sobre um dos grandes empreendimentos energéticos na Amazônia sob os governos PT, e certamente um dos mais “polêmicos” no mínimo: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM) entra em pauta em 1994, sob o governo Cardoso e figura como uma das principais obras de mitigação à crise energética brasileira do fim do século XX, a ser posto em prática através do programa Avança Brasil (MARQUES, G. 2019). Contudo, vale destacar que o projeto Belo Monte, em realidade, trata-se de proposta herdada da ditadura empresarial-militar, que promove o mapeamento do rio Xingu ainda ao final da década de 1970, com vistas à possibilidade da construção de 7 hidrelétricas que perpassariam (ou melhor, invadiriam) doze territórios indígenas (MARQUES, G. 2019).

Somente em conjunto à Eletronorte, projeta-se a construção de duas hidrelétricas no Xingu: Babaquara e Kararaô (MARQUES, G. 2019). No mínimo ironicamente, batiza-se com nomes indígenas projetos de impacto altamente destrutivo e agressivo sobre os povos historicamente assentados na região do Xingu (MARQUES, G. 2019).

O projeto é desengavetado pelo governo FHC, rebatizado (garantindo o afastamento das repercussões negativas que as negociações para a construção de Babaquara e Kararaô receberam), posteriormente herdado pelos governos Lula e efetivado durante o governo Dilma, como mais um exemplo das continuidades políticas entre os governos Cardoso e governos PT na condução de políticas econômicas, em especial para a Amazônia

(MARQUES, G. 2019).

O Congresso Nacional aprova a obra em 2005 e em 2011 se iniciam as construções, agora como uma das iniciativas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), após anos de ações judiciais e mobilização social, especialmente partidas da articulação do movimento indígena; todas derrubadas para a implementação desse grande projeto no Xingu (MARQUES, G. 2019). Lideraram a construção da UHBM grandes companhias como Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez, contando com forte financiamento direto ou indireto do Estado (MARQUES, G. 2019).

As movimentações sociais e ações judiciais para o impedimento da construção de uma usina que impacta sobremaneira o regime do rio Xingu, o equilíbrio ambiental da região e a vida das pessoas que ali residem e extraem diretamente da floresta sua sobrevivência, seguiram mesmo após o início da construção, causaram até mesmo algumas paralisações, mas, por fim, a UHBM é finalizada, para gerar energia em volumes que minimamente justificariam seu funcionamento somente no período das cheias dos rios (2 a 3 meses por ano) (MARQUES, G. 2019). Para refrear as resistências à construção, o Estado empregou não somente dispositivos institucionais de coerção jurídica como violência direta, principalmente por meio da Polícia Militar, cometendo diversas violações dos direitos humanos (MARQUES, G. 2019).

Dessa forma, a de UHBM escancara as contradições de um regime de acumulação neodesenvolvimentista/neoextrativista que, sob a justificativa do desenvolvimento nacional, emprega as mesmas táticas espoliativas de avanço capitalista sobre a Amazônia (VIVEIROS DE CASTRO, 2019). O discurso de espaço vazio prevalece, no fim das contas, e baseia a ação colonizadora de governos progressistas que parecem enxergar ainda a Amazônia e seus povos como externalidade a ser conquistada e mobilizada para o desenvolvimento (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021).

O minério domina o Norte, especialmente o ferro, mas no estado do Mato Grosso, que também compõe a região amazônica, o predomínio é do agronegócio, pela produção de soja, milho, algodão e carne. Em 2011 apenas soja e milho já correspondiam a mais de 70% das exportações do estado (MARQUES, G. 2019). Com o agronegócio vem o grande capital transnacional. Empresas como Monsanto, Louis Dreyfous, Cargill, entre outras gigantes multinacionais, possuem papel essencial na produção (MARQUES, G. 2019). Das sementes à colheita, ou melhor, ao escoamento do produto, o capital externo está envolvido, direta ou indiretamente.

Em se tratando de agronegócio, uma visão sobre a crescente vinculação do Estado

brasileiro a setores ruralistas, especialmente a partir do governo Dilma Rousseff, nos permite perceber os fatores que envolvem a retomada acelerada do desmatamento na Amazônia, após um breve mas significativo período de retração desses infelizes índices, bem como a centralidade que o capital relacionado ao agronegócio adquire na política nacional e que conduz, em grande medida, à ascensão neoconservadora na abertura total da economia nacional ao lucro rentista ancorado nas *commodities*.

De 2005 em diante a tendência geral é de queda progressiva e acentuada dos níveis de incremento do desmatamento na Amazônia, até 2012, quando volta pouco a pouco a crescer (TERRABRASILIS, 2022). A desaceleração do desmatamento a partir de 2005 decorre especialmente da pressão internacional e da implementação, pelo Ministério do Meio Ambiente, sob gestão de Marina Silva, do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM) (MARQUES, L. 2015). Em 2008 entram em vigor iniciativas de restrição de crédito e financiamento com vistas a mitigar a apropriação ilegal de terras e o desmatamento, o que contribui também para a desaceleração dos índices (MARQUES, L. 2015; TERRABRASILIS, 2022).

Todavia, durante o governo Dilma observa-se um processo de reversão na tendência geral de desaceleração do avanço sobre a floresta, a partir de alianças cada vez mais consolidadas com setores ruralistas (MARQUES, L. 2015). Uma conjunção de atores internos e externos articulam-se, nesse momento, em prol da especulação fundiária na Amazônia e na apropriação de terras públicas ou territórios indígenas, com vistas à ampliação das frentes lucrativas de investimento produtivo e financeiro, utilizando-se e mesmo fomentando o cenário de instabilidade política no Brasil (em processos que se desenrolam até o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff) para a implantação de atividades econômicas e aportes legais que legitimem a entrada dessas frentes ao circuito do agronegócio, e conjuntamente dos negócios minerais, energéticos, de transporte e financeiros (informação verbal)⁹.

A reforma do Código Florestal em 2011, que basicamente contribui para desobrigar latifundiários da conservação de áreas de reserva no interior de suas propriedades (o que adquire caráter mais significativo na Amazônia, onde as porcentagens de preservação chegavam a 80%) são o prelúdio inicial desse processo (MARQUES, L. 2015). A consolidação de Kátia Abreu — ferrenha defensora da liberação irrestrita ao uso de agrotóxicos e defensivos agrícolas no Brasil — na liderança do Ministério da Agricultura, em

⁹ Fala do prof. Gilberto Marques durante a defesa do presente Trabalho de Conclusão de Curso, como membro da banca avaliadora, em 11 mar. 2022.

2015, representa a iniciativa final do governo no alinhamento ao agronegócio, quase como política de Estado (MARQUES, L. 2015).

O desmatamento retoma sua trajetória francamente ascensional entre agosto e outubro de 2014. Os resultados oficiais do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) do Inpe, divulgados no final de novembro de 2014, mostram que o desmatamento na Amazônia aumentou 117% no trimestre agosto-outubro em relação ao mesmo trimestre de 2013, com uma área total devastada por corte raso de 1.924 km². (MARQUES, L. 2015, p. 88)

Podemos interpretar esse movimento como uma reação do capital à redução de suas possibilidades de lucro sobre a exploração da natureza, que decorre tanto das medidas legais quanto da crise econômica que atinge com mais força o Brasil. Busca-se a exploração mais extensiva e intensiva para compensar a desvalorização dos ativos primários, quase uma repetição da superexploração do trabalhador latino-americano, mas agora sobre a natureza. O acatamento por parte do Estado pode representar, nesse caso, uma tentativa de retomada do crescimento pelas *commodities*. As contradições entre bem-estar social em detrimento da preservação natural começam a despontar com mais força, então.

Acentuando essas contradições, observamos que os resultados da conformação financeiro-primária na Amazônia ao longo dos governos progressistas não foram de ganhos de qualidade de vida para a população regional.

No final da década de 2000, a região Norte ainda contava com 42% da população na condição de pobreza e mais de 10 milhões vivendo com até meio salário mínimo. [...] Os 10 municípios brasileiros com pior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) encontravam-se todos na Amazônia Legal, sendo quatro no Pará, inclusive o pior de todos, Melgaço, localizado na ilha de Marajó, onde se estimava que até metade da população municipal fosse analfabeta. Entre os 20 municípios com os piores IDHs do Brasil, 15 eram da região amazônica. [...] Já Manaus era a região metropolitana com os piores indicadores sociais e econômicos brasileiros. (MARQUES, G. 2019, p. 221-222)

O suposto celeiro do mundo convive com a insegurança alimentar. A região que recebe maciços investimentos em infraestrutura para a instalação de grandes projetos apresenta precariedades infraestruturais que afetam da qualidade da água à conformação das cidades. A militarização da região repercute mais em violência e violação dos direitos humanos do que em defesa para a população.

É claro que não podemos negar os avanços sociais implementados pelos governos PT no Brasil, que contribuíram para ampliar o acesso ao consumo e refletiram importantíssimos avanços em termos de qualidade de vida, como a mitigação da fome, o estímulo à ciência e programas como O Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família. Mas é essencial compreender

problemas estruturais estruturalmente. De maneira que a crítica estrutural não pode depreender-se de apontar inconsistências onde elas existem, especialmente se há qualquer esperança de mudança efetiva, mesmo num cenário cada vez mais nefasto.

4.3 NEOCONSERVADORISMO COMO RECAMINHO DO CAPITAL NO BRASIL

Baseados no que vimos até aqui, podemos dizer que, do seio do neodesenvolvimentismo social-democrata e institucionalista, pavimenta-se o caminho à evolução de movimentos neoconservadores anti-globalização — ou anti-globalistas, nos seus próprios termos — enquanto reação do capital através das burguesias nacionais ou das oligarquias regionais, com o apoio das classes médias, vulnerabilizadas pelo regime financeirizado de acumulação, que trabalham para a retomada do grande capital.

No Brasil, esse processo se inicia com maior força enquanto projeto político institucionalizado a partir do golpe que retirou a presidente Dilma Rousseff do poder em 2016. A gênese pode ser traçada desde 2013, com as movimentações denominadas “jornadas de junho” ou mesmo antes. Outros fatores que não nos cabe analisar também estão envoltos no processo: desde a atuação das igrejas neopentecostais, à insatisfação das classes médias, passando pela contribuição das mídias sociais e tradicionais na criação de um ambiente de instabilidade política e deslegitimidade do governo. O fato é que a irremediável crise desencadeada desde 2008, somada à desvalorização das *commodities*, chega ao Brasil com maior força a partir de 2014 e facilita a entrada forte e a aceitação massiva desses discursos que descambam na ação real de tomada do aparelho do Estado para a guinada plenamente neoliberal, representada pelo impeachment.

Nesse sentido, o governo de Michel Temer atua mais como transição ao projeto plenamente violento de tomada do Estado pelo grande capital, que segue em curso com Jair Bolsonaro na presidência. O discurso que se apresenta desde a formulação do documento “Uma Ponte para o Futuro” é voltado para o suposto peso das políticas sociais que o neodesenvolvimentismo petista implementa (AMARAL; LOURAL; RIBEIRO, 2020). A necessidade apresentada de redução dos gastos de governo, como medida à contenção da crise, embasa a aplicação direta de importantes reformas orçamentárias que conduzem à retomada do “neoliberalismo pleno” como posição oficial do Estado brasileiro em termos de políticas econômicas (AMARAL; LOURAL; RIBEIRO, 2020).

É a reação do capital, que busca constantemente auferir os maiores lucros possíveis

pela sua própria lógica de funcionamento, às restrições que as políticas redistributivas representavam.

A resposta das classes médias, pequena burguesia e classe trabalhadora aos efeitos crônicos e sistêmicos do imperialismo neoliberal, se deu então na direção do anti-globalismo e da coesão nacionalista, que instrumentaliza seu discurso (apoiada pelo grande capital como divergência do ataque direto ao sistema financeiro de acumulação por espoliação global) com base no racismo, na xenofobia, no nacionalismo; voltando suas atenções justamente para os imigrantes e conglomerando-se em grupos neofascistas (HARVEY, 2004).

O autor refere-se muito mais ao governo Bush nos Estados Unidos, enquanto faceta de reconfiguração do capital em resposta à vulnerabilidade por ele mesmo criada, do que à realidade brasileira atual. Porém, transpondo a análise domesticamente, podemos dizer que esse mesmo movimento explica o governo Bolsonaro enquanto mecanismo de avanço do capital pela acumulação por espoliação, munido da pseudo-representação das angústias anti-globalistas das classes médias, armado pelo racismo e pela xenofobia, numa configuração neoconservadora, neofacista da política populista, aliada aos interesses do capital e da classe rentista que mais tira proveito da nova configuração do regime de acumulação.

Dessa forma fica claro que a ação destrutiva empreendida pelos governos Temer e Bolsonaro sobre as frentes naturais de expansão ao capital (com destaque aqui para a Amazônia) não se restringem à articulação das burguesias nacionais à retomada plena de seu avanço irrestrito sobre qualquer território que reserve possibilidade de valorização financeira (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021). Trata-se de uma conjunção nítida com o grande capital transnacional na continuidade da acumulação por espoliação, pela retirada de qualquer barreira ao lucro (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021).

Pensando nos efeitos imperialistas do neoconservadorismo (quase um contrassenso, quando pensamos na mobilização anti-globalização por esses grupos), Harvey (2004) ainda expõe como nos Estados Unidos no início do século XX alguns setores políticos neoconservadores atuam em resposta aos efeitos adversos à própria economia estadunidense das políticas executadas pelos neoliberais, através do imperialismo. Embasa-se em uma retórica moral cristã e na defesa da liberdade e da propriedade, como mecanismo de reordenação interna e mundial, direcionado para a liderança estadunidense, com apoio de uma base forte externa (HARVEY, 2004). Para isso, trabalham na exportação desses preceitos, como forma de angariar a plataforma legal necessária à disseminação de um novo projeto que busca interpor-se à lógica neoliberal (HARVEY, 2004). Vemos a retomada desse sentido de

ação com o governo Trump, num momento em que a retórica neoconservadora consegue angariar maior espaço para sua reprodução do que anteriormente.

De qualquer forma, ao mesmo tempo em que o governo Bolsonaro parece seguir diretrizes anti-globalistas, atua, na instância econômica, como ferramenta de acesso do grande capital transnacional às fronteiras inexploradas para a acumulação por espoliação, auxiliando na manutenção das estruturas financeiras internacionais neoliberais, que permitem a reprodução ampliada sob a égide da acumulação por espoliação. E ainda lucrando por meio dessas mesmas estruturas, especialmente em termos da classe rentista referida já aqui. Assim, podemos apontar uma conjunção — aparentemente contraditória — neoconservadora enquanto projeto político e neoliberal economicamente, que serve, em última instância, para proteger a acumulação capitalista. Seria uma nova configuração do pêndulo liberal, que demonstra o aprofundamento das contradições do regime de acumulação capitalista, pelo embate entre classe produtiva e classe especulativa. São as próprias bases do capitalismo em sua fase atual (materialidade e valor fictício) disputando sua centralidade.

Harvey (2004) aponta tanto o imperialismo neoliberal de caráter globalista quanto sua face neoconservadora como insuficientes no longo prazo à manutenção da reprodução ampliada via acumulação por espoliação. Basicamente, nesse ponto da acumulação capitalista, o capital precisa se reinventar constantemente para a manutenção de sua expansão continuada, através da destruição violenta de qualquer barreira que se interponha no caminho da acumulação e da criação de valor. Em último caso, essa barreira será a vida.

Ao mesmo tempo que o trabalho vivo é o fundamento do capitalismo, pois é o único capaz de criar novo valor: o que vemos é um regime de acumulação que encontra em seu próprio fundamento (o trabalho) e em sua base de sustentação (a matéria) as últimas barreiras para sua reprodução e expansão continuada; de maneira que apenas a comercialização da vida, do tempo, pode permitir ao regime de acumulação capitalista a sobreposição dessa última barreira (informação verbal)¹⁰. E é o que vem fazendo.

4.4 O PROJETO CONSERVADOR EM CURSO E A REPRODUÇÃO DOS INTERESSES DO CAPITAL EXTERNO

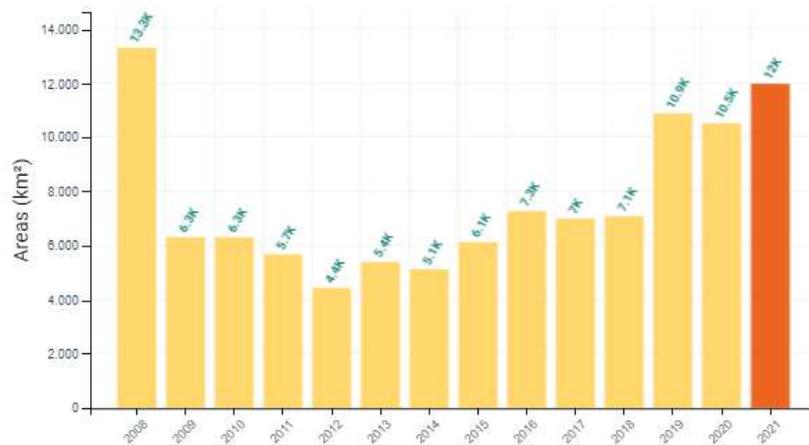
Pudemos compreender até aqui como o regime de acumulação capitalista se

¹⁰ Fala do prof. Eduardo Sá Barreto no curso Luta de Classes e Financeirização: o papel da dívida - Hipotecando o futuro e a questão do presente no contexto da financeirização da vida, Tv Boitempo, em 14 fev. 2022. Disponível em: https://youtu.be/OT3zS_50Tgs. Acesso em: 03/03/2022

desenvolve historicamente para conformar o território designado como Brasil enquanto gerador de riqueza às economias centrais. Desde o fornecimento material de recursos primários, até a remessa de juros e valorização financeira que se sustentam sobre a materialidade, mas buscam transbordá-la. Vimos como o acirramento das pressões estruturais do regime de acumulação capitalista em crise se utiliza da criação de valor fictício para artificialmente manter um sistema no limite de sua expansão e como esse movimento descamba na pressão dos fatores naturais e no trabalho vivo nas economias latino-americanas, contribuindo para um ciclo vicioso de geração de riqueza via geração de escassez. Ficou também perceptível como a vulnerabilização da economia internacional e da própria acumulação capitalista financeirizadas se desdobra em constantes processos de reinvenção do investimento e do aparato Estatal em conformação à lógica capitalista, para manter a estabilidade expansionista do capital. E como esses movimentos se refletem no Brasil, com o giro neoconservador que representa a retomada do neoliberalismo pleno como política econômica oficial e os interesses das elites extrativas e financeiras como razão de Estado. Observemos agora, portanto, alguns dados que comprovam a gravidade da investida de um aparelho estatal conformado à lógica do capital em favor do neoextrativismo autoritário sobre a Amazônia.

A partir de 2015 em diante a tendência geral passa a ser de aceleração no incremento do desmatamento, com especial acentuação em 2019, quando chega-se a níveis de 10.897,39 km² (TERRABRASILIS, 2022). 2021 representa quase um retorno ao patamar de 2008, com um incremento do desmatamento de quase 12 mil quilômetros quadrados (TERRABRASILIS, 2022).

Figura 1: Incremento do Desmatamento na Amazônia Legal por ano (2008 a 2021)



Fonte: Terrabralisis, 2022¹¹.

O retorno a patamares de incremento do desmatamento próximos aos de 2008 atua, em realidade, no sentido contrário à lógica expansionista do período do *boom* das *commodities*. E posterior desvalorização dos ativos primários, a partir da recessão pós-crise internacional de 2008, da tendência à estabilização da demanda chinesa e da desvalorização cambial, conduz a uma explosão das atividades primárias, ao contrário de reduzir o afluxo de investimentos. Ou seja, aplica-se a lógica da produção massiva para compensação da queda do lucro em termos relativos. Parece também indicar um movimento de corrida dos investimentos em ativos primários em previsão à sua futura valorização mediante o crescente escasseamento dos recursos naturais. É a hipoteca do futuro, para referenciar o título da aula 1 do “Curso Luta de Classes e Financeirização: o papel da dívida”, ofertado pela Editora Boitempo em parceria com a Rede Jubileu Sul Brasil em 2022.¹²

Essa visão parece comprovar-se quando observamos que, segundo Kato (2021), nos anos mais recentes, com o pacto neoliberal entre Estado brasileiro e capital transnacional, o peso dos investimentos relacionados ao agronegócio se acentua, contando com a participação de importantes fundos de pensão, de investimento e seguradoras financeiras envolvidas (KATO, 2021).

Nesse mesmo sentido, é curioso observarmos como a pressão internacional discursiva sobre o recrudescimento do desmatamento na Amazônia brasileira e outras ações de inviabilização à proteção ambiental segue em consonância ao crescimento dos afluxos de

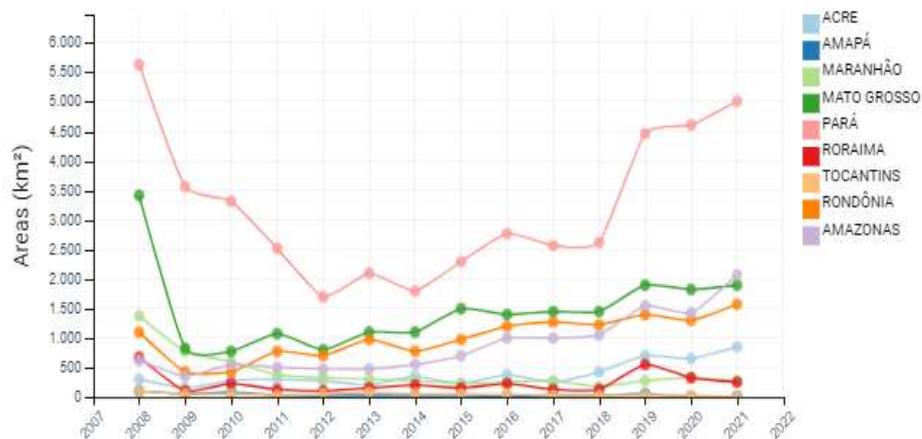
¹¹ Disponível em: http://terrabralisis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates

¹² O curso está disponível no canal oficial da Editora Boitempo no YouTube (TV Boitempo) e pode ser acessado em: https://youtube.com/playlist?list=PLHiE8QPap5vT9JOAh6ev692QPbcJ7jSl_.

investimento, direto ou indireto, de companhias e instituições financeiras externas nas próprias atividades que desencadeiam a desregulamentação e a paulatina destruição da floresta. A transnacionalização do capital e as estruturas de aporte à financeirização da economia internacional dificultam ainda mais qualquer tipo de responsabilização aos grandes investidores que financiam o colapso metabólico na Amazônia (e no mundo). As nações “desenvolvidas” se estabelecem em privilegiado lugar de adoção de discursos pró-preservação ambiental, sem serem diretamente responsáveis pelo rastro de destruição financiado por capitais que podem ser rastreados à origem desses mesmos territórios, ainda aproveitando-se uma vez mais da espoliação internacionalmente articulada sobre os recursos naturais na periferia do sistema para a geração de riqueza, em sua maioria repatriada às economias centrais.

Ainda sobre o incremento do desmatamento, dados apresentados pelo Instituto Terrabralis (2022) demonstram crescimento contínuo em quase todos os estados que compõem a Amazônia Legal a partir de 2018, com exceção de Roraima.

Figura 2: Incremento do Desmatamento na Amazônia Legal por estados (2008 a 2021):



Fonte: Terrabralis, 2022¹³

Ao mesmo tempo em que os índices de desmatamento crescem, a pauta de exportação denuncia os caminhos da mineração, da soja e do gado sobre a floresta amazônica. Em 2019, a “soja, os óleos brutos de petróleo e os minérios de ferro [...] milho, carne bovina e de frango, farelos e resíduos de extração da soja, café, algodão e minérios de cobre” (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021, p. 37) correspondem a mais de

¹³ Disponível em: http://terrabralis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates

90% das exportações de produtos básicos no Brasil (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021). Uma crescentemente baixa diversificação produtiva em uma economia anteriormente considerada bastante heterogênea. A produção primária alimenta o mercado de ativos enquanto o Brasil volta ao mapa da fome.

O agronegócio se consolida como verdadeiro “pacto de economia política” no Brasil desde a década de 1990, e mais fortemente após o *boom* das *commodities*, tornando-se pilar das políticas macroeconômicas e do comércio exterior no Brasil do século XXI, reconfigurando a concentração fundiária e a formação de oligarquias (locais e internacionais) como a refazenda da formação econômica brasileira, sob o signo do capital financeiro (DELGADO, 2012). A mineração pode até não ser “pop”, pode até não ser “tudo” na mídia como ocorre com o “agro”, especialmente após os inúmeros desastres ambientais graves que tomaram curso nos últimos 10 anos, mas segue lado a lado ao agronegócio como uma das principais atividades de inserção no mercado de *commodities*.

Somente na Serra dos Carajás, exemplo emblemático dos grandes projetos minerais na Amazônia, houve um aumento de quase 260% na extração anual, se comparado 2002 com 2018; o que corresponde a 139,7 milhões de toneladas a mais (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021). A progressiva desvalorização do preço do ferro, que se acentua a partir de 2016, contribui mais para a intensificação das atividades extrativas minerais que o contrário: a lógica é do aumento da produção (e da exploração) para compensar as perdas relativas de lucro (MARQUES, G. 2019). Trata-se de escancarada superexploração da natureza num regime de produção e acumulação baseado na realização mais imediata possível do lucro.

O crescimento da extração de ferro em Carajás, que correspondeu a 33,3% do total exportado pelo Brasil no período 2002-2015 e 46,7% no período 2016-2019, indica um deslocamento da extração da Vale para o seu sistema norte, notadamente após as repercussões negativas dos rompimentos das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), em Minas Gerais. (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021, p. 39)

Nesse sentido mineração e agropecuária andam juntos para conformar verdadeiros sistemas agrominerais por toda a Amazônia brasileira, em que a concentração fundiária e de capitais, a entrada do capital transnacional e a construção de aportes energéticos e infraestruturas de transporte, implementados para a extração mineral, transpõem-se na aceleração de atividades agropecuárias altamente produtivas, mecanizadas, financeirizadas e rentáveis, e que passam a desempenhar papel central no avanço capitalista sobre o *front*

amazônico (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021).

Novamente, os caminhos da destruição da floresta comprovam os caminhos do capital. Os estados líderes em desmatamento acumulado em 2021, na Amazônia Legal, são Pará em primeiro lugar e Mato Grosso em segundo (TERRABRASILIS, 2022).

Figura 3: Incremento do Desmatamento acumulado na Amazônia Legal por estados



Fonte: Terrabralisis, 2022¹⁴.

Ambos figuram como líderes regionais na exportação de *commodities* com a predominância do ferro no Pará e da soja no Mato Grosso (MARQUES, G. 2019; MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021).

Os focos de incêndios criminosos na Amazônia, que tanto repercutiram na mídia em 2019, pela intensidade com que foram cometidos e pela extrapolação dos efeitos diretos desse tipo de “abertura” da floresta, com a nuvem de fumaça que encobriu os céus de São Paulo (todos os anos os céus do Sul e Sudeste do Pará se encobrem de fumaça durante o período de seca, quase compondo um regime cíclico artificial do fogo na Amazônia), também denunciam a gravidade da aceleração da investida sobre a floresta.

O ano de 2019 apresenta um crescimento elevado dos focos de queimada na Amazônia, por volta de 68%, com o ápice da concentração de registros de fogo sobre a floresta em agosto, em nível aproximadamente 4 vezes maior que no mesmo período do ano anterior (MADEIRO, 2020; MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021). O chamado dia do fogo ganha destaque, dado os indícios que apontam uma articulação de

¹⁴ Disponível em: http://terrabralisis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates

“fazendeiros, madeireiros e empresários” como suposta gênese dos picos acentuados dos focos de incêndios nos dias 10 e 11 de agosto de 2019 (CAMARGOS, 2019). A reação do governo é iminente e repressiva. Não sobre os causadores do incêndio e da devastação, mas sobre seus denunciante. “A divulgação dos dados recorde de alerta de desmatamento no mês de junho de 2020 levou, por parte do governo federal, à exoneração da coordenadora 28 do sistema Deter do Inpe, repetindo ação tomada em 2019 em relação ao diretor do órgão. (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021, p. 27-28)

Almeida (2010) apresenta o conceito de agroestratégias, como um arcabouço de ações jurídicas, institucionais, discursivas que atuam para impelir a agropecuária para territórios legalmente protegidos, ou para neutralizar quaisquer empecilhos dessa ordem ao avanço das atividades agropecuárias, com o auxílio de importantes organismos financeiros internacionais, corporações transnacionais, Estados, burguesias nacionais, mídia, produção científica, entre outros. O caso da exoneração da coordenadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) é um exemplo da ação direta do Estado em consonância com a aplicação das agroestratégias, todavia os exemplos são extensos. Voltemos a uma observação da investida legislativa sobre a Amazônia.

Só tomando em conta as iniciativas pela via legislativa de conformação da Amazônia ou das fronteiras naturais brasileiras como um todo ao neoxtratativismo, percebemos uma clara intensificação acirrada desde 2016 desses processos, que, todavia, já seguiam em curso previamente. Contudo, a reconfiguração dos processos de acumulação espoliativa por vias autoritárias e plenamente neoliberais no capitalismo senil, desde 2016 no Brasil, impulsiona sobremaneira a conformação da estrutura legislativa ao saque fundiário pelas elites nacionais em conjunção ao capital transnacional (AMARAL, LOURAL, RIBEIRO, 2020; BONFIM, PACKER, 2021; informação verbal¹⁵).

Em 2016 a MP 758 reduziu a área de proteção do Parque Nacional do Jamanxim, para permitir a construção de um corredor de escoamento de grãos entre Mato Grosso e Pará. A MP 759, do mesmo ano, regulariza terras ocupadas ilegalmente até 2011, sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, redirecionando a reforma agrária para a institucionalização da grilagem (BONFIM, PACKER, 2021). A instrução normativa 88 do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), de 2017, segue a esteira da regularização de terras ocupadas ilegalmente, mas agora para proprietários estrangeiros

¹⁵ Fala do prof. Eduardo Sá Barreto no curso Luta de Classes e Financeirização: o papel da dívida - Hipotecando o futuro e a questão do presente no contexto da financeirização da vida, Tv Boitempo, em 14 fev. 2022. Disponível em: https://youtu.be/OT3zS_50Tgs. Acesso em: 03/03/2022

(BONFIM, PACKER, 2021).

Só em 2019: a MP 870 coloca as decisões sobre regularização fundiária, reforma agrária e titulação de terras indígenas e quilombolas sob a liderança do Presidente da União Democrática Ruralista, através da criação da Secretaria de Assuntos Fundiários e os Decretos 9760/19 e 9806/19, respectivamente; dificulta a responsabilização de infratores ambientais e facilita acordos e pagamento de multas em contrapartida; e esvazia o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) da participação da sociedade civil e da entrada a setores ligados ao agronegócio e à mineração no Conselho em lugar de entidades ambientais como o Instituto Chico Mendes (ICMBio) (BONFIM, PACKER, 2021).

No ano seguinte, 2020, novas legislações. A Lei 13.986/2020 contribui para transformar terra e recursos naturais em lastro no pagamento de dívidas e ampliar o acesso estrangeiro à terra nacionalmente, ao permitir a transferência irrestrita de terras a estrangeiros não residentes para o pagamento de dívidas (BONFIM, PACKER, 2021). A Instrução Normativa nº 9, da Fundação Nacional do Índio (Funai), permite a privatização de terras no interior de territórios indígenas não homologados, consolidando novos limites legais para a grilagem de terra indígena (BONFIM, PACKER, 2021). A criação do Programa Titula Brasil amplia a titulação de terras públicas para os municípios, agora autorizados a fazê-lo, ampliando conjuntamente a influência das oligarquias locais nas decisões (BONFIM, PACKER, 2021).

Ainda em 2020 um dos ataques mais hostis à estrutura legal protetiva da Amazônia — e demais biomas — no Brasil, foi operado contra o próprio Ministério do Meio Ambiente, responsável, anos antes, sob a liderança de Marina Silva, por saldos positivos importantes na desaceleração do avanço do desmatamento. Agora, o Ministério sob ataque, correu o risco de ser extinto e incorporado ao Ministério da Agricultura (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021). A extinção formal não ocorreu, mas seu paulatino esvaziamento e a nomeação de Ricardo Salles para a pasta garantiram sua subjugação aos interesses ruralistas, a nova razão de Estado brasileira (NICOLAV, 2020).

Após 2 anos à frente do Ministério do Meio Ambiente, em 2021, Salles deixou o cargo, sob diversas polêmicas, como a famosa declaração quanto a “passar a boiada”, sob pressão internacional, sob investigação conduzida pela Polícia Federal sobre suposta ligação do ministro com esquemas ilegais de contrabando de madeira, sob ação de improbidade do Ministério Público Federal dadas alegações de desestruturação do aparato protetivo ambiental, e sob elogios do Presidente Bolsonaro (G1, 2021; MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021).

Prezado Ricardo Salles, você faz parte da história. O casamento da Agricultura com o Meio Ambiente foi um casamento quase que perfeito. Parabéns, Ricardo Salles. Não é fácil ocupar seu ministério. Por vezes, a herança fica apenas uma penca de processos. (BOLSONARO, 2021, apud G1, 2021, on-line)

A saída de Salles, contudo, não representa o afastamento do setor ruralista do Ministério do Meio Ambiente. Seu substituto, Joaquim Alvaro Pereira Leite, atuava diretamente em apoio ao agronegócio no Brasil como conselheiro da Sociedade Rural Brasileira (SRB) (G1, 2021). “O casamento da Agricultura com o Meio ambiente” (BOLSONARO, 2021, apud G1, 2021, on-line) se consolida.

Em 2021 destaca-se a Lei 14.119/2021, que inclui terra, solos e vegetação no mercado de compensações de emissões de carbono, sem restrição à regularização de propriedades improdutivas nesses termos (BONFIM, PACKER, 2021). A Resolução nº 4 da Funai interfere no direito à autodeterminação indígena, impondo critérios de heteroidentificação externos às comunidades, que podem implicar na restrição do acesso a políticas públicas e direitos territoriais, por exemplo (BONFIM, PACKER, 2021).

No mesmo ano, o retorno da tese do Marco Temporal para a pauta de discussão legislativa no Brasil em 2021 figura como um dos mais emblemáticos ataques aos direitos territoriais indígenas e de investida agressiva estatal-ruralista-financeiro sobre as fronteiras naturais. A tese do Marco Temporal vem à tona no Congresso Nacional primeiramente em 2009, impulsionada pela bancada ruralista, durante as discussões sobre a criação da terra indígena Raposa do Sol (DOMTOTAL, 2021). Argumenta-se, então, que a data de promulgação da Constituição Federal de 1988 deveria servir de baliza para a decisão: o território reivindicado deveria ser comprovadamente ocupado, pelo menos desde o dia 5 de outubro de 1988 (DOMTOTAL, 2021).

A incorporação desse fraudulento discurso numa efetiva legislação sobre a demarcação de terras indígenas representaria enorme retrocesso aos direitos adquiridos pelos povos originários sobre seus territórios, sem contar impactos ambientais e sociais profundos com o iminente avanço das atividades primárias extensivas e intensivas (minerais ou agropecuárias) sobre as fronteiras naturais e sobre a Amazônia mais especificamente. O julgamento sobre o Marco Temporal foi suspenso, mas a amplitude que adquiriu assusta.

O “financiamento” às agroestratégias por instituições financeiras multilaterais e corporações transnacionais já denuncia o interesse desses grupos, que representam o grande capital basicamente, no desmonte das estruturas protetivas da natureza. “A participação ativa

dessas grandes corporações na expansão do agronegócio na Amazônia viabiliza a conexão de seus processos mais localizados, como a apropriação das terras e a organização da produção e comercialização, com a circulação dos produtos em escala global.” (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021, p.50)

Pode-se dizer que o fim da segunda década do século XXI se trata do momento em que o Estado brasileiro é capturado através do golpe pelos interesses do capital transnacional e das burguesias nacionais, numa retomada do avanço territorial agressivo para o apossamento de ativos próximos à escassez e conseqüente valorização, em especial na Amazônia brasileira (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021).

Destaca-se em especial a Amazônia brasileira não somente pelo recorte com que a presente investigação trabalha, mas também por se tratar de uma das maiores “reservas de valor” em termos do capital, ou território que abriga a maior biodiversidade e concentração de biomassa do planeta, no interior de um Estado que historicamente mobiliza a região enquanto externalidade passível à investida ainda mais violenta para a apropriação de seus recursos. De maneira que a Amazônia se centra paulatinamente em território altamente estratégico para a acumulação capitalista.

Quanto mais iminente o colapso ambiental e mais escassos os recursos naturais, maior valorização adquirem no mercado. O aprofundamento persistente, violento e intensivo da agenda neoliberal - enquanto pilar de sustentação de um capitalismo senil - é a expressão tirânica do capital na imposição de suas necessidades de reprodução e acumulação, que submete não só o presente como o futuro. (informação verbal)¹⁶.

Nesse sentido, podemos depreender que a “ofensiva espoliadora” empreendida pelos governos neoliberais neoconservadores de 2016 em diante no Brasil, em termos estruturais, não passam do desenvolvimento dos processos neoextrativistas, que ancoram a espoliação dos recursos naturais como o motor gerador de riquezas produtivas e financeiras desde a virada do milênio (MALHEIRO, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021). Chegamos, talvez, ao ciclo de expressão máxima da sobreposição das finanças não somente sobre a produção, mas sobre o futuro.

¹⁶ Fala do prof. Eduardo Sá Barreto no curso Luta de Classes e Financeirização: o papel da dívida - Hipotecando o futuro e a questão do presente no contexto da financeirização da vida, Tv Boitempo, em 14 fev. 2022. Disponível em: https://youtu.be/OT3zS_50Tgs. Acesso em: 03/03/2022

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho pudemos apreender os movimentos de Acumulação Primitiva do capital, como condição essencial para o desenvolvimento inicial do modo de produção capitalista, bem como para o assentamento de suas bases pelo globo, através da colonização e subjugação de territórios que são inseridos no sistema mundo sob a sina da dependência. Pudemos compreender os desdobramentos desse processo na exploração do trabalho, nos territórios latino-americanos e na Amazônia brasileira, amparados sempre por processos violentos, que envolvem a destruição das economias naturais para o adentramento do grande capital, num processo continuado que logo se transfigura em Acumulação por Espoliação — justamente por seu caráter contínuo. A partir daí, vimos como os progressos técnicos e a superexploração do trabalhador latino-americano são essenciais para o desenvolvimento capitalista em uma fase mais sofisticada de acumulação, e o importante papel que a Amazônia, através da economia gomífera, exerce para o desenvolvimento industrial da Europa. Mais uma vez sob o jugo do saque e da violência frente à natureza e à classe trabalhadora, utilizando-se de métodos pré-capitalistas de exploração de ambos, no esteio da modernidade.

Para além, a análise da destruição das economias naturais e uma visão mais ampla sobre os desdobramentos da acumulação por espoliação, permite que observemos a lógica expansionista do capital e seus efeitos diretos na reestruturação das economias não capitalistas que se desdobra em imperialismo monopolista, na ação irrestrita de poucos poderes altamente concentrados sobre a totalidade dos territórios do globo.

Até aqui ficou nítido como a conformação da estrutura capitalista se vale, principalmente, de novos investimentos tecnológicos (políticos, produtivos, financeiros) para requestrar velhas práticas espoliativas, que configuram paulatinamente o aprofundamento da dependência brasileira e da exploração violenta dos recursos amazônicos, mesmo que sob novas óticas. São os recaminhos do capital — a partir de reinvenções permanentes para sua própria expansão — e que serão continuados sobremaneira ao longo do século XXI, até o presente. Porém agora apresentando caráter cada vez mais urgente, em termos de seus efeitos sistêmicos, frente às imposições materiais de reprodução da vida que a interferência capitalista da natureza tem causado historicamente.

Resumidamente, o movimento de industrialização da economia brasileira demonstra como a estrutura capitalista atua na conformação em espiral da condição de dependência e da prevalência da acumulação por espoliação como o processo base de acumulação de riqueza

nesse modo de produção. Os impulsos desenvolvimentistas não se traduzem em desenvolvimento econômico real e muito menos em qualidade de vida para a população — para a classe trabalhadora —, mas progressivamente em deterioração da vida humana como um todo. De maneira que nos questionamos: de que vale o desenvolvimento nos termos capitalistas, referido muito mais à apropriação do lucro do que a melhores condições de reprodução da vida?

A volubilidade do capital após o choque do petróleo desmobiliza todo o aporte industrial construído, demonstrando a voracidade da reprodução capitalista sobre todas as formas de vida. Não podemos nos esquecer dos impactos ambientais embutidos na construção de uma infraestrutura industrial, ou primário produtiva industrializada, mais especificamente na Amazônia, no caso de nossa presente análise. Projetos industriais e minerais que se frustram após mobilizarem um aporte natural imenso para sua instalação ficam de exemplo para o citado.

A financeirização do capitalismo aprofunda essa condição ao posicionar os processos espoliativos de acumulação como o pilar central da reprodução ampliada do capital nessa nova fase de desenvolvimento. Podemos perceber, com a centralidade da dívida externa para a manutenção da acumulação capitalista dependente brasileira, como o pagamento de uma dívida fictícia — pois se forma com o projeto de saque dos recursos da colônia brasileira e se acentua, por manobra político-econômica de uma potência hegemônica em sua busca imperialista de subordinação das economias nacionais ao seu próprio sistema monetário e financeiro — representa apenas um incremento tecnológico da espoliação capitalista institucionalizada sobre os recursos amazônicos.

O projeto industrializante desenvolvimentista brasileiro nunca sequer demonstrou impulsos reais de industrialização e desenvolvimento regional para a Amazônia, mesmo levando-se em conta a ZFM, que funciona muito mais como montadora e plataforma de importação e exportação do que centro industrial de fato. De maneira que não precisamos nem mesmo argumentar sobre uma suposta desindustrialização da região amazônica, que nunca participou do projeto nacional para além do fornecimento de fatores de produção. Como dito anteriormente, é o “requeamento” perpetuado da exploração violenta sobre esse território, seus recursos naturais, sua classe trabalhadora e os povos que nele habitam.

O projeto se estende sobre o século XXI, então observamos como a nova faceta moderno-colonial e violenta do saque sobre a Amazônia se desenvolve nesse contexto. Na realidade, a face é a mesma, o que muda são suas feições. Para utilizar a expressão da professora Camila Moreno, o capitalismo atual é senil, mas “botocado”, e não se cansa de

empreender intervenções estéticas em sua própria aparência para manter-se ilusoriamente jovem e em pleno funcionamento (informação verbal)¹⁷.

Os mecanismos já destrutivos do capital tornam-se exponenciais através da prevalência do capital fictício e do neoliberalismo como sua via de sustentação. A investida é contra a classe trabalhadora, contra as economias naturais, contra as florestas, as águas, as terras, transpostas em ativos ou reservas de valorização de capital. No Brasil, o esvaziamento dos órgãos públicos e da legislação protetiva do meio ambiente, com os governos Temer e Bolsonaro, representa o casamento entre aparelho estatal e grande capital transnacional, cuja “testa de ferro” é o agronegócio como carro chefe da economia, para a conformação de um suposto equilíbrio na frente macroeconômica.

A pandemia da Covid-19 que se inicia em 2020, é um dos efeitos sistêmicos destrutivos de um modo de produção e um regime de acumulação que abala paulatinamente o equilíbrio metabólico do planeta em nome do lucro. Defende-se então uma natureza e uma humanidade ciborgues como alternativas de futuro que permitam a manutenção da reprodução ampliada do capital, num movimento de perpetuação da ilusão de que os avanços científico-tecnológicos podem promover a transposição da materialidade para a criação de valor *ad infinitum*. Ao mesmo tempo, a financeirização da economia e redução da natureza em ativos a serem valorizados e negociados antes mesmo de sua exploração impermeabilizam qualquer possibilidade de mitigação real do colapso ambiental sob a estrutura capitalista.

A desvalorização do trabalho vivo também atinge níveis inéditos, aprofundando a contradição capitalista que tenta se desvencilhar de sua base humana de reprodução, na qual está irremediavelmente ancorada. Essa mesma base humana, ou classe trabalhadora, se vê progressivamente vulnerabilizada por uma estrutura econômica incapaz de promover bem-estar social e já começa a sentir os severos efeitos da ruína das condições de vida — em termos humanos — sob o jugo do capital. De maneira que só a quebra dessa estrutura pode representar qualquer projeto de futuro que envolva a vida humana.

A classe trabalhadora precisa se tornar a doença autoimune do capital.

¹⁷ Fala da profa. Camila Moreno no curso Luta de Classes e Financeirização: o papel da dívida - Hipotecando o futuro e a questão do presente no contexto da financeirização da vida, Tv Boitempo, em 14 fev. 2022. Disponível em: https://youtu.be/OT3zS_50Tgs. Acesso em: 03/03/2022

6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Beno. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010.
- BONFIM, Joice; PACKER, Larissa. Presidência e parlamento a serviço dos grileiros: legislar para grilar. **Agro é Fogo**, 2021. Disponível em: <<https://agroefogo.org.br/presidencia-e-parlamento-a-servico-dos-grileiros-legislar-para-grilar/>>. Acesso em: 25/02/2022.
- CALIXTO, Fabiano. Memórias de um homem-bala. In: **50 Poemas de Revolta**. Companhia das Letras, 2017.
- CAMARGOS, Daniel. **Investigações apontam fazendeiros e empresários de Novo Progresso como organizadores do ‘Dia do Fogo’**. Repórter Brasil, 22 out 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/10/investigacoes-apontam-fazendeiros-e-empresarios-de-novo-progresso-como-organizadores-do-dia-do-fogo/>. Acesso em: 10 jul 2020.
- COTA, Raimundo G. **Carajás: a invasão desarmada**. Cametá-PA: Novo Tempo, 2007.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. 1 ed. UFRGS Editora: 2012
- GOWAN, Peter. **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003
- GUDYNAS, Eduardo. Diez Tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Em: **Extractivismo, Política y Sociedad**. Quito: CAAP-Claes, 2009.
- GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismo, Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza**. Bolívia: Claes - CEDIB, 2015.
- HALL, Anthony. O programa Grande Carajás – gênese e evolução. In: Jean Hebette (org). **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KATO, Karina. O Agronegócio e o Estado brasileiro: quem lucra quando a boiada passa? **Agro é Fogo**, 2021. Disponível em: <<https://agroefogo.org.br/o-agronegocio-e-o-estado-brasileiro-quem-lucra-quando-a-boiada-passa/>>. Acesso em: 25/02/2022.
- LEAL, Aluizio Lins. **Uma sinopse histórica da Amazônia**. In: TRINDADE, José R. e MARQUES, Gilberto (Org.). Revista de Estudos Paraenses. Edição Especial – IDESP. Belém, IDESP, 2010.
- LENIN, Vladimir. I. **O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2010.

- LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia: Estado, homem, natureza**. Belém: Cejup, 2004.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- MALHEIRO, Bruno. Colonialismo interno e estado de exceção na Amazônia: a “emergência” da Amazônia dos Grandes Projetos. In: **CADERNO DE GEOGRAFIA**, v. 30, p. 74-98, 2020.
- MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes Amazônicos: Para repensar o Brasil e o mundo**. São Paulo: Expressão Popular - Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la Dependencia**. 5. ed. México: Era, 1981.
- MARQUES, Luiz. **Capitalismo com colapso ambiental**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.
- MARQUES, Gilberto. **Amazônia: Riqueza, Degradação e Saque**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.a
- _____. **O Capital: Crítica da Economia Política, Livro II: O processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.b
- _____. **O Capital: Crítica da Economia Política, Livro III: O processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2013.c
- MATOSO, Filipe; GOMES, Pedro Henrique. Cai o ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente. **G1**, Brasília, 23/06/2021. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/23/bolsonaro-exonera-salles-do-cargo-de-ministro-do-meio-ambiente.ghtml>>. Acesso em: 25/02/2021.
- MOREIRA, Gilvander. Marco temporal: terra para os povos indígenas ou para o agronegócio devastador?. **Dom Total**, 01/04/2021. Disponível em: <<https://domtotal.com/artigo/9614/2021/09/marco-temporal-terra-para-os-povos-indigenas-ou-para-o-agronegocio-devastador/>>. Acesso em: 25/02/2021.
- NICOLAV, Vanessa. **O que passou na ‘boiada’ de Ricardo Salles durante a pandemia?** Brasil de Fato, São Paulo, 9 294 jun 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/o-que-passou-na-boiada-de-ricardo-salles-durante-a-pandemia>. Acesso em: 14 jul. 2020
- OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, C. A. R. **A formação do Brasil e outros ensaios: pacificação, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- PAULANI, Leda Maria. **A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história**. In: Boletim de Economia e Política Internacional, [s. l], v. 10, n. 10, p. 89-103, abr. 2012. Trimestral. IPEA
- RIBEIRO, Cássio Garcia; LOURAL, Marcelo Sartorio; AMARAL, Marisa Silva. Neoliberalismo *reloaded*: contrarreformas para barrar o social-liberalismo estatal dos governos PT. In: **Anais do XXV Encontro Nacional de Economia Política**. 2020.

Disponível em:

<https://www.sep.org.br/mostrar.php?url=enep_teste/uploads/1308_1583717191_ArtigoSEP_final_ComIdentifica%C3%A7%C3%A3o_pdf_ide.pdf>. Acesso em: 17/06/2021.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Guadalajara: Calas, 2019. Universidad de Guadalajara.

TAVARES, Maria da Conceição. **The Growth and Decline of Input Substitution in Brazil**. In: **Eclac Thinking**: Selected Texts (1948-1998). United Nations, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/40881?locale-attribute=en>>. Acesso em: 03/03/2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. [Entrevista concedida a Ciro Barros e Thiago Domenici]. **Pública, Agência de Jornalismo Investigativo**. 10 out 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/10/viveiros-de-castro-estamos-assistindo-a-uma-ofensiva-final-contr-os-pov-os-indigenas/>. Acesso em: 03/03/2022.